



Cooperação Internacional na CAIXA

*Desafios do
desenvolvimento*

CAIXA

Cooperação Internacional na Caixa

Desafios do Desenvolvimento



Brasília, 2016

© 2016 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

É permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

Tiragem: 1.000 exemplares

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Presidente da República

Henrique de Campos Meirelles

Ministro de Estado da Fazenda

Gilberto Magalhães Occhi

Presidente da Caixa Econômica Federal

**Superintendência Nacional de
Operações Internacionais – SUINT**

**Gerência Nacional de Estratégia
de Relacionamento Internacional – GERIN**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Setor de Autarquias Sul – Quadra 3 – Lote 3/4

9º Andar – Edifício Sede III – Ed. Telemundi

CEP 70.092-900 – Brasília/DF

Site: <http://www.caixa.gov.br>

Endereço eletrônico: suint@caixa.gov.br

SUINT – (61) 3521-8600

Disque CAIXA – 08007260101 – Ouvidoria – 08007257474

Prefixo Editorial: 86836

CNPJ: 00.360.305/0001-04

C138 Caixa Econômica Federal.

Cooperação Internacional na Caixa: desafios do desenvolvimento /
Caixa Econômica Federal. -- Brasília : CAIXA, 2016.

108 p. 27,9 cm.

ISBN 978-85-86836-44-2

1. Cooperação Técnica Internacional. I. Caixa Econômica Federal

CDD : 327.17

REALIZAÇÃO

**Coordenação Editorial Gerência Nacional de
Estratégia de Relacionamento Internacional - GERIN**

Ângela Alcântara da Silva
Gerente Nacional

Fernando Vieira do Nascimento
Gerente Executivo

Maria Letícia de Paula Macedo
Consultor de Dirigente - VICOP

**Editoria Executiva Gerência Nacional de Estratégia de
Relacionamento Internacional - GERIN**

Ana L. F. Morelli
Consultor de Matriz

Márcia Rocha de Aguiar
Especialista

Walter Tadashi Numoto
Assistente Pleno

Renato Tarciso Barbosa de Sousa
Redação e pesquisa

Grande Circular (www.grandecircular.com)
Projeto gráfico e diagramação

Apresentação

A Cooperação Técnica Internacional (CTI) consiste em um instrumento privilegiado da política externa brasileira, por meio do qual se busca aprofundar as relações bilaterais entre os países e contribuir para o desenvolvimento de outras nações. Na CAIXA, a CTI representa um dos eixos de sua internacionalização, estando presente em seu Estatuto como um dos objetivos da empresa, qual seja: “atuar em projetos e programas de cooperação técnica internacional para auxiliar na solução de problemas sociais e econômicos”.

Neste sentido, a presente publicação Cooperação Técnica Internacional na CAIXA – Desafios do Desenvolvimento é muito mais do que apenas um relato de atividades e resultados alcançados. Nas páginas que se seguem serão encontrados os esforços da instituição e de seus empregados que, representando o Estado brasileiro, atuam com o propósito de contribuir para a superação de entraves ao desenvolvimento de países de trajetória semelhante à do Brasil. Para tanto, a empresa compartilha sua reconhecida expertise, construída ao longo de mais de 150 anos de existência, com o objetivo de prover suporte técnico às instituições das nações parceiras para o estabelecimento de soluções próprias e internalização do conhecimento transmitido.

Ao longo dos últimos 10 anos, a CAIXA vem trabalhando em conjunto com países da África, América do Sul, América Central e Oriente Médio desenvolven-

do habilidades e disseminando informações em temas como desenvolvimento urbano, habitação, inclusão bancária, pagamento de benefícios sociais, dentre outros. Desta forma, nesta publicação serão encontrados registros das trocas de experiência entre povos com origens, culturas, histórias e práticas diferentes, que encontraram na cooperação o espaço para partilharem, sobretudo, conhecimento.

Os resultados da CTI da CAIXA têm sido alcançados pelo empenho e dedicação dos mais de 140 empregados que participaram diretamente dos projetos, além daqueles que tiveram participação indireta, e souberam transmitir conhecimento em âmbito individual, organizacional e institucional, conquistando melhorias significativas no objeto de cada cooperação prestada. Em contrapartida, o quadro de profissionais da CAIXA adquire aperfeiçoamento técnico e humano, por meio da ampliação da visão de mundo dos empregados e da aplicação das metodologias já conhecidas em outras nações com realidades distintas à brasileira.

Tanto empenho e comprometimento proporcionaram aos projetos de CTI da CAIXA a conquista do Prêmio CAIXA Melhores Práticas e a inclusão de menção de Boa Prática no banco de Acervo de Projetos bem sucedidos no Dubai International Award for Best Practices.

Ressalta-se que a viabilidade e concretização da CTI prestada pela CAIXA só é possível devido ao su-

porte e à coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores, que coordena a negociação, a implementação e a supervisão dos programas e projetos de cooperação. Além da ABC, a CAIXA conta ainda com a contribuição do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujo mandato é apoiar o fortalecimento dos países na busca pelo desenvolvimento humano. A essas instituições parceiras, dedicamos nossos mais sinceros agradecimentos pela confiança no trabalho realizado pela CAIXA.

Ao leitor desta publicação será possível navegar por dez países, de quatro regiões do mundo, e descobrir um pouco de suas histórias e relações com o Brasil, e dos objetivos e legados resultantes dos projetos de Cooperação Técnica Internacional desenvolvidos pela empresa. Esperamos que seja uma leitura rica e proveitosa, que resulte em ganho de conhecimento a partir do que foi vivenciado nos projetos.

A história aqui contada é o ponto de partida daquilo que acreditamos ser mais uma das vocações da CAIXA: de atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável além das fronteiras brasileiras.

Antônio Carlos Ferreira
Vice-Presidente Corporativo/VICOP

A construção de parcerias e a cooperação Sul-Sul

A cooperação técnica Sul-Sul empreendida pelo Governo brasileiro tem como uma de suas principais diretrizes a articulação entre atores com o objetivo de viabilizar soluções sustentáveis e ambientalmente viáveis para o desenvolvimento socioeconômico de nossos parceiros. A participação de instituições nacionais e internacionais tem viabilizado, em quase 30 anos de existência da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), o desenvolvimento de capacidades nos quadros da administração pública de países da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, em áreas de reconhecida experiência brasileira.

Os setores de desenvolvimento urbano, habitação e gestão de programas sociais são áreas de excelência do trabalho da CAIXA no Brasil e tornaram-se o foco das demandas por cooperação Sul-Sul endereçadas a essa instituição, as quais são coordenadas, acompanhadas e viabilizadas pela ABC.

Esta publicação apresenta com detalhes os resultados alcançados no âmbito das ações executadas pela parceria ABC e CAIXA; ações que são exemplos da grande amplitude que a cooperação técnica brasileira pode alcançar. Cabe menção especial ao projeto de maior escopo desenvolvido pela instituição, em Moçambique, que produziu efeitos positivos no que tange às políticas

nacionais de habitação e gerou competências tanto na esfera governamental quanto nas pequenas cooperativas de construção situadas no norte daquele país, uma das regiões de atuação da iniciativa.

Com o empenho na área de cooperação internacional, a CAIXA demonstra seu compromisso com a promoção do desenvolvimento global e evidencia seu alinhamento com a política externa brasileira. Este documento, ao mesmo tempo em que presta contas do trabalho realizado e o difunde junto ao público em geral, estimula a participação cada vez maior dos profissionais da instituição em projetos de cooperação internacional. De fato, as informações aqui coligidas constituem material de formação e de pesquisa para os funcionários da CAIXA, potenciais colaboradores em futuras iniciativas.

O estabelecimento de parcerias, como a que celebramos com esta publicação, é fundamental para a consecução da cooperação Sul-Sul e traduz o sentimento de horizontalidade e de solidariedade fundamentados na Constituição brasileira.

João Almino

*Embaixador | Diretor da Agência
Brasileirade Cooperação – ABC/MRE*

SUMÁRIO

1.

APRESENTAÇÃO	6
A CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS E A COOPERAÇÃO SUL-SUL	8
A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	12
DESEMPENHO NO ANO DE 2015	16

PROJETOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM PAÍSES DA ÁFRICA	18
MOÇAMBIQUE	20
CABO VERDE	32
NAMÍBIA	40
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	46

2.

**PROJETOS DE COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL COM PAÍSES
DA AMÉRICA DO SUL**

PERU	56
VENEZUELA	64

3.

**PROJETOS DE COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL COM PAÍSES
DA AMÉRICA CENTRAL**

GUATEMALA	74
REPÚBLICA DOMINICANA	80

4.

**ATIVIDADES ISOLADAS
DE COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL COM PAÍSES
DO ORIENTE MÉDIO**

PALESTINA	88
LÍBANO	94

**COOPERAÇÃO SUL-SUL:
CONSOLIDAR E EXPANDIR**

PALAVRAS FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Há mais de sessenta anos¹ o Brasil atua em cooperação com organismos internacionais e países com os quais mantém estreita relação diplomática, histórica e econômica. A posição de prestador de cooperação foi assumida pelo Brasil à medida que se tornava autossuficiente em conhecimento e experiências que, solidificadas ao longo do tempo, puderam ser compartilhadas com nações cujas dificuldades, demandas e carências são próximas à realidade brasileira. O Embaixador Mauro Vieira², em seu discurso de posse, em janeiro de 2015, afirmou que “a consolidação desses avanços fortalece o poder suave do Brasil, que se manifesta crescentemente por meio da cooperação com países amigos. A cooperação internacional constitui um instrumento único que nos permite, a um só tempo, compartilhar experiências inovadoras, incorporar e divulgar o desenvolvimento técnico e tecnológico dos setores produtivo e científico brasileiros”.

Mas é principalmente a partir dos anos 2000 que ocorre uma mudança significativa na postura internacional adotada pelo Brasil. E isso se reflete no campo da cooperação técnica, com um aumento importante de ações. “Essa cooperação inspirou-se no conceito de ‘diplomacia solidária’, prática na qual o Brasil coloca à disposição de outros países em desenvolvimento as experiências e conhecimentos de instituições especializadas nacionais, com o objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico e social de outros povos”, sublinha o diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Almino de Souza Filho. Esse novo movimento do Brasil, reivindicando papel de ator diferente no cenário mundial, influencia diretamente as políticas de cooperação, conforme ressalta Brand Arenari³, diretor de Estudos, Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A instituição é responsável pelo levantamento de investimentos realizados, denominado “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional” (Cobradi), que espelha o empenho do país na participação do esforço mundial pelo desenvolvimento.

(...) a consolidação desses avanços (em conhecimento e experiências) fortalece o poder suave do Brasil, que se manifesta crescentemente por meio da cooperação com países amigos.

EMBAIXADOR MAURO VIEIRA

Segundo dados do levantamento da Cobradi, o Brasil contribuiu com recursos de R\$ 4,5 bilhões somente no período de 2005 a 2013⁴ para prosperidade nacional de vários países em desenvolvimento.

Seguindo o modelo de cooperação Sul-Sul⁵, definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil optou por adotar o conceito do ensinar a fazer junto, cuja filosofia é o incentivo ao questionamento, à aprendizagem e à multiplicação do saber. Para o PNUD, a Cooperação Sul-Sul é um mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes em resposta a desafios comuns. O PNUD Brasil reconhece que a existência de laços históricos e geográficos favorece o ambiente para que importantes lições de desenvolvimento possam ser aprendidas com a Cooperação Sul-Sul.

O PNUD é o braço da Organização das Nações Unidas que oferece aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. Com o propósito de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias, o PNUD Brasil tem a missão de buscar alinhar seus objetivos às necessidades de um país dinâmico, multifacetado e diversificado. Os projetos são realizados em parceria com o Governo Brasileiro, instituições financeiras internacionais, setor privado e sociedade civil.

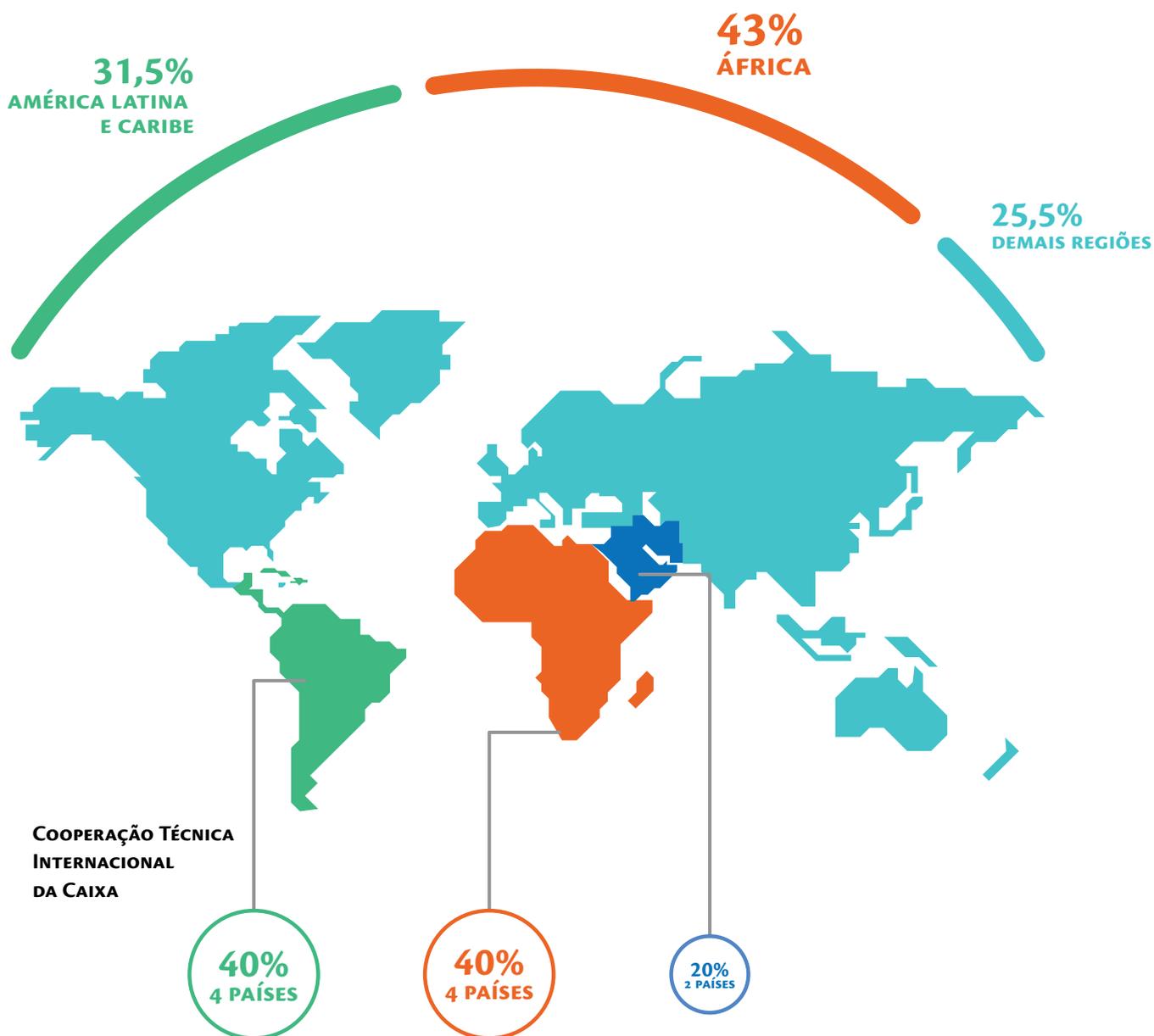
A cooperação técnica internacional realizada pelo Brasil está a cargo do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que, por meio de sua Agência Brasileira de Co-

1. De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Ver, <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileiraCooperacao>. Acesso em 21 de agosto de 2015.

2. O embaixador Mauro Vieira ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores no período de 01/01/2015 a 12/05/2016.

3. Brand Arenari foi Diretor do IPEA no período de 09/06/15 a 03/02/16.

**COOPERAÇÃO
TÉCNICA INTERNACIONAL**

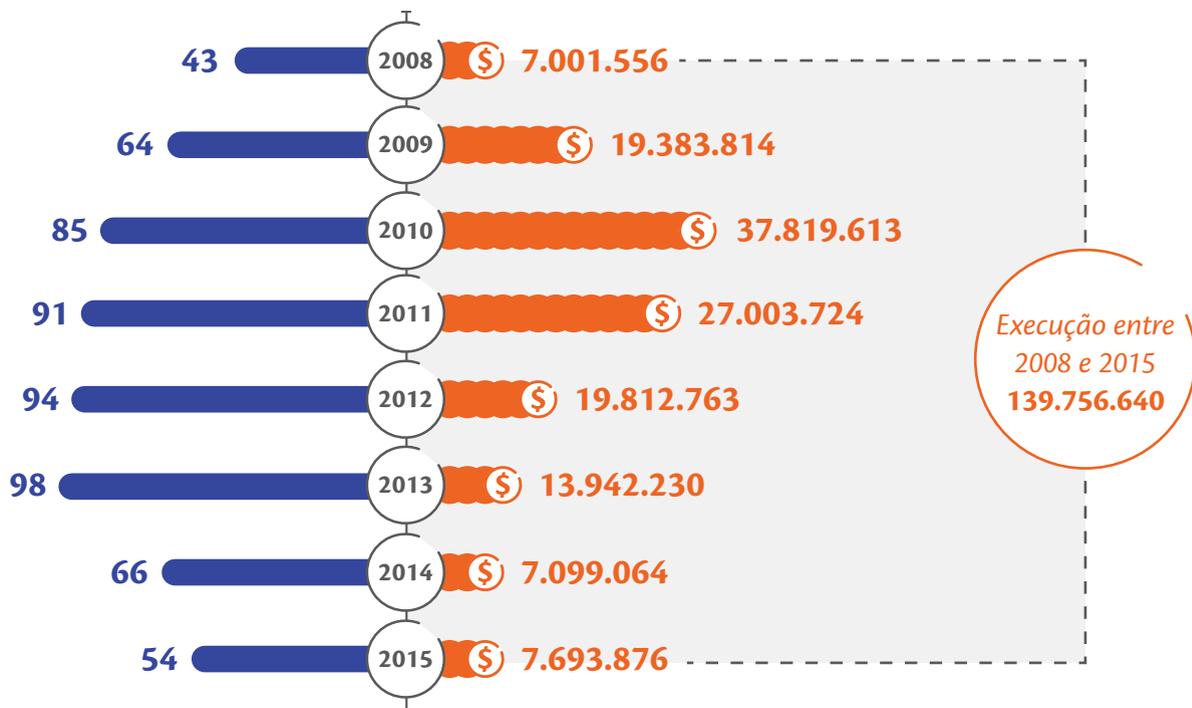


4. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) entende a Cooperação técnica Sul-Sul como o intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes. A ideia é compartilhar lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no

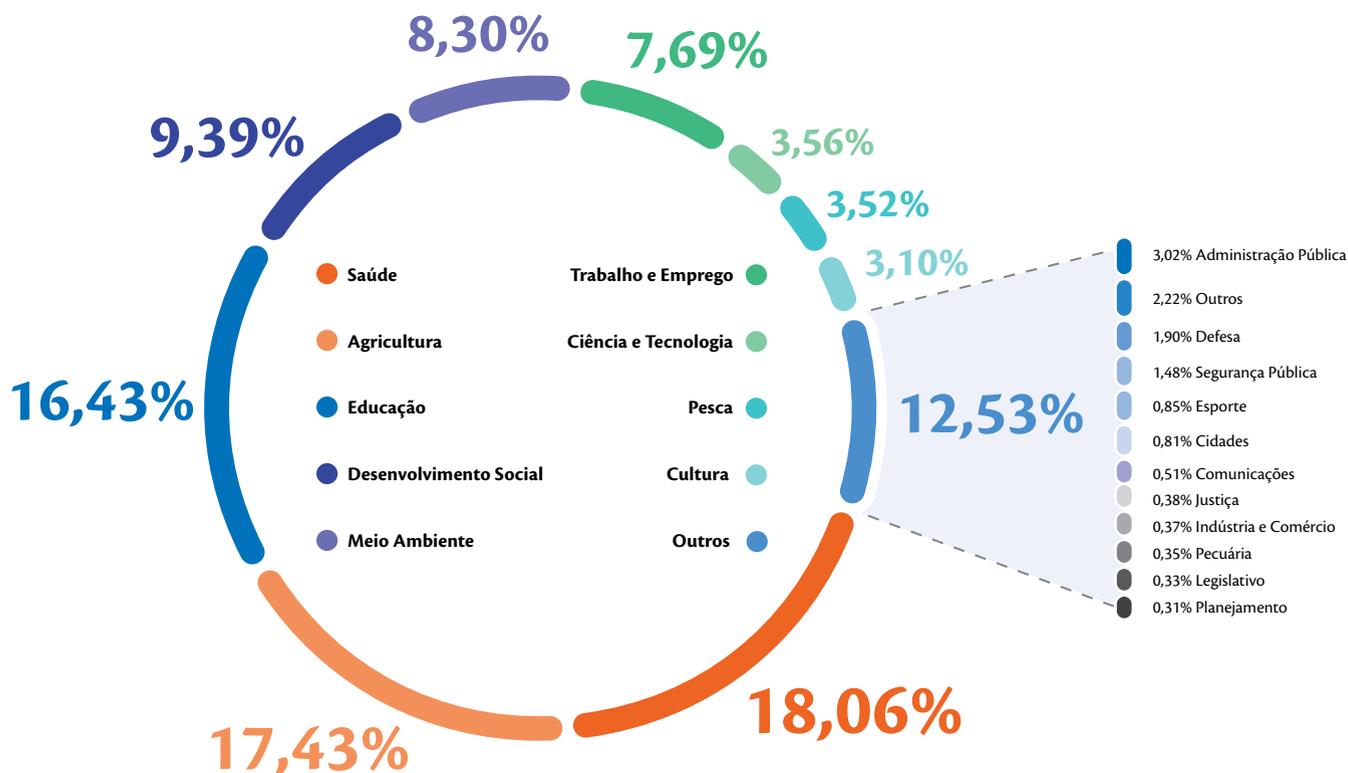
Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento sócioeconômico. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul. Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 2013.

**NÚMERO DE PAÍSES ATENDIDOS
PELA COOPERAÇÃO DA ABC**

**EXECUÇÃO FINANCEIRA DA
COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL (EM US\$)**



**ÁREAS PRIORIZADAS NO ÂMBITO DA
COOPERAÇÃO PRESTADA PELO BRASIL**



Fonte Informações: Agência Brasileira de Cooperação – ABC, 2016

peração (ABC), coordena a negociação, a implementação e a supervisão dos diferentes programas e projetos prospectados e executados junto a países e organismos. A principal característica da cooperação prestada pelo Brasil é o desenvolvimento de projetos estruturantes, os quais oferecem diversas vantagens, com impactos, sobretudo, em âmbito social e econômico.

O Brasil, nas últimas duas décadas, “executou cerca de sete mil ações que atenderam a demandas de mais de cem países em desenvolvimento, mobilizando quase duas centenas de instituições”, afirma o Embaixador João Almino de Souza Filho, da ABC. Tudo isso sem fins lucrativos, sublinha o Diretor, seja na área econômica, seja na área comercial, pois o que se pretende é “compartilhar nossos êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países amigos, sem imposições ou condicionalidades políticas”.

“A opção brasileira por projetos estruturantes oferece diversas vantagens: aumenta-se o impacto social e econômico sobre o público-alvo da cooperação; logra-se assegurar maior sustentabilidade dos resultados dos programas/projetos; facilita-se a mobilização de instituições brasileiras para a implementação de diferentes componentes; bem como cria-se espaço para a mobilização de parcerias triangulares com outros atores internacionais.”⁵

Como destaca João Brígido Bezerra Lima, economista do IPEA e coordenador do Cobradi, “a exemplo do que ocorre com o comércio e os investimentos, a cooperação para o desenvolvimento internacional se realiza mediante a aproximação e articulação entre atores do sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento, não raro sob o amparo de instituições governamentais, intergovernamentais e até não-governamentais criadas como resultado dessas articulações”.

A cooperação técnica internacional configura-se em uma relação harmoniosa entre países e instituições. Consiste na utilização do conhecimento existente e produzido no Brasil para estabelecer uma parceria com outros países quando existe uma confluência de interesses muito grande, conforme sublinha Bruno Walter Coelho Saraiva, Chefe do Departamento de Assuntos Internacionais, do Banco Central do Brasil.

O Brasil, nas últimas duas décadas, executou cerca de sete mil ações que atenderam a demandas de mais de cem países em desenvolvimento, mobilizando quase duas centenas de instituições.

EMBAIXADOR JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO,
DIRETOR DA ABC

5. ABREU, José Marroni de. A evolução da cooperação técnica internacional no Brasil. Mural Internacional. V.4, n. 2, jul-dez, 2013.

Para a execução dos projetos de cooperação, a ABC mantém articulação com instituições e órgãos do governo, entidades da sociedade civil organizada e universidades brasileiras, que recebem o apoio financeiro e técnico da Agência para a realização de missões e o desenvolvimento das ações previstas nos projetos. Uma dessas instituições é a Caixa Econômica Federal, que integra o rol de 335 entidades brasileiras parceiras da ABC. Participam ainda organizações como o Banco Central, Ministério da Saúde, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Agência Nacional de Águas (ANA), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentre outros.

Os dados apresentados pela ABC apontam crescimento na atividade de cooperação técnica prestada pelo Brasil nos últimos anos. Em seis anos, o número de países que recebeu projetos mais que dobrou, passando de 43 em 2008 para 100 em 2014. Desse montante, 42% estão na África, 32% estão na América Latina e Caribe e 36% nas demais regiões geográficas.

Quanto aos desembolsos feitos pelo Brasil, em oito anos (2008 a 2015), foram investidos mais de US\$ 139 milhões de dólares na execução financeira dessas cooperações, destacando-se o ano de 2010, por se ter atingido o maior volume de recursos – mais de US\$ 36 milhões – destinados à cooperação, conforme é demonstrado no gráfico anterior.

A cooperação, em paralelo com a promoção do comércio e dos investimentos, tem desenvolvido importante papel na política externa brasileira nas regiões da África, da América do Sul e do Oriente Médio. Ela amplia e amplifica o relacionamento entre o Brasil e países parceiros no comércio e no cenário político internacional.

Para que se conheça uma parte dessa atuação internacional, a CAIXA apresenta esta publicação, com o objetivo de divulgar o trabalho realizado no âmbito da cooperação técnica internacional. Encontram-se aqui também elencados os principais projetos implementados pela instituição, com resultados, ações e lições aprendidas em uma década de participação nessa importante área da política externa brasileira.

A missão da CAIXA é ser (...) agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

A história da CAIXA remonta ao ano de 1861, quando a empresa abriu as suas portas em 4 de novembro com o nome de Monte de Socorro, com a vocação da promoção do bem comum:

"Nas cinco horas inaugurais (da abertura ao fechamento das portas, às duas horas da tarde), a CAIXA exibiu algumas tendências que se consolidariam com os correr dos anos. (...) Mostrou que de fato tinha surgido para ser o 'banco dos pobres', uma vez que as quantias depositadas eram bastante modestas. (...) Já em 16 de novembro de 1861, 12 dias depois de a instituição ter iniciado suas operações, Margarida Luíza, escrava de Joaquim José Madeira, abriu a caderneta de poupança nº 59 da história da CAIXA. Ela a encerrou três anos mais tarde, no dia 5 de janeiro de 1865, retirando os 353.542 réis com os quais comprou a carta de alforria".⁶

De Monte de Socorro a um dos maiores bancos da América Latina, a CAIXA cresceu e hoje é conhecida como o principal agente público do governo na execução de programas sociais. Ela é administradora do maior fundo mundial, o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, além de gerir o Programa de Integração Social (PIS) e do Seguro-Desemprego, institutos sempre presentes na vida do trabalhador brasileiro formal. É executora, ainda, do principal programa habitacional do país, o Minha Casa Minha Vida.

A CAIXA é uma empresa 100% pública, que exerce um papel fundamental no desenvolvimento urbano do país, uma vez que atua em setores como saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços, contribuindo significativamente para melhorar a vida das pessoas.

O ano de 2004 foi particularmente significativo para a instituição, quando se iniciou seu processo de internacionalização, com três ações concretas: 1) a abertura de Escritórios de Representação no Japão e nos Estados Unidos; 2) o apoio, por meio desses escritórios, ao Programa de Remessas de recursos de brasileiros residentes no exterior para o Brasil; e 3) a prestação de Cooperação Técnica Internacional.

Os projetos de CTI implementados pela CAIXA apoiam-se nas diretrizes da política externa do Governo Federal, ao mesmo tempo em que atendem no âmbito internacional à missão da empresa, de "atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro". O Estatuto da CAIXA faz menção ao tema no item "atuar em projetos e programas de cooperação técnica internacional para auxiliar na solução de problemas sociais e econômicos".⁷

A abrangência da atuação da organização e a governança corporativa têm despertado interesse da comunidade internacional em estabelecer cooperação com a CAIXA para a troca de experiências e conhecimentos acumulados pela empresa, em áreas como: desenvolvimento urbano, programas sociais, fundos de governo, rede de atendimento e bancarização.

O foco de atuação da CAIXA tem sido projetos com países da África, América Central, América do Sul e Oriente Médio, com atividades baseadas na assistência técnica e capacitação de pessoas, e com o objetivo de buscar o desenvolvimento local sustentável, a qualificação de processos e mão-de-obra por meio de novas metodologias, novas competências e transferência de tecnologias.

A cooperação implementada pela CAIXA é estruturada em conjunto com o país receptor e desenvolvida, após a definição de uma equipe de técnicos responsáveis, seguindo as etapas de prospecção, negociação, elaboração, aprovação, assinatura, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos de CTI, de acordo com a metodologia estabelecida pela ABC.

As ações cooperativas internacionais resultam em ganhos tanto no âmbito pessoal como no institucional, como avalia o Embaixador João Almino de Souza Filho: "(...) sob a ótica pessoal e institucional, os cooperantes brasileiros enriquecem seu acervo de conhecimentos a partir da oportunidade de atuar em outras realidades sociais, econômicas e geográficas."

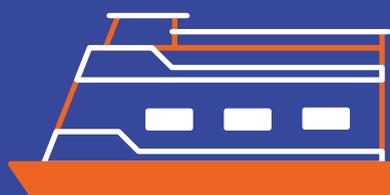
6. BUENO, E. CAIXA: Uma história brasileira. Porto Alegre: Buenas Ideias: Metalivros, 2002

7. Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013 – Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal - CEF e dá outras providências.

desempenho em 2015



63,6 MIL
PONTOS DE
ATENDIMENTO



3
AGÊNCIAS
BARCO

PONTOS DE ATENDIMENTO

A rede da CAIXA possui **63,6 mil pontos de atendimento**, nos quais foram realizadas mais de 7,9 bilhões de transações bancárias. São 4,2 mil agências e pontos de atendimento, 27,6 mil correspondentes CAIXA Aqui e lotéricos e 31,7 mil máquinas distribuídas nos postos e salas de autoatendimento, além de **3 agências barco** e 1 escritório de representação nos Estados Unidos.

R\$
732,7
BILHÕES



INJEÇÃO DE RECURSOS

A CAIXA injetou, em 2015, **R\$ 732,7 bilhões na economia brasileira** por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, entre outros empreendimentos.



SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA

As operações de saneamento e de infraestrutura que possibilitam investimentos nas áreas de mobilidade urbana, energia, logística, saneamento básico e outras, **alcançaram saldo de R\$ 70,9 bilhões, com evolução de 24,9% em 12 meses.**



R\$ 7,2 BILHÕES
NO ANO DE 2015

LUCRO LÍQUIDO

A CAIXA alcançou lucro líquido de **R\$ 7,2 bilhões em 2015**, crescimento de 0,9% em 12 meses. A carteira de crédito ampliada totalizou R\$ 679,5 bilhões, crescimento de 11,9% em 12 meses e de 2,0% na comparação trimestral. A Instituição foi responsável por 35,7% do crescimento do mercado de crédito nos últimos doze meses, obtendo participação de 20,9%.



CLIENTES

Foram conquistados 4,6 milhões de novos correntistas e poupadores, em doze meses, totalizando uma base com 82,9 milhões de clientes, **o que resulta em crescimento de 5,9% em relação a 2014.**

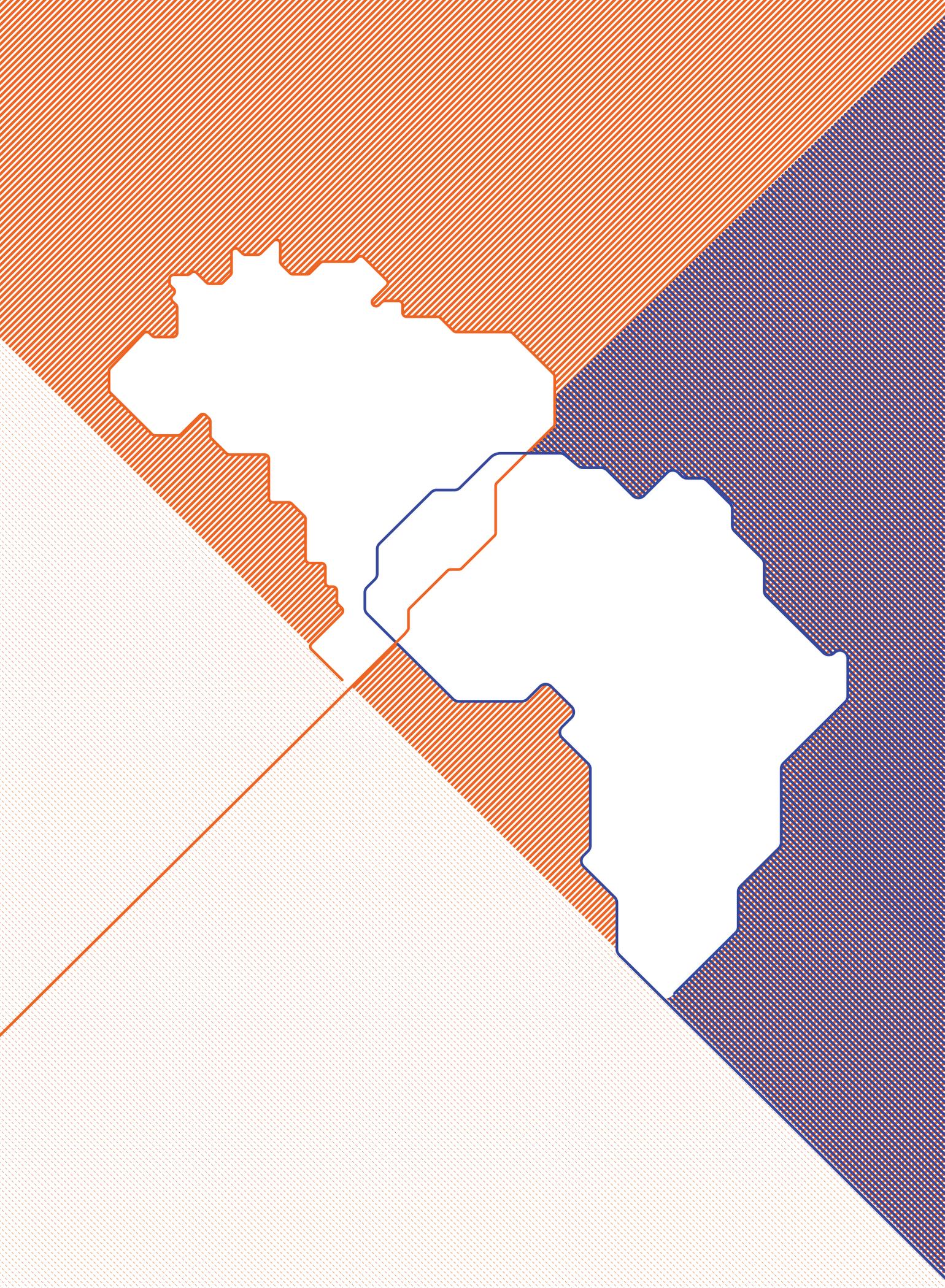


FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS

A Instituição permaneceu na liderança do crédito habitacional com 67,2% de participação. **O saldo dos financiamentos imobiliários chegou a R\$ 384,2 bilhões, aumento de 13,0% em 12 meses.**

1.

**Projetos de Cooperação
Internacional com
Países da África**



Moçambique



INFORMAÇÕES GERAIS

Independência
1975



Regime Político
República Presidencialista



IDH
0,416



Crescimento do PIB
7,2% (2014)



População
27,22 milhões

BRASIL E MOÇAMBIQUE

O Brasil figura entre os primeiros países a reconhecer a independência de Moçambique, em 1976, quando também abriu a sua Embaixada na capital Maputo. No fim da década de 80, ao lado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal e São Tomé e Príncipe, os dois países passaram a trabalhar, então, na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁹, a qual foi concretizada em 1996. A estabilidade política, a consolidação da democracia e os avanços econômicos do país africano criaram as condições favoráveis para o aprofundamento das relações bilaterais.

Moçambique é um país que apresenta crescente melhoria nas condições sociais. De acordo com dados apresentados pelo PNUD, o valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰ do país subiu de 0,389, em 2012, para 0,416, em 2014. A população do país é relativamente jovem e cresce por volta de 3% ao ano, com grande índice de população ativa. Há ainda um aumento significativo no número de alunos que ingressam nos vários níveis de ensino na idade prevista.

O país, conhecido oficialmente como República de Moçambique, tem como capital: Maputo (chamada de Lourenço Marques durante o período colonial). Sua origem vem dos povos bantos que migraram de regiões do norte e oeste para essa área onde é hoje Moçambique, entre o primeiro e o quinto século d.C. Existiram no litoral moçambicano, até a chegada dos europeus, portos comerciais suaílis e, mais tarde, árabes. Em 1498, houve a chegada de Vasco da Gama e, em 1505, a região foi anexada ao Império Português. Depois de mais de quatro séculos como colônia portuguesa, Moçambique tornou-se independente em 1975, transformando-se na República Popular de Moçambique. Após apenas dois anos de independência, o país mergulhou em uma guerra

civil intensa e prolongada que durou de 1977 a 1992. Em 1994, o país realizou as suas primeiras eleições multipartidárias e mantém-se como uma república presidencial desde então.

O país africano teve um desempenho macroeconômico satisfatório em 2014, conforme destaca relatório produzido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)¹¹. O Fundo também registrou que, apesar de o país ter mais de 50% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, as despesas com a proteção social aumentaram nos últimos anos: de cerca de USD 13 milhões em 2008 para USD 79,7 milhões no orçamento de 2015 (ou 0,5% do PIB).

Moçambique é um dos principais parceiros comerciais brasileiros na África. Em 2014, as exportações brasileiras para Moçambique somaram USD 85,7 milhões e as importações USD 38,3 milhões. Os produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados) responderam por, aproximadamente, 42,9% do total exportado no ano de 2014.

A partir de 2001, vários acordos bilaterais foram assinados entre Brasil e Moçambique nas áreas de saúde, educação, políticas sociais e segurança pública, que permitiram o estabelecimento de projetos de cooperação técnica internacional - CTI.

A partir de 2001, vários acordos bilaterais foram assinados entre Brasil e Moçambique nas áreas de saúde, educação, políticas sociais e segurança pública, que permitiram o estabelecimento de projetos de Cooperação Técnica Internacional (CTI).

9. Foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. <http://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Consultado em 23/11/2015

10. Fundo Monetário Internacional (2014).

11. Ministério Das Relações Exteriores (2015).

Título do projeto:

APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MOÇAMBIQUE



2007

Assinatura do Projeto



3
temas

Habitação, Políticas Públicas e Tecnologia



2010

Repactuação (Fase II)



27

Empregados CAIXA envolvidos



5

Parceiros: Unicamp, USP, UFRGS, UFRJ e o Ministério das Obras Públicas e Habitação de Moçambique



15

Realizações e Legado

Desde então, Brasil e Moçambique têm mantido diversos projetos de cooperação técnica internacional (CTI), os quais contribuem para o desenvolvimento regional e para a melhoria da qualidade de vida da população do país. A cooperação técnica está amparada pelo Acordo Geral de Cooperação, que foi assinado em 15 de setembro de 1981. Que gerou mais de 36 projetos de CTI.

No âmbito da cooperação brasileira, já foram compartilhados conhecimentos com os moçambicanos em temas como:

- *incremento da Capacidade de Pesquisa e de Difusão Tecnológica para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala – Embrapa;*
- *implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação – Ministério da Saúde;*
- *implantação do Centro de Tele-Saúde, da Biblioteca e do Programa de Ensino à Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente – Ministério da Saúde;*
- *apoio ao desenvolvimento urbano de Moçambique – CAIXA.*

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL “APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MOÇAMBIQUE”

Como tudo começou – no início de 2007, foi dado o primeiro passo para o estabelecimento de um projeto de cooperação técnica internacional sobre o tema desenvolvimento urbano em Moçambique. Naquele ano uma missão brasileira, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com a presença da CAIXA, identificou, em conjunto com profissionais de Moçambique, os temas passíveis de cooperação. Em seguida, uma missão moçambicana veio ao Brasil, visitando obras em diversas cidades e conhecendo experiências brasileiras nas áreas de habitação, desenvolvimento urbano e engenharia de custos, experiências essas que poderiam ser aproveitadas e adaptadas à realidade daquele país.

Foram elaboradas, a partir do primeiro diagnóstico, as linhas mestras de um projeto de cooperação entre o governo brasileiro e moçambicano, tendo como instituições executoras a CAIXA e o Ministério das Obras Públicas e Habitação de Moçambique (MOPH).

O projeto – A cooperação entre a CAIXA e o Ministério das Obras Públicas e Habitação de Moçambique foi firmada em 28/07/2007, por meio do projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique”. Esse docu-

mento tinha como objetivos específicos o apoio à formulação de política habitacional voltada à população de baixa renda, a transferência de tecnologias construtivas, reciclagem de materiais e a elaboração de metodologia para implementação de um sistema de acompanhamento de custos e índices da construção civil.

No âmbito desse projeto, executado em parceria com o Ministério das Cidades, foi possível aprofundar o conhecimento do trabalho dos dois países nos temas da cooperação. As missões e reuniões realizadas, nos anos de 2008 e 2009, que caracterizaram a Fase I do projeto, permitiram alcançar vários resultados em relação à Política Nacional de Habitação de Moçambique, assim como habitações urbanas e rurais, reciclagem de materiais de construção, metodologias de construção de solo-cimento, além da transferência de conhecimento no Sistema Nacional de Preços e Índices da Construção Civil – SINAPI e a reforma do Centro Tecnológico de Namialo.

Dentre os resultados concluídos na Fase I foi realizado diagnóstico da situação habitacional de Moçambique, por meio de visitas às favelas nos arredores de Maputo, além de localidades mais afastadas como Pemba e Chiúre, o que permitiu verificar *in loco* as condições de habitação e as técnicas de construção utilizadas. Além disso, foi possível aprofundar, por meio de reuniões conjuntas entre os técnicos moçambicanos e os brasileiros, as questões sobre a demanda da reciclagem de materiais construtivos e a metodologia local utilizada para o registro dos custos da construção civil.

A missão de representantes do Ministério das Obras Públicas e Habitação de Moçambique - MOPH ao Brasil permitiu a Moçambique conhecer órgãos públicos envolvidos no tema da produção habitacional, como a Companhia de Habitação do Estado do Paraná – COHAPAR, Companhia de Habitação do município de Curitiba – COHAB/CT e Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Osasco/SP – SEH DU. Em Curitiba, os técnicos moçambicanos conheceram ainda os empreendimentos concluídos e em execução das modalidades “produção habitacional” e “urbanização de favelas”.

Outras atividades de campo realizadas na Fase I, no segmento da habitação rural, foi realizada visita ao Programa Vilas Rurais - experiência desenvolvida pelo Governo do Estado do Paraná entre 1993 e 2002, que utilizou recursos próprios (40%) e recursos do BIRD – Banco Mundial (60%). Ocorreram ainda visitas a instituições geradoras de regulamentação técnica, incluindo-se no roteiro o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT – e a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Ainda dentro das atividades da Fase I, foram realizadas palestras por técnicos da CAIXA sobre os temas “Visão geral da construção convencional brasileira”, “Visão geral das tecnologias alternativas brasileiras” e “Detalhamento da tecnologia com tijolo de solo-cimento”. Para complementar o conteúdo teórico, houve visita a pequena indústria de fabricação de tijolos de solo-cimento com máquina manual e a canteiro de obras, com produção de tijolos de solo-cimento com máquina elétrica, em Embu-SP. O grupo moçambicano teve oportunidade de conhecer também o projeto de laboratórios volantes, denominado PRUMO – Projeto de Unidades Móveis de Atendimento, que permitem a execução de ensaios e avaliações diretamente nas indústrias ou canteiros de obra.

Com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre planejamento urbano e habitação, a equipe de Moçambique participou de reunião técnica com o Arquiteto Nabil Bonduki, Professor Doutor da Faculdade de Arquitetura da USP – Universidade de São Paulo. A visita ao escritório de arquitetura permitiu aos moçambicanos conhecer o detalhamento dos projetos padrão denominados “kit projeto CAIXA”.

Em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a CAIXA apresentou aos técnicos moçambicanos o Sistema Nacional de Preço e Índices da Construção Civil – SINAPI, que é a principal referência de custos para obras públicas brasileiras. Complementarmente, a missão moçambicana compareceu à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP), onde o modelo de validação das composições do SINAPI foi apresentado.

O projeto, em sua primeira fase, proporcionou ainda a missão de técnicos brasileiros a Moçambique que avaliaram as matérias-primas necessárias para a fabricação de tijolos prensados de solo-cimento (coleta e análise) e de telhas onduladas de compósito de biomassa vegetal e cimento, por meio de visita a serrarias e empresas locais de beneficiamento de produtos agrícolas. Foram estudadas as espécies nativas de bambu existentes de forma a avaliar o seu potencial na construção de habitações populares.

Em esforço conjunto, os técnicos dos dois países discutiram a metodologia, regras de negócios, especificações de requisitos que permitiram a elaboração da minuta de dois Termos de Referência para contratações de grande importância para o desenvolvimento das atividades em Moçambique. O primeiro termo teve como objetivo a contratação de empresa de arquitetura/engenharia para a elaboração dos Projetos Tipo de

Nós (a CAIXA) temos expertise para compartilhar com Moçambique, nós temos questões muito semelhantes em alguns casos, porque o Brasil tem os dois extremos”

MARIA TERESA P. DE SOUZA, COORDENADORA DO
GT CAIXA NO PROJETO DE MOÇAMBIQUE

os tipologias para construção de habitações de baixa renda, enquanto o segundo visava a contratação de empresa para o desenvolvimento de sistema nacional de índices e custos da construção civil para Moçambique, seguindo o modelo apresentado na missão ao Brasil.

Em relação ao Centro Tecnológico de Namialo (CTN), a primeira fase do projeto, por meio de missão ao local, permitiu a definição do perfil dos técnicos para as atividades a serem realizadas e a coleta das informações sobre as edificações e instalações existentes e futuras. Houve ainda a avaliação da infraestrutura e instalações do Laboratório de Engenharia de Maputo (LEM), visando à articulação e complementação de atividades do CTN. Além disso, a equipe da CAIXA avaliou, em conjunto com a equipe moçambicana, a legislação e condições para criação e funcionamento de empresas e cooperativas, visando subsidiar a criação de incubadora para apoiar as pequenas empresas construtoras e produtores de materiais construtivos da região.

Por fim, concluindo-se a Fase I do Projeto, foram realizados os Seminários sobre Habitação em Moçambique e as oficinas de capacitação técnica que permitiram a elaboração da minuta da Política Nacional de Habitação – PNHM.

Em complementação à Fase I do projeto, a CAIXA reuniu-se com o Conselho Municipal de Maputo e a ABC, objetivando a articulação entre esse projeto e o projeto de cooperação trilateral Brasil-Itália-Moçambique para “Apoio a Requalificação do Bairro de Chamanculo C, no âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo”.

Apesar da diversidade de ações implementadas no decorrer da execução da Fase I do projeto, foi identificada a necessidade de ajustes em algumas atividades previstas inicialmente, de forma a atender a realidade moçambicana, o que levou à repactuação das atividades remanescentes em 7 de junho de 2010, assinada entre os dois governos. Assim, a revisão das necessidades do país deu origem ao projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II”.

O novo projeto aprofundou a abrangência de resultados estruturantes que pudessem apoiar o país em seu processo de desenvolvimento social, baseando-se na experiência brasileira. Como constata a coordenadora do Grupo de Trabalho da CAIXA para a execução do Projeto de Moçambique, Maria Teresa Peres de Souza*, “nós (a CAIXA) temos expertise para compartilhar com Moçambique, nós temos questões muito semelhantes em alguns casos, porque o Brasil tem os dois extremos”.

* Maria Teresa de Souza Peres foi coordenadora do Grupo de Trabalho do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique” de 16/06/2009 a 29/04/2016

RESULTADOS PROPOSTOS

Os resultados previstos para a implementação na primeira fase do projeto, ou seja, de julho de 2007 a julho de 2009, foram concluídos parcialmente. Para dar

continuidade e aprofundamento aos objetivos a serem atingidos na segunda fase, os resultados foram configurados nas seguintes ações:



elaboração de proposta de política habitacional para Moçambique;



transferência de tecnologia para concepção, fabricação e uso de equipamentos para moldagem de produtos e metodologias de construção não-convencional adequadas à realidade moçambicana;



transferência de tecnologia para a implantação de incubadoras de empreendimentos populares;



fornecimento de cinco-projetos-tipo para construção de habitações de baixa renda na forma digital e impressa;



formulação de metodologia para implementação de sistema de acompanhamento de custos e índices da construção civil;



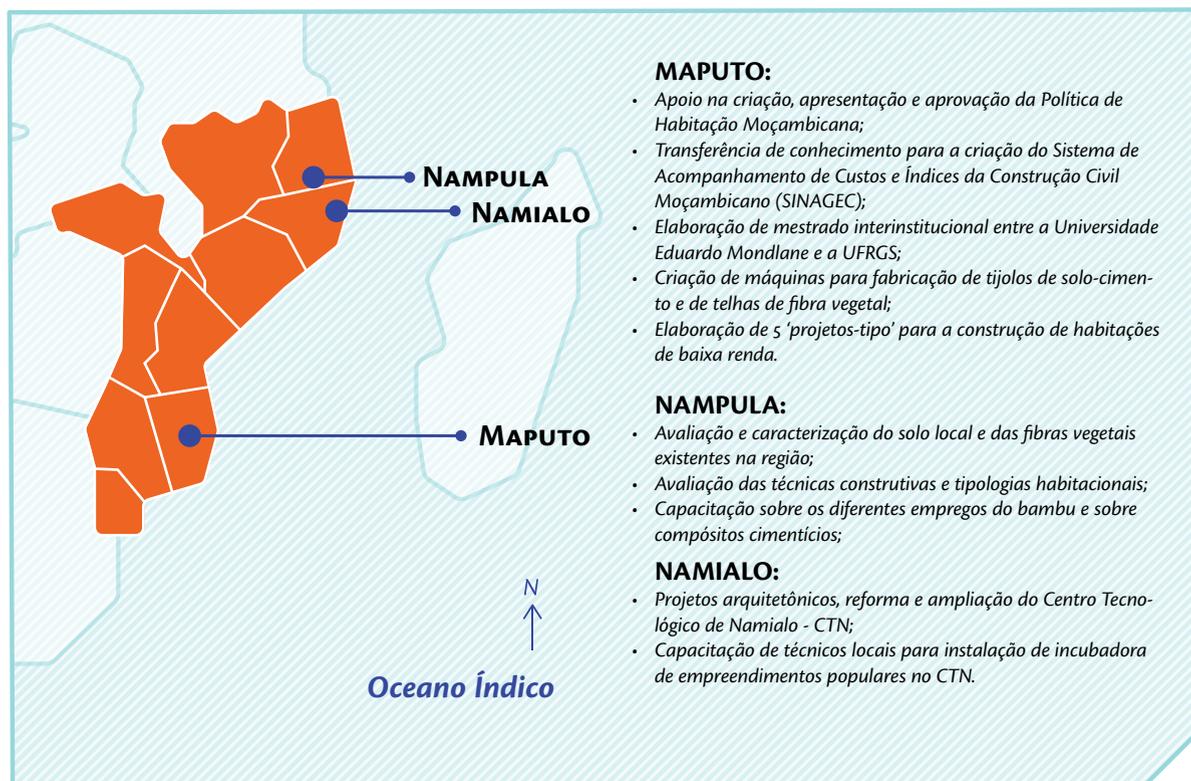
estruturação e elaboração do projeto de ampliação do Centro Tecnológico de Namialo, assim como apoio para instalação de um laboratório com vistas a torná-lo um centro de pesquisa e disseminação de conhecimento em tecnologias não-convencionais de construção; e



planejamento e elaboração do Termo de Referência para implantação de Mestrado interinstitucional na área de construção civil, voltado a docentes e técnicos do governo de Moçambique.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJETO

As cidades bases para o desenvolvimento do projeto em Moçambique tem sido: Maputo, Namialo e Nampula.



MAPUTO:

- Apoio na criação, apresentação e aprovação da Política de Habitação Moçambicana;
- Transferência de conhecimento para a criação do Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil Moçambicano (SINAGEC);
- Elaboração de mestrado interinstitucional entre a Universidade Eduardo Mondlane e a UFRGS;
- Criação de máquinas para fabricação de tijolos de solo-cimento e de telhas de fibra vegetal;
- Elaboração de 5 'projetos-tipo' para a construção de habitações de baixa renda.

NAMPULA:

- Avaliação e caracterização do solo local e das fibras vegetais existentes na região;
- Avaliação das técnicas construtivas e tipologias habitacionais;
- Capacitação sobre os diferentes empregos do bambu e sobre compósitos cimentícios;

NAMIALO:

- Projetos arquitetônicos, reforma e ampliação do Centro Tecnológico de Namialo - CTN;
- Capacitação de técnicos locais para instalação de incubadora de empreendimentos populares no CTN.

Diversas atividades já foram realizadas pela CAIXA, pelo governo moçambicano e universidades parceiras, que contribuíram para o alcance dos seguintes resultados:

a) Aprovação da Política de Habitação Moçambicana, que forneceu ao país base legal para o desenvolvimento de iniciativas na área habitacional.

A elaboração de proposta de política habitacional é um dos maiores legados deixados para Moçambique pelo projeto de cooperação técnica. Ela teve início com a realização de uma oficina com equipes brasileira (CAIXA e Faculdade de Arquitetura de Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP) e moçambicana (Ministério de Obras Públicas e Habitação/ Direção Nacional de Habitação e Urbanismo – participação de vinte técnicos de diferentes províncias). A oficina criou um ambiente favorável ao debate e utilizou uma metodologia participativa em que grupos pequenos discutiam cada tema e, em um fórum maior, foi discutida a organização des-

sas propostas. Fizeram parte da discussão das oficinas aspectos como:

- situações territoriais, problemas habitacionais e padrões mínimos de habitação;
- grupos e respectivas capacidades de acesso à moradia;
- eixos principais da política – desafios, dificultadores e potencialidades;
- eixos principais da política – objetivo geral e estratégias;
- programas da política de habitação.

A proposta de Política e Estratégia de Habitação de Moçambique, construída durante as oficinas, foi então encaminhada para debate regional em diversas províncias moçambicanas, permitindo a participação da população local no processo de construção do documento. Em junho de 2010, o governo moçambicano promoveu um

Seminário Nacional para consolidação do documento e o Conselho de Ministros de Moçambique aprovou, em março de 2011, a “Política e Estratégia de Habitação de Moçambique”. Nela se encontram as principais diretrizes para o uso e ocupação do solo, tendo como objetivo único a promoção do bem estar e a segurança da sociedade moçambicana, relacionadas a condições dignas de moradia. O documento passou então a ser um instrumento orientador e regulador de decisões do governo para assuntos de habitação. A finalização desta ação permitiu ao governo moçambicano iniciar o desenvolvimento de programas habitacionais e a negociação quanto ao aporte de recursos para habitação.

b) Capacitação de técnicos do governo e de microempresas locais para instalação de incubadora de cooperativas populares no Centro Tecnológico de Namialo.

Na transferência de tecnologia para a implantação de incubadora de empreendimentos populares no Centro Tecnológico de Namialo, utilizou-se a metodologia de capacitação dos moçambicanos em oficinas oferecidas por profissionais do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPERJ da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A experiência incentivou alunos que participaram da oficina da COPPE a montarem as suas próprias turmas para a replicação do conhecimento. Foram abordados os seguintes temas: Cooperativismo e Autogestão; Cooperativa Legal e Trabalho em Equipe; Produção e Qualidade; E o seu Produto, Quanto Vale?; Produção de Texto; Marcas, Divulgação e Identidade Visual; Informática e Internet, entre outros.

c) Desenvolvimento de 5 tipologias padrão para a construção de habitação para população de baixa renda.

O resultado que previa a entrega de cinco projetos-tipo para construção de habitações de baixa renda, não se resumia a entrega de projetos prontos aos profissionais de Moçambique; era necessário capacitá-los para o entendimento dos projetos e para a sua utilização. Para tanto, foi realizada capacitação com grupos de representantes das regiões Norte, Centro e Sul do país com a finalidade de provocar a reflexão sobre a função da moradia. Também foram definidos parâmetros para pro-

jetos como dimensões, ambientes, atividades, mobílias e divisões de espaços. O produto final desse resultado foi o estabelecimento de cinco projetos tipo: três para a área rural (Norte/Centro/Sul), um para a área urbana/suburbana e um para portadores de necessidades especiais. Tais projetos apresentam os componentes de infraestrutura no âmbito público e privado, tais como lotes, ruas, praças, parques e os componentes sócio-culturais (seu uso, apropriação e ocupação).

d) Compartilhamento de conhecimentos/metodologia para o desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil Moçambicano (SINAGEC).

A formulação de metodologia para implementação de Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil (SINAGEC) tem como base o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índice da Construção Civil (SINAPI). O SINAPI é um sistema brasileiro de pesquisa mensal que informa custos e índices da construção civil, cujas informações disponibilizadas são oriundas de um trabalho conjunto da CAIXA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE). A rede de coleta do IBGE pesquisa mensalmente preços de materiais e equipamentos de construção, assim como os salários das categorias profissionais junto a estabelecimentos comerciais, industriais e sindicatos da construção civil, em todas as capitais dos estados brasileiros. A CAIXA e o IBGE são responsáveis pela divulgação oficial dos resultados do SINAPI e pela manutenção, atualização e aperfeiçoamento do cadastro de referências técnicas, dos métodos de cálculo e do controle de qualidade dos dados disponibilizados. A replicação do SINAPI tem a intenção de construir e disponibilizar um sistema com as mesmas funções ao Ministério de Obras Públicas de Moçambique.

A metodologia e o conhecimento necessários para a formulação do desenho requerido para o SINAGEC já foram transferidos pela CAIXA aos técnicos moçambicanos responsáveis pela sua estruturação. Na atual fase da cooperação, estão sendo desenvolvidos os módulos para que o sistema reflita os parâmetros adequados à realidade moçambicana em relação ao mercado da construção civil daquele país.



Missão da CAIXA a Namialo para conhecer os materiais e equipamentos de construção utilizados pelo país.

e) Elaboração de projetos Arquitetônico e Complementares para a realização de obras reforma e ampliação do Centro Tecnológico de Namialo, que estão sendo promovidas pelo governo moçambicano.

As atividades para o alcance do resultado Centro Tecnológico de Namialo estruturado e ampliado têm sido implementadas por equipes da CAIXA e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo é a transformação do Centro Tecnológico, localizado em Namialo, em uma referência para a pesquisa sobre materiais de construção dotado de estrutura mínima para também servir como centro de capacitação. Esse resultado vem sendo implementado de acordo com a disponibilidade financeira do governo de Moçambique para a execução das obras de infraestrutura. Os equipamentos e materiais de laboratório para o funcionamento do Centro foram doados pelo governo brasileiro no âmbito do projeto de cooperação.

f) Elaboração de projeto para a concepção de máquinas de fabricação de tijolos de solo-cimento e de telhas de fibra vegetal, adequadas à realidade moçambicana.

Foram realizadas visitas técnicas e entrevistas com a população local, além de levantamento de informações sobre máquinas utilizadas para produção de materiais na construção civil, comércio, fornecedores e solo existente. O Ministério de Obras Públicas de Moçambique, em conjunto com a CAIXA e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foram responsáveis por este diagnóstico, que contou ainda, para a completa apreensão das necessidades do país, de visitas às instalações do LEM – Laboratórios de Engenharia de Moçambique, assim como visitas ao Centro de Investigação Florestal e ao Centro Tecnológico de Namialo.

Os professores da Unicamp apresentaram aos técnicos moçambicanos os diferentes empregos do bambu e aproveitaram a ocasião para apresentar esses conheci-

mentos também aos artesãos e participantes das Meras (micro-empresas rurais associativas moçambicanas).

Com o desenvolvimento das atividades relativas ao fabrico das máquinas foi possível realizar:

- *elaboração do projeto de desenvolvimento e fabricação de equipamentos para a moldagem de tijolos de solo-cimento e de telhas onduladas de compósito de biomassa vegetal e cimento;*
- *desenvolvimento de matrizes e processos de produção para fabricação em Moçambique dos equipamentos para moldagem de tijolos de solo-cimento e das telhas onduladas de compósito de biomassa vegetal e cimento;*
- *cessão de direitos para uso de projeto e matrizes para produção de máquinas para fabricação de tijolos de solo-cimento e de telhas de argamassa com fibras vegetais;*
- *capacitação de empresas para produção das máquinas para fabricação de tijolos e telhas; e*
- *transferência de tecnologias de construção não convencional para utilização de solo-cimento, fibras vegetais e bambu na produção habitacional.*

g) Proposta de mestrado interinstitucional entre a Universidade Eduardo Mondlane e a UFRGS, submetido à aprovação da CAPES/MEC.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi a responsável pelo desenvolvimento e implantação das ações de estruturação do Mestrado Interinstitucional em Engenharia Civil, junto com a Universidade Eduardo Mondlane, tendo duas linhas principais de pesquisa:

- *Gestão e economia da construção; e*
- *Tecnologia dos materiais e processos construtivos.*

Em maio de 2012, o projeto do Curso Mestrado foi submetido à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, conforme o Edital 013/2012 - Chamada Pública de Novas Propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais, Minter/Dinter Nacionais e Internacionais. A estruturação de proposta de mestrado interinstitucional construída com a contribuição dos profissionais das universidades e instituições parceiras de ambos os países, além de ser

inédita, é importante para formação técnica do corpo profissional moçambicano, o que irá se refletir na execução das diretrizes para o campo da construção civil.

O impacto de cooperações como esta vai além do esperado revelando desenvolvimento e conhecimento para todos os envolvidos, como afirma a Coordenadora do Grupo de Trabalho, Maria Teresa Peres de Souza: “a gente se surpreende com aquilo que vai encontrar, porque as pessoas esperavam levar conhecimento, muito mais do que trocar”. E ainda acrescenta: “Eu acho que a cooperação tem nos mostrado o quanto a gente pode aprimorar, porque tem assunto que a experiência do outro país vem contribuir muito conosco.”

SUSTENTABILIDADE

O projeto “Apoio ao desenvolvimento de Moçambique - Fase II” tem tido a preocupação especial com a sustentabilidade no que diz respeito ao aproveitamento dos materiais e tecnologias regionais e baixo consumo de energia e recursos. Em relação à replicabilidade do conhecimento, todas as metodologias e técnicas utilizadas no desenvolvimento dos trabalhos foram compartilhadas com a equipe moçambicana, para que tivesse condições de apreender as informações, utilizá-las de forma prática e armazená-las para uso futuro. Essa atitude está aderente às diretrizes definidas pelo governo brasileiro para a cooperação de não se restringir somente ao fazer, mas ampliar ao como fazer, de forma que a informação se transforme em conhecimento.

O projeto tem tido preocupação especial com a sustentabilidade não só em relação às ações específicas ao tema habitacional, mas também em relação às tecnologias utilizadas no projeto de implantação do Centro Tecnológico de Namialo, por meio do aproveitamento dos materiais regionais e baixo consumo de energia, respeitando as tecnologias locais.

Em relação à herança deixada pela cooperação, tem sido pensadas ações que potencializassem umas às outras, garantindo assim sua continuidade. A Política e Estratégia de Habitação como ação estruturante definiu diretrizes para o desenvolvimento de programas habitacionais que atendessem os diversos segmentos da população. A aprovação dessa Política possibilita ao país alocar recursos nacionais e internacionais para esses programas. A definição de uma Política e Estratégia

de Habitação cria condições para o desenvolvimento de programas que tenham em vista habitação de qualidade, baixo custo, com materiais sustentáveis e promoção da economia, características imprescindíveis.

Outro aspecto observado no desenvolvimento da cooperação foi a capacitação de técnicos e artesãos para atuar na produção de materiais de construção que oferecessem aos cidadãos condições de produzir habitações de qualidade e baixo custo, buscando oferecer sustentabilidade às ações de desenvolvimento econômico local. Tal fato também é observado na criação de um sistema de custos que propiciará o acompanhamento e aproveitamento dos recursos financeiros do país.

Tendo essa sustentabilidade como foco, o Centro Tecnológico de Namialo terá como missão a pesquisa de novos materiais, o desenvolvimento de tecnologias regionais e a disseminação de conhecimento, para formar e incubar pequenas empresas com apoio técnico dos profissionais que serão formados no mestrado interinstitucional. A transferência de tecnologias adequadas à realidade moçambicana e de metodologia de incubação de empresas para produção de máquinas e materiais de construção será importante para o desenvolvimento da economia local e produção habitacional. A formação e capacitação de artesãos, engenheiros e arquitetos moçambicanos, assim como a criação de um centro especializado de pesquisa e disseminação do conhecimento, é fundamental para inclusão social do projeto.

O aspecto de maior sustentabilidade do projeto é que as ações previstas no documento foram incluídas no Plano Quinquenal do governo de Moçambique e consideradas prioritárias pelo país.

LIÇÕES APRENDIDAS

Um dos resultados mais importantes do projeto, embora não previsto em documento oficial, mas decorrente do empenho, interesse e dedicação das equipes envolvidas, foi a interação entre profissionais de ambos os países. Tem havido uma constante troca de experiências e conhecimento técnico e acadêmico, o que propicia um ambiente produtivo de análise de comportamentos, crenças, modelos, conjunturas, assim como de práticas, técnicas e metodologias, o que resultou em debates críticos para o Brasil e para Moçambique.

A interação entre profissionais do Brasil e Moçambique e das instituições parceiras aproximou o conhecimento acadêmico das universidades e a experiência dos profissionais da CAIXA como agente responsável pela implantação das políticas públicas de habitação e desenvolvimento urbano no Brasil. A participação de profissionais das várias universidades e da CAIXA agregou o conhecimento acadêmico à experiência profissional dos especialistas envolvidos e contribuiu para a riqueza de soluções adotadas. O aproveitamento do conhecimento já sistematizado por Moçambique e pelo Brasil, na área de engenharia, arquitetura e urbanismo, ao buscar similaridades entre a realidade dos dois países e criar soluções para os problemas identificados em Moçambique, mostrou que cooperação é crescimento conjunto. A identificação entre os dois países, em função da língua e origens comuns, mostrou que é possível aproveitar experiências brasileiras, adaptando soluções à realidade do país.

Pela recente urbanização de Moçambique, o projeto mostrou que é possível ajudar a evitar problemas sofridos pelo Brasil, mostrando as consequências de uma urbanização acelerada. Para a CAIXA, configurou-

O projeto com Moçambique é o maior em cooperação técnica internacional já realizado pela CAIXA.

-se uma oportunidade para testar, em outro ambiente, técnicas e metodologias utilizadas com sucesso por seus empregados, o que sempre consiste em agregação de valor às rotinas da própria empresa.

Como reconhecimento dos ganhos resultantes do projeto, a cooperação com Moçambique foi selecionada e premiada em 2013 no *Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local*, pelo alcance de seus resultados e pela qualidade dos trabalhos realizados pelas equipes brasileira e moçambicana. O objetivo deste Programa da CAIXA é reconhecer e valorizar as experiências bem-sucedidas para melhorar a qualidade de vida das pessoas, bem como disseminar tais experiências por todo

o país. O Programa da CAIXA baseia-se no Programa *Best Practices and Local Leadership Programme*, o qual coloca em prática a Agenda Habitat, documento das Nações Unidas que reúne diretrizes para criar padrões de vida sustentáveis em assentamentos.

O projeto com Moçambique é o maior em cooperação técnica internacional já realizado pela CAIXA. A aproximação, ocorrida nas duas últimas décadas, do Brasil com o país africano justifica, em parte, o tamanho das atividades e a importância do que já foi entregue como resultado dessa relação. Acredita-se que o legado resultante dessa cooperação firmará as bases do processo de desenvolvimento de Moçambique.



Implantação de incubadoras de empreendimentos populares por meio da cooperação brasileira. (Foto: Prof. Gonçalo Dias - UFRJ/COPPE/ITCP)

Cabo Verde



INFORMAÇÕES GERAIS

Independência
1975



Regime Político
República Unitária
Semipresidencialista



IDH
0,646



Crescimento do PIB
1,84% (2014)



População
514 mil

BRASIL E CABO VERDE

Os dois países mantêm laços históricos e culturais devido ao idioma em comum e por terem sido parte do Império Português. As relações entre Brasil e Cabo Verde foram estabelecidas em 1975, logo após a independência do país africano. Sendo que este país participou ativamente da criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Cabo Verde saiu da lista das Nações Unidas de Países Menos Desenvolvidos por ter superado entraves econômicos, segundo o *African Development Bank Group*¹², em dezembro de 2007. A governança, gestão macroeconômica, abertura comercial e integração na economia global, bem como a adoção de políticas de desenvolvimento social, foram aspectos que sustentaram sua trajetória de desenvolvimento. Entretanto, o país apresenta dependência da conjuntura econômica europeia, bloco de onde provém a maior parte do investimento externo. Nos últimos anos de agravamento da crise na zona do euro, houve uma desaceleração do crescimento do PIB do país, de 4% em 2011 para 1,2% em 2012 e 0,5% em 2013. No entanto, 2014 foi um ano de recuperação econômica e o PIB registrado foi de 2%. Os pilares da economia são o turismo e as remessas de recursos dos cabo-verdianos que estão no exterior.

Do ponto de vista social, Cabo Verde ocupa uma posição de destaque na África Subsariana, com o Índice de Desenvolvimento Humano acima da média dos seus vizinhos (122º lugar entre 187 países do Relatório PNUD de 2015) e tem 85,3% da população adulta alfabetizada.

A relação comercial entre Brasil e Cabo Verde é favorável ao Brasil, com a exportação fechando em 2014 um volume de negócios por volta de USD 25,2 milhões contra USD 84 mil de importação. O comércio entre Cabo Verde e Brasil tem uma peculiaridade constatada pelo Jornal da Federação das Indústrias do Ceará

(FIEC), segundo o qual¹³, por semana, são injetados na economia do estado do Ceará US\$ 200 mil, resultantes das compras das chamadas “sacoleiras” de Cabo Verde, que desembarcam em busca de produtos para serem revendidos no arquipélago localizado na costa africana. Calçados, confecções, artesanato e bijuterias estão entre os produtos ‘made in Ceará’ que já conquistaram a preferência dos cabo-verdianos – graças a esse negócio informal que surgiu espontaneamente desde que a companhia aérea Cabo Verde Airlines inaugurou seu voo semanal para o Brasil tendo como porta de entrada a capital cearense.

O primeiro Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde foi assinado em abril de 1977 e abrange diversos setores, tais como: administração pública, patrimônio público, saúde, educação, formação profissional, hotelaria, agropecuária, habitação, meio ambiente, direitos humanos e cooperativismo. Desde então, várias iniciativas foram estabelecidas, como a intenção de estreitar a cooperação entre os dois países nas áreas de defesa e de segurança, em 2012. De acordo com a ABC, até 2014, existiam 9 projetos em execução no país, somando quase 1,5 milhão de dólares, o que faz com que o país tenha um papel de destaque no volume de investimento brasileiro em termos de cooperação técnica.

Na última década, as ações de cooperação técnica apresentaram resultados relevantes para o país, tais como: capacitação de médicos, eletricitistas, pedreiros, bombeiros hidráulicos, serralheiros, servidores públicos e engenheiros agrônomos cabo-verdianos, entre outros profissionais. inovação ao atendimento de crianças com deficiência nas escolas públicas; e uma abordagem original no atendimento às crianças prematuras cabo-verdianas, o que levou à implantação do primeiro Banco de Leite Humano no continente africano.

12. African Development Bank Group (2015).

13. Federação Das Indústrias do Estado do Ceará (2015).

Título do projeto:

APOIO AO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE CABO VERDE



2010 Assinatura do Projeto



4 temas

Habitação, Políticas Públicas, Sustentabilidade e Tecnologia



3

Parceiros: Ministério das Cidades - Brasil, Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento de Território – Cabo Verde e Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades – Cabo Verde



13

Empregados CAIXA envolvidos



12

Realizações e Legado

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL “APOIO AO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE CABO VERDE”

Como tudo começou – O governo de Cabo Verde elegeu o ano de 2009 como o “Ano da Habitação” e, naquela época, previu medidas e estratégias para promover a habitação social em todo o país, buscando criar as condições para o cumprimento gradual de uma das determinações constitucionais - reivindicada pela população, qual seja, o direito à habitação condigna. A partir desta preocupação, manifestou interesse ao Brasil em receber cooperação técnica nessa área, o que foi atendido pela ABC, convidando a CAIXA e o Ministério das Cidades para a execução do projeto. Cabo Verde tinha, à época, um déficit habitacional de oitenta mil moradias, segundo dados levantados pelo Ministério da Habitação local.

O projeto – A Cooperação entre a CAIXA, Ministério das Cidades do Brasil e o Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento de Território (MDHOT) iniciou-se com a assinatura do projeto “Apoio ao desenvolvimento habitacional de Cabo Verde”, em 20 de maio de 2010. O objetivo do projeto consistiu na transferência de conhecimentos do Ministério das Cidades e da CAIXA, baseados nas experiências do programa “Minha Casa Minha Vida”, visando à sua replicação no “Programa Casa para Todos”, de Cabo Verde. A CAIXA ofereceu o apoio para a estruturação do programa cabo-verdiano e esse trabalho tornou-se um dos casos de sucesso na prestação de cooperação pela empresa, devido ao comprometimento das equipes, da disciplina e organização dos profissionais envolvidos. Ressalta-se que o patrocínio do governo de Cabo Verde, ao disponibilizar todas as informações, horas de trabalho de seus técnicos e infraestrutura necessária para que os resultados chegassem a termo, permitiu a execução em tempo abaixo da média dos demais: apenas nove meses.

RESULTADOS PROPOSTOS

CAIXA



Elaboração dos Manuais do proponente e de análise de engenharia elaborados, com orientações técnicas relacionadas à produção de empreendimentos habitacionais;



Elaboração do Manual de trabalho social elaborado, com orientações técnicas relacionadas à produção de empreendimentos habitacionais; e



Elaboração do Manual de procedimentos operacionais para contratação, com orientações técnicas relacionadas à produção de empreendimentos habitacionais.



Técnicos cabo-verdianos capacitados em análise de renda não comprovada.



Relatório técnico de análise sobre adequação da estrutura do Cadastro Único cabo-verdianos elaborado quanto aos resultados esperados pelo MDHOT.



Modelo financeiro para a sustentação do “Programa Casa para Todos” elaborado.



Assessoria técnica para a consolidação de metodologia e cálculo do Déficit Habitacional e da Inadequação de Moradias, no âmbito da elaboração do diagnóstico do Plano Estratégico Nacional de Habitação pela UNI-CV;



Assessoria técnica para a elaboração do Guia de Adesão dos Municípios ao SNHIS de Cabo Verde;



Assessoria técnica prestada para a elaboração dos Manuais do Programa Casa para Todos (elaborados pelo MDHOT);



Assessoria técnica para o cálculo da distribuição de subsídios no âmbito do Programa Casa para Todos e a estruturação do Fundo Garantidor (fundo destinado à redução do risco de crédito do agente financeiro e à garantia do atendimento às faixas de baixa renda com alto risco de crédito);



Assessoria técnica para a elaboração de metodologia de implementação de instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários de política urbana;



Assessoria técnica para a estruturação de programa nacional de apoio à regularização fundiária sustentável;



Assessoria técnica para a estruturação de cadastros territoriais multifinalitários, com base nas diretrizes para criação, instituição e atualização de cadastro territorial multifinalitário nos municípios brasileiros.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJETO

Os trabalhos tiveram início em junho de 2010, com a visita da equipe brasileira à Cidade de Praia onde participou de reuniões de trabalho, visitas de campo e palestras. Os anfitriões de Cabo Verde foram representantes do Ministério do Trabalho, das Finanças, área de tecnologia do governo - Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI), Imobiliária, Fundiária e Habitat S/A (IFH), ONGs e Bolsa de Valores do país.

Já em visita ao Brasil, em agosto de 2010, os técnicos cabo-verdianos conheceram em Campo Grande (MS) projetos desenvolvidos ao longo dos últimos anos com comunidades carentes na capital matogrossense e visitaram um empreendimento de grande porte para observar infraestrutura urbana específica para a habitação. O roteiro da missão também incluiu o Rio de Janeiro, com visitas às obras de habitação no Complexo do Alemão e no Complexo de Mangueiras, além de São Paulo, onde tiveram reuniões com o IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP. Em Salvador, conheceram a Associação Pracatum Ação Social (APAS), localizada no bairro do Candeal, organização da sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, que tem o objetivo de desenvolver trabalho fundamentado no tripé “educação e cultura, mobilização social e urbanização”.

O engajamento da comunidade do bairro do Candeal no processo de parceria com instituições públicas e privadas transformou a região em modelo de desenvolvimento a ser seguido e conquistou reconhecimento nacional e internacional por meio de vários prêmios sociais, incluindo o Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local, pela Prática “Ta Rebocado”, com o projeto de urbanização do bairro. À época, a socióloga do Ministério de Trabalho, Família e Solidariedade Social do governo cabo-verdiano, Carla Vieira, disse que “este encontro foi

uma oportunidade única de conhecer um projeto dessa grandeza. Levarei essa experiência na minha bagagem para apresentar à sociedade de Cabo Verde”.

A última missão dos técnicos brasileiros a Cabo Verde foi realizada em dezembro de 2010. Desta vez, com o objetivo de promover capacitação sobre a construção dos manuais Operacional, Engenharia e Trabalho Social, que integram os procedimentos para a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida no Brasil.

O projeto foi concluído em fevereiro de 2011, e o resultado esperado foi alcançado com sucesso: a estruturação do “Programa Casa Para Todos”, a partir do modelo brasileiro, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional por meio da construção inicial de 8.500 unidades habitacionais, o que representaria a redução de 20% da carência de moradias. Graças ao apoio técnico brasileiro, o governo de Cabo Verde pôde realizar concorrências internacionais para construir 1.700 unidades de habitação.

No decorrer da implementação das atividades previstas, por consequência do interesse mútuo em trabalhar pela excelência do programa habitacional de Cabo Verde, foram desenvolvidos produtos adicionais pelas equipes técnicas cabo-verdianas e CAIXA. Entre estes produtos estavam: a seleção eletrônica dos beneficiários das habitações sociais por meio do sistema do Cadastro Único¹¹, criação de planilha do cálculo financeiro compatível com a realidade do país africano, elaboração do manual de inovações tecnológicas e da planilha com parâmetros de Análise dos Concursos para construção de empreendimentos habitacionais.

A então Ministra da Habitação de Cabo Verde ressaltou que “o apoio brasileiro tem sido muito valioso para o país, que (com) esta troca há uma oportunidade de ‘beber na fonte’ da experiência brasileira e acertar na implantação do seu programa”.

11. Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

RESULTADOS ADICIONAIS AO PROJETO



Seleção eletrônica dos beneficiários das habitações sociais no cadastro único;



Planilha do cálculo financeiro;



Manual de Inovações Tecnológicas e



Planilha com parâmetros para Análise dos Concursos para contratação de construtoras.

SUSTENTABILIDADE

O projeto contribuiu para a estruturação e implementação da política pública em habitação cabo-verdiana. A análise final dos dois lados envolvidos na cooperação foi que o Programa “Casa para Todos” teve uma melhoria significativa em termos de organização, estruturação e regulamentação, bem como recebeu o legado de um marco jurídico definido e aprovado: a Política de Habitação para o país. Os técnicos e instituições envolvidos no projeto de cooperação tiveram como preocupação

O projeto foi inscrito no Dubai International Award for Best Practices to Improve the Living Environment e hoje consta do Banco de Boas Práticas do Programa, promovido pela ONU e a cidade de Dubai com o objetivo de reconhecer as iniciativas mundiais em habitação.



CAIXA e MDHOT discutem a adequação da estrutura do cadastro único cabo-verdiano.

central garantir a sustentabilidade do programa habitacional de Cabo Verde ao longo do tempo.

Tendo em vista o sucesso alcançado com a implementação, o projeto foi inscrito no *Dubai International Award for Best Practices to Improve the Living Environment* e hoje consta do Banco de Boas Práticas do Programa, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela cidade de Dubai com o objetivo de reconhecer as melhores iniciativas mundiais na área de habitação.

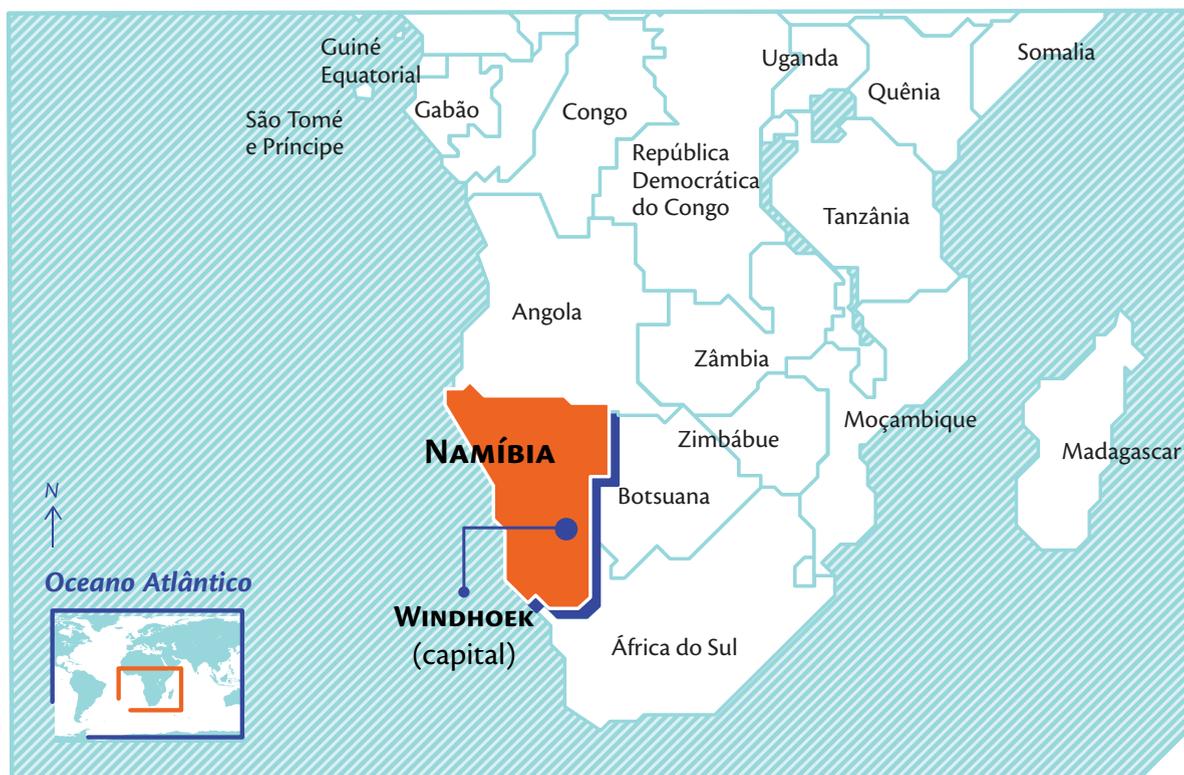
LIÇÕES APRENDIDAS

Os técnicos cabo-verdianos foram unânimes em registrar que o Programa “Casa para Todos” somente terá sucesso se a metodologia do trabalho social estiver entrelaçada com as ações de implementação do próprio Programa, o que garantirá a consolidação da política habitacional local em longo prazo. Tal percepção é baseada pela qualidade dos documentos elaborados (leis, manuais, metodologias e sistemas), pela apropriação dos conceitos brasileiros que sustentam o programa Minha Casa Minha Vida e por sua adaptação à realidade do país africano. A importância dada pelo governo de Cabo Verde aos resultados obtidos pela cooperação com o Brasil permitiu o desenvolvimento de estratégias que visam à sustentabilidade das políticas públicas e a inclusão das famílias cabo-verdianas de baixa renda que possuem rendimentos informais, por meio da metodologia de apuração desenvolvida pela CAIXA, tendo em vista o pagamento de seus financiamentos habitacionais.



Técnico Social de Cabo Verde recebe certificação da Capacitação promovida em parceria com a CAIXA.

Namíbia



INFORMAÇÕES GERAIS

Independência
1990



Regime Político
República presidencialista

IDH
0,628



Crescimento do PIB
4,31% (2014)



População
2,3 milhões

BRASIL E NAMÍBIA

As relações entre Brasil e Namíbia vêm se consolidando desde 1990, com a independência do país, o estabelecimento de relações diplomáticas e, naquele mesmo ano, a criação da Embaixada do Brasil na capital do país Windhoek, sendo que a abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília ocorreu em 2003. As relações entre os dois Estados se iniciaram no contexto do processo de expansão do relacionamento do Brasil com a África, por meio da consolidação de parcerias comerciais, culturais e projetos de cooperação internacional.

A economia da Namíbia tem crescido nos últimos anos, com exceção de 2009, por reflexo da crise internacional, de acordo com o Banco Mundial em seu relatório anual de 2012. No entanto, verifica-se que esse crescimento sofreu o impacto das dificuldades - não só regionais como mundiais - da última década: em 2008, o PIB do país cresceu 2,6%, reduziu-se em 0,3% em 2009, aumentou 6% em 2010 e fechou 2014 com crescimento de 6,4% em relação ao ano anterior.

O setor forte da economia da Namíbia é a extração e o processamento de minerais para exportação, que contribuem com 17% do PIB e 56,6% das divisas recebidas pelo país. O setor de serviços representa 64% da economia, seguido pelo setor industrial com 30% e o agrícola com 6,2%.

Do ponto de vista social, Namíbia chama a atenção pelo alto nível de alfabetização da população, quando comparado com outros países da região. No entanto, ainda há o que fazer em termos de políticas destinadas às mulheres, no que tange ao acesso à terra, ao emprego e à prevenção ao HIV. Em razão das suas carências sociais, o seu IDH foi estimado em 0,628, em 2015.

Em 2014, a Namíbia foi o 135º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,006% no total do comércio exterior do Brasil, que tem a seu favor os nú-

meros da balança comercial no mesmo ano, ao registrar superávit de USD 28,09 milhões. As exportações brasileiras ao país são compostas, em sua grande maioria, por produtos manufaturados e as importações se baseiam em pescados e máquinas elétricas.¹²

No setor de cooperação, entre as décadas de 1990 e 2000, foram estabelecidos entendimentos favoráveis à assinatura de inúmeros acordos, tais como o Acordo de Cooperação Naval, no ano de 1994, e o Acordo Básico de Cooperação Técnica, estabelecido em 1995 e renovado em 2001. Essas iniciativas retratam a dimensão do relacionamento entre os dois países.

A cooperação naval é uma das principais ações nas relações entre Brasil e Namíbia, envolvendo treinamento de pessoal, construção naval e apoio técnico para o processo de levantamento da plataforma continental. Ao longo dos últimos anos, aproximadamente 600 oficiais e praças namibianos foram formados e completaram estágio em estabelecimentos de ensino e em navios da Marinha do Brasil.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL “APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DA NAMÍBIA”

Como tudo começou – A iniciativa nasceu da necessidade do governo namibiano de receber apoio para implementar políticas de desenvolvimento urbano para o país, cuja independência ocorreu em 1990. Com o objetivo de auxiliar a superação de problemas como falta de regulamentação do uso do solo, habitações precárias, além de falta de infraestrutura urbana, uma equipe da CAIXA visitou a Namíbia em 2003, a convite do governo brasileiro, a fim de avaliar como poderia contribuir por meio do conhecimento adquirido, até então, sobre Desenvolvimento Urbano.

12. Ministério das Relações Exteriores (2014).

FICHA TÉCNICA – NAMÍBIA

Título do projeto: APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DA NAMÍBIA



2005

Assinatura do Projeto



3 temas

Fundos, Habitação e Políticas Públicas



1

Parceiro: Ministério Local e Regional para a Gestão, Habitação e Desenvolvimento Rural – Namíbia.



19

Empregados CAIXA envolvidos



2

Realizações e Legado

O projeto – O projeto foi assinado em 2005 e proposto no contexto do Acordo Básico de Cooperação Técnica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia. O objetivo central do projeto era dar apoio ao desenvolvimento urbano da Namíbia, e os objetivos específicos previam:

formulação de políticas de habitação para população de baixa renda; a transferência de metodologias de construção não-convencionais adequadas à realidade namibiana; e a formulação de projeto-piloto na área de gerenciamento de resíduos sólidos e saneamento básico.

RESULTADOS PROPOSTOS



Implementação de políticas para fomento da construção de habitações para a população de baixa renda;



Seleção e transferência de metodologias não-convencionais de construção;



Formulação de projetos para tratamento de resíduos e saneamento básico.

As cidades da Namíbia que tiveram ações relacionadas à cooperação com a CAIXA foram Windhoek, Okahandja e Rehoboth, devido às necessidades de infraestrutura urbana e habitacional.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJETO

A elaboração de documento referente às políticas para fomento de construção de habitações populares na Namíbia ensejou uma pesquisa sobre a legislação existente, a qual contou com a parceria de representantes do Ministério Local e Regional para a Gestão, Habitação e Desenvolvimento Rural (Ministry of Regional and Local Government, Housing and Rural Development), das municipalidades de Okahandja e Rehoboth, além de representantes das comunidades locais. A partir da seleção de documentos brasileiros que poderiam ser adaptados à realidade da Namíbia, foram feitas reuniões com todos os envolvidos para se discutir os termos da elaboração do documento regulador da política habitacional do país.

Essas reuniões propiciaram o debate de assuntos relacionados ao tema habitacional, tais como ordenamento territorial, definição de beneficiários de programas habitacionais, educação ambiental, combate à pobreza, entre outros. A metodologia participativa foi um dos itens apresentados durante a cooperação que, conforme recomendação da equipe brasileira, deveria ser fomentada e implementada como novo paradigma de política pública, o qual seria abraçado tanto pelo governo quanto pela sociedade da Namíbia.

O resultado do projeto sobre as metodologias não-convencionais de construção teve como objetivo apresentar uma alternativa de obtenção de insumos para a edificação de moradias, mediante a utilização de material local de baixo custo. Depois do levantamento de informações sobre essa prática no Brasil, foi realizada missão à Namíbia para a condução de seminário onde foram apresentadas e analisadas as informações brasileiras sobre o tema. Em missão posterior, no município de Okahandja, foi realizada pela equipe de técnicos da CAIXA capacitação de 17 pessoas da comunidade na técnica escolhida de solo-cimento, que contou com a presença dos representantes da UN-Habitat e do Centro Tecnológico da Namíbia, que acompanharam todo o dia de treinamento. O engenheiro Elias Sérgio Ramos responsável pela capacitação observou que: “A comunidade estava bastante ansiosa pela capacitação e foi visível o entusiasmo do grupo que participou do treinamento. Foram fabricados mais de duzentos blocos de solo-cimento para a construção de uma pequena parede, para a demonstração não só da fabricação dos blocos, mas também da sua forma de assentamento e de alguns detalhes construtivos.”

Com relação ao resultado previsto no projeto de cooperação referente ao projeto-piloto sobre gerenciamento de resíduos sólidos e saneamento básico, várias foram as trocas de informação entre os dois países para a construção do diagnóstico sobre a situação vigente na Namíbia. Além disso, nos mesmos moldes do resultado anterior, a equipe técnica da CAIXA pesquisou experiências no Brasil que pudessem ser compartilhadas, ou seja, configurou-se como um ganho para a própria empresa em termos de agregação de valor às informações que já circulavam no ambiente interno da CAIXA.

No contexto desse resultado, uma capacitação foi realizada pela CAIXA com as catadoras de material reciclável da Namíbia. A partir do treinamento recebido, elas aprenderam como coletar e armazenar o material para posterior venda a empresas de reciclagem. Este resultado trouxe perspectiva para as catadoras namibianas, que qualificaram seu trabalho e puderam vislumbrar uma forma de estruturar melhor os seus ganhos, trabalhando com orientações técnicas e de forma conjunta.

A cooperação prestada pela CAIXA incluiu também o diagnóstico sobre o “lixão” onde eram depositados os resíduos sólidos coletados pela municipalidade, uma vez que o governo local ainda não havia implementado o aterro sanitário. No escopo do diagnóstico, coube uma série de recomendações sobre a gestão de limpeza urbana, com instalação de lixeiras para armazenamento de material a ser coletado, caracterização de resíduos e coleta seletiva. Sobretudo, foi dada ênfase à necessidade de se estabelecerem parcerias com empresas interessadas em comprar o material coletado. Além disso, foram dadas orientações sobre campanhas de educação ambiental.

Na avaliação final do projeto, os namibianos apontaram como facilitadores do processo o fácil entendimento da técnica, o custo comprovadamente baixo e a forma como foram capacitados pelo técnico da CAIXA.

RESULTADOS ADICIONAIS AO PROJETO



O uso de tecnologia adequada para a realidade local, utilizando matéria abundante na própria região, reduziu o custo de produção dos tijolos de solo-cimento, assim como o emprego de mão de obra local, que gerou oportunidades de trabalho.



A produção de tijolos de solo-cimento primou pelo baixo impacto ambiental por não envolver a queima em seu processo de fabricação e, portanto, não emitir carbono na atmosfera.



Os técnicos namibianos treinados pela CAIXA comprometeram-se a repassar o conhecimento adquirido para outras comunidades do país, criando um ciclo de compartilhamento. Essa característica do projeto de cooperação com a Namíbia propiciou a construção interativa e coletiva do conhecimento aplicado à realidade local de uma comunidade possibilitando o desenvolvimento estruturado.

SUSTENTABILIDADE

O projeto de cooperação técnica com a República da Namíbia reforçou o papel da CAIXA como o principal agente do governo brasileiro responsável pela implementação do desenvolvimento urbano sustentável, não só no Brasil como em países parceiros. Tal fato significou grande ganho institucional para a CAIXA, uma vez que este foi o primeiro projeto de cooperação da empresa sob a coordenação e patrocínio da ABC. Em uma perspectiva de análise da reciprocidade de influências, a cooperação garan-

tiu a troca de conhecimento e o levantamento de ações inovadoras e sustentáveis que puderam ser implementadas nos dois países. Dessa forma, foi reafirmada a importância de uma política de alcance global nas áreas de desenvolvimento urbano e de responsabilidade socioambiental.

Na avaliação da entrega final do projeto, os namibianos apontaram como facilitadores do processo o fácil entendimento da técnica, o custo comprovadamente baixo e a forma como foram capacitados pelo técnico da CAIXA: com clareza, atenção e dedicação, o que garantiu a consolidação do conhecimento adquirido.

LIÇÕES APRENDIDAS

A grande lição aprendida é que o idioma não configura uma dificuldade na prestação da cooperação técnica internacional. Apesar das diferenças linguísticas entre os dois países, as experiências foram repassadas, praticadas, debatidas e consolidadas em forma de posterior conhecimento registrado. Outra lição que fica é a importância da mulher como pilar central nas populações de baixa renda. É necessário um olhar diferenciado dos governos de qualquer parte do mundo para as mulheres que necessitam de ajuda para aprender formas alternativas de sustentar a família, como bem exemplificaram as catadoras de material reciclável da cidade de Windhoek, na Namíbia. A CAIXA teve papel fundamental no acolhimento, entendimento e capaci-

tação dessas mulheres na busca de um futuro melhor para suas famílias.

O projeto Cooperação Técnica “Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia” foi o primeiro projeto de cooperação técnica executado pela CAIXA e inscrito no “*Best Practices and Local Leadership Programme*” da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo é identificar, documentar, selecionar, premiar e divulgar as melhores experiências de gestão local, em categorias diversas como: habitação, saneamento, meio ambiente, gestão urbana, desenvolvimento social e inclusão social, entre outras. O projeto da Namíbia se enquadrava nos critérios utilizados pelas bancas nacional e internacional do prêmio principalmente pelo legado de sustentabilidade e pela intensa prática de transferência de conhecimento que o permearam.



Encerramento da etapa de treinamento com a construção de parede construída pela comunidade.

São Tomé e Príncipe



INFORMAÇÕES GERAIS

Independência
1975



Regime Político
República Presidencialista



IDH
0,555



Crescimento do PIB
5% (2014)



População
198 mil

BRASIL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

As relações entre Brasil e São Tomé e Príncipe remontam da independência do país em 1975, em acordo com a perspectiva do governo brasileiro à época de expandir o relacionamento com a África por meio de canais de diálogo político, a fim de buscar e consolidar parcerias comerciais e projetos de cooperação internacional. São Tomé também é um dos países que participaram ativamente da criação da CPLP, em 1996. A relação entre os dois países foi incrementada com a instalação da Embaixada do Brasil em São Tomé no ano de 2003.

São Tomé e Príncipe, oficialmente República Democrática de São Tomé e Príncipe, é um conjunto de ilhas localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas principais (Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe), com cerca de 198 mil habitantes. Não tem fronteiras terrestres, mas situa-se relativamente próximo às costas do Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria.

As ilhas de São Tomé e Príncipe foram descobertas pelos navegadores portugueses João de Santarém, Pedro Escobar e Edigel Campos. Foi colônia de Portugal do século XV até sua independência, em 12 de julho de 1975.

Sua população é jovem, de modo que 63,3% dos habitantes têm menos que 25 anos de idade. Apesar das dificuldades econômicas, a ilha apresenta conquistas no aspecto social: está em 143º lugar entre 188 países, no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (0,555), acima da média dos países da África Subsaariana. O país conseguiu, nos últimos anos, significativa redução nas taxas de mortalidade materna e infantil, devida em

grande parte ao aumento de nascimentos assistidos por profissionais qualificados e atingiu em 2014, a taxa de alfabetização de 90,4%.

Como pequeno país, São Tomé e Príncipe enfrenta desafios de inclusão espacial devido à subida do nível das águas do mar causada pelas alterações climáticas e à ausência de uma estratégia nacional de combate às desigualdades territoriais¹³.

Dois importantes aspectos marcaram a economia de São Tomé e Príncipe em 2014: o primeiro foi o crescimento real do PIB que atingiu 4,5%, acima dos 4,0% registrados em 2013, impulsionado pela melhoria da produção agrícola e dos serviços. Em segundo lugar, a governança, baseada no Estado de Direito, permitiu a realização de eleições legislativas livres e transparentes em 2014, oferecendo ambiente para a estabilidade política e confiança dos investidores externos.

São Tomé e Príncipe foi o 203º parceiro comercial brasileiro em 2014. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil no mesmo período, registrou superávit de USD 260 mil em 2014, baseado principalmente por material manufaturado e carne bovina.

Desde a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 26 de junho de 1984, várias iniciativas de cooperação entre os dois países foram implementadas. A cooperação entre o Brasil e São Tomé, em 2014, compreendia 8 projetos em execução, nas áreas de educação, saúde, agricultura, alfabetização de adultos, defesa, infraestrutura urbana, e prevenção e controle do HIV/AIDS.

13. African Development Bank Group (2015).

Título do projeto:

APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: COMPONENTES CAPACITAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ORDENAMENTO TERRITORIAL, POLÍTICA HABITACIONAL E METODOLOGIAS NÃO-CONVENCIONAIS DE CONSTRUÇÃO



2010

Assinatura do Projeto



3 temas

Fundos, Habitação e Políticas Públicas



2

Parceiros: Ministério das Obras Públicas, Infraestruturas, Transportes e Comunicações de São Tomé e Príncipe e Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe.



21

Empregados CAIXA envolvidos



4

Realizações e Legado

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL “APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – COMPONENTES: 1 – CAPACITAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2 – ORDENAMENTO TERRITORIAL E 3 – POLÍTICA HABITACIONAL E METODOLOGIAS NÃO-CONVENCIONAIS DE CONSTRUÇÃO”

Como tudo começou – A iniciativa de cooperação nasceu da necessidade do governo de São Tomé e Príncipe de obter conhecimento na área de engenharia, mais especificamente na utilização de alternativa de sistema construtivo não convencional, mecanismo de financiamento habitacional, bem como na elaboração de legislação habitacional, especialmente para habitações de interesse social. Em termos de tecnologia construtiva, predominam no país construções de madeira e algumas poucas com bloco de concreto, sendo que nas

áreas urbana e rural predominam casas modestas construídas com madeiras provenientes de florestas nativas. Tal fato resulta na existência de moradias precárias, sem condições básicas de saneamento, com famílias co-habitando na mesma unidade. Deve-se destacar que não há indústrias básicas locais de construção: cimento, aço, cal, tubos, fios elétricos, tintas, revestimentos cerâmicos, ferramentas e equipamentos de obra. A construção, portanto depende praticamente da importação de materiais. Outro dos principais problemas confrontados pelo país é o ordenamento territorial incompatível com as necessidades da população, motivo de preocupação de sucessivos governos.

Na missão de prospecção para conhecimento da realidade de São Tomé e Príncipe, registrou-se uma situação habitacional de fragilidade das moradias, com condições de infraestrutura insuficientes e altas taxas de coabitação, condições verificadas principalmente para a população de baixa renda. O governo santomense tinha dificuldades para alocar recursos do orçamento a ser

destinado ao financiamento de programas habitacionais e não possuía um fundo para garantir compromissos necessários à implantação de programas e projetos para habitação, nas modalidades de aquisição, construção, conclusão, ampliação de unidades isoladas ou na forma associativa. Acionada pelo governo santomense, a ABC convidou a CAIXA para estabelecer uma parceria.

Os projetos – A Cooperação entre a CAIXA e os Ministério das Obras Públicas, Infraestruturas, Transportes e Comunicações e Ministério das Finanças e Cooperação Internacional de São Tomé e Príncipe iniciou-se com a assinatura, em 19 de agosto de 2010, de 3 projetos: “Apoio ao Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe – Componente Capacitação na Estruturação e Gestão de Fundos de Desenvolvimento Social”, “Apoio ao Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe – Componente Ordenamento Territorial” e “Apoio ao Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe – Componente Política habitacional e metodologias não-convencionais de construção”. Esses projetos apresentavam os seguintes objetivos de capacitação do governo santomense:

- *Estruturação de um fundo para captar, centralizar e disponibilizar recursos financeiros a serem aplicados em programas habitacionais;*
- *Formulação de Plano Nacional de Ordenamento do Território abrangendo os temas de Ocupação, Uso e Transformação do Solo; Regularização Fundiária; Planos Diretores; Cadastramento Imobiliário e Bases Cartográficas. Além disso, a implementação de um Sistema de Informações Georreferenciadas – SIG, a ser utilizado na gestão e atualização do ordenamento territorial e do cadastro imobiliário, tanto para fins de controle do território, bem como para atualização das bases tributárias;*
- *Elaboração de legislação habitacional de São Tomé e Príncipe, notadamente para habitações de interesse social;*
- *Utilização de metodologias não-convencionais de construção, aplicáveis à realidade do país, visando otimizar o padrão construtivo local, a fim de racionalizar o uso de equipamentos e materiais provenientes das florestas nativas, reduzindo o prejuízo que a extração traz ao meio ambiente, resultando na construção de 02 unidades residenciais modelo a partir da metodologia aprendida.*

RESULTADOS PROPOSTOS



Capacitação para estruturação e gestão de fundo de desenvolvimento social;



Proposta para a elaboração do Plano de Ordenamento do Território de São Tomé e Príncipe;



Capacitação para o estabelecimento de critérios para estruturação da legislação habitacional e Metodologias de construção não-convencionais, ajustadas à realidade santomense.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE CAPACITAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

As atividades desse projeto focaram na capacitação das instituições do governo em prol da estruturação e gestão de um fundo para suportar o programa habitacional do país. De forma a transmitir o conhecimento, foram realizados treinamento e visitas de estudo da equipe santomense ao Brasil para conhecimento da experiência brasileira.

A primeira ação em São Tomé e Príncipe, em agosto de 2012, foi uma Oficina de Sensibilização para 36 representantes do Governo Local, Instituições Bancárias, Câmaras Distritais, e a Sociedade Civil. O objetivo sensibilizar as autoridades santomenses e o corpo técnico do governo daquele país sobre a importância a respeito da estruturação de Fundos Habitacionais. Durante o evento, foi apresentada a experiência do Brasil na gestão de fundos públicos no âmbito da habitação e identificadas, em conjunto com a equipe santomense, contribuições para formular proposta de criação de um fundo de desenvolvimento social, com o intuito de viabilizar programas de habitação de interesse social naquele país.

Após a redação de minuta de texto para estruturação do Fundo de Desenvolvimento Social, durante a missão brasileira ao país, a equipe santomense se reuniu, no primeiro semestre de 2013, com o governo e representantes dos distritos do país para elaboração do anteprojeto de Lei de base do Sistema Nacional de Habitação Social.

Ainda no primeiro semestre daquele ano, a equipe santomense visitou o Brasil para conhecer o modelo habitacional brasileiro voltado para população de interesse social, de modo a permitir o aprimoramento da minuta de legislação de fundos.

Durante o encontro, os técnicos conheceram ainda os macroprocessos realizados pela CAIXA, no papel de gestor, administrador e como agente financeiro dos fundos públicos habitacionais e parceiros importantes para o Governo Federal no enfrentamento do problema de déficit habitacional no Brasil. Eles foram apresentados também ao modelo de financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida, ao papel de outros fundos na concessão de financiamento habitacional, bem como ao funcionamento do Cadastro Único.

Finalizando as atividades do projeto em dezembro de 2013, o texto da ante-proposta de Lei de Fundo de Habitação foi submetido ao Ministro de Plano e Finanças de São Tomé e Príncipe pelo grupo de trabalho santomense.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE ORDENAMENTO TERRITORIAL

O diagnóstico realizado por técnicos brasileiros, ainda em 2009, constatou que o país carecia de melhorias nas ações de planejamento voltado ao desenvolvimento urbano, especificamente nos seguintes tópicos: Ocupação, Uso e Transformação do Solo; Regularização Fundiária; Planos Diretores; Cadastramento Imobiliário e Bases Cartográficas, além do Programa Nacional de Ordenamento do Território. Nos órgãos competentes para o desenvolvimento urbano, inexistiam equipamentos (*software e hardware*) e sistemas de informações georreferenciadas adequados para uma melhor gestão do território, e o corpo técnico, que trabalhava nessas áreas, necessitava de capacitação profissional adequada.

Durante a execução do projeto, as equipes brasileira e santomense trabalharam em conjunto na elaboração de uma proposta de ordenamento territorial, ocupação, uso e transformação do solo (área de expansão urbana) e regularização fundiária, inclusive com as minutas dos marcos legais.

Após analisar a legislação sobre Ordenamento Territorial do país, os técnicos brasileiros consultaram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com o objetivo de discutir, com representantes dessas instituições, alternativas para soluções de questões relacionadas a ocupação, uso e transformação do solo de São Tomé e Príncipe.

Visando contribuir para a estruturação básica da atividade de ordenamento territorial no país, foram feitos investimentos em insumos como a compra de quatro microcomputadores, quatro softwares de navegação de *Global Positioning System* – GPS e seis aparelhos receptores de GPS, adquiridos pela ABC e doados ao país. O IBGE contribuiu cedendo gratuitamente imagens de satélite com material cartográfico digitalizado sobre o país. Isto foi possível porque o Instituto apoiou a elaboração do censo de 2012 do país africano, quando houve o georreferenciamento de todas as habitações. As doações foram importantes porque viabilizaram a consolidação do conhecimento teórico transmitido, uma vez que os órgãos do governo relacionados aos temas passaram a ter ferramentas para aperfeiçoar as ações de planejamento voltado ao desenvolvimento urbano local.



Técnicos santomenses e da CAIXA durante missão ao país.

Todo esse material foi utilizado durante a capacitação em ordenamento territorial, cadastros imobiliários e sistemas de informações geográficas, realizada em São Tomé e Príncipe, em setembro de 2013, voltada à formação e treinamento de pessoal sobre esses temas.

“O Projeto permitiu a elaboração de uma legislação base para o desenvolvimento da política de ordenamento do território e da habitação em São Tomé e Príncipe.”

CESALTINO FERNANDES
COORDENADOR DO GT EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Dois meses depois, os técnicos santomenses vieram ao Brasil para conhecer experiências brasileiras em ordenamento territorial, cadastro multifinalitário e intervenções urbanísticas. A partir desse conhecimento adquirido,

a equipe do país africano pôde avançar nos debates sobre alternativas para os aprimoramentos das legislações de São Tomé e Príncipe de ordenamento territorial.

A cooperação entre Brasil e São Tomé e Príncipe teve como resultado a elaboração da Proposta da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, que permitiu a criação de um instrumento de ordenamento e gestão do território, além de capacitar os técnicos santomenses no tema, de modo a possibilitar o desenvolvimento de outros projetos nessa área.

Além da proposta de lei, a parceria permitiu ganhos extras, como a criação da Direção de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, cujas atribuições eram diluídas em diferentes instâncias governamentais sem a devida qualificação do corpo técnico, que foi possível por meio das capacitações realizadas e equipamentos e licenças disponibilizadas.

Outro ganho adicional foi a elaboração de projetos na área de planejamento urbano, tais como o plano de expansão urbana para as capitais distritais e para São Tomé.

O Projeto de Cooperação Técnica com o Brasil permitiu ainda a elaboração, pelos técnicos santomenses, de um projeto que seria encaminhado ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para obtenção de recursos. O objetivo era receber financiamento para elaboração de planos diretores e urbanísticos nos distritos e Região Autônoma da ilha de Príncipe, assim como do cadastro territorial, da cartografia e investimento em capacitação para a equipe, dentre outros itens.

À época da implementação do projeto, o Ministro das Obras Públicas, Infraestruturas e Recursos Naturais e Meio Ambiente, Fernando Maquengo, destacou a relevância da cooperação com o Brasil na área de desenvolvimento urbano. Em entrevista concedida a TV Santomense, durante os seminários “Ordenamento Territorial” e “Cadastro Imobiliário”, em 2013 ele expressou, o desejo de que houvesse continuidade nessa cooperação para fortalecimento das instituições e da política nacional nessa área, tendo em conta a expertise brasileira e os resultados positivos alcançados nos projetos.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE POLÍTICA HABITACIONAL E METODOLOGIAS NÃO-CONVENCIONAIS DE CONSTRUÇÃO

As atividades deste componente tinham como objetivos específicos identificar, em conjunto com os técnicos santomenses, metodologias de construção não-convencionais ajustadas à realidade do país e transferi-las por meio de capacitação técnica; assim como capacitar técnicos santomenses para o estabelecimento de critérios para estruturação da legislação habitacional. O projeto está em sua fase final, com o estabelecimento, pelo governo santomense, de critérios para estruturação da legislação habitacional. Além disso, estão sendo construídas duas unidades habitacionais com as metodologias de construção apresentadas pela CAIXA.

RESULTADOS ADICIONAIS AO PROJETO



Criação da Direção de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano



Proposta de Decreto-lei que estabelece as bases para o Plano de Expansão Urbana da Cidade de São Tomé - Sector Norte, entre Gongá, Santo Amaro e Aeroporto - e Planos de Expansão para as Capitais Distritais e Capital da Região Autônoma do Príncipe.



Desenho de projeto para a obtenção de recursos junto ao BAD para elaboração de planos diretores e urbanísticos nos distritos e Região Autônoma da ilha de Príncipe, além de cadastro territorial, cartografia e investimento em capacitação para a equipe, dentre outros itens.

SUSTENTABILIDADE

A cooperação técnica do Brasil com a República Democrática de São Tomé e Príncipe foi um marco para a cooperação executada pela CAIXA, pois todas as ações implementadas foram estruturantes e contribuirão, em longo prazo, para o desenvolvimento e qualificação da gestão pública daquele país.

A criação da Direção de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano é o resultado do amadurecimento da reflexão do corpo de gestores públicos do governo local, a partir das experiências partilhadas ao longo da execução do projeto de Ordenamento Territorial.

Essas experiências capacitaram o corpo de funcionários do governo local para desenvolver Planos de Expansão Urbano do território e propostas de obtenção de recursos junto a organismos internacionais para financiar investimentos em Desenvolvimento Urbano.

As duas propostas de marcos legais sobre Ordenamento Territorial e Fundos de Habitação serão integradas ao arcabouço jurídico de São Tomé e Príncipe e permitirão o avanço do país em questões prioritárias para a melhoria das condições de vida da população de baixa renda no tema do desenvolvimento urbano.

LIÇÕES APRENDIDAS

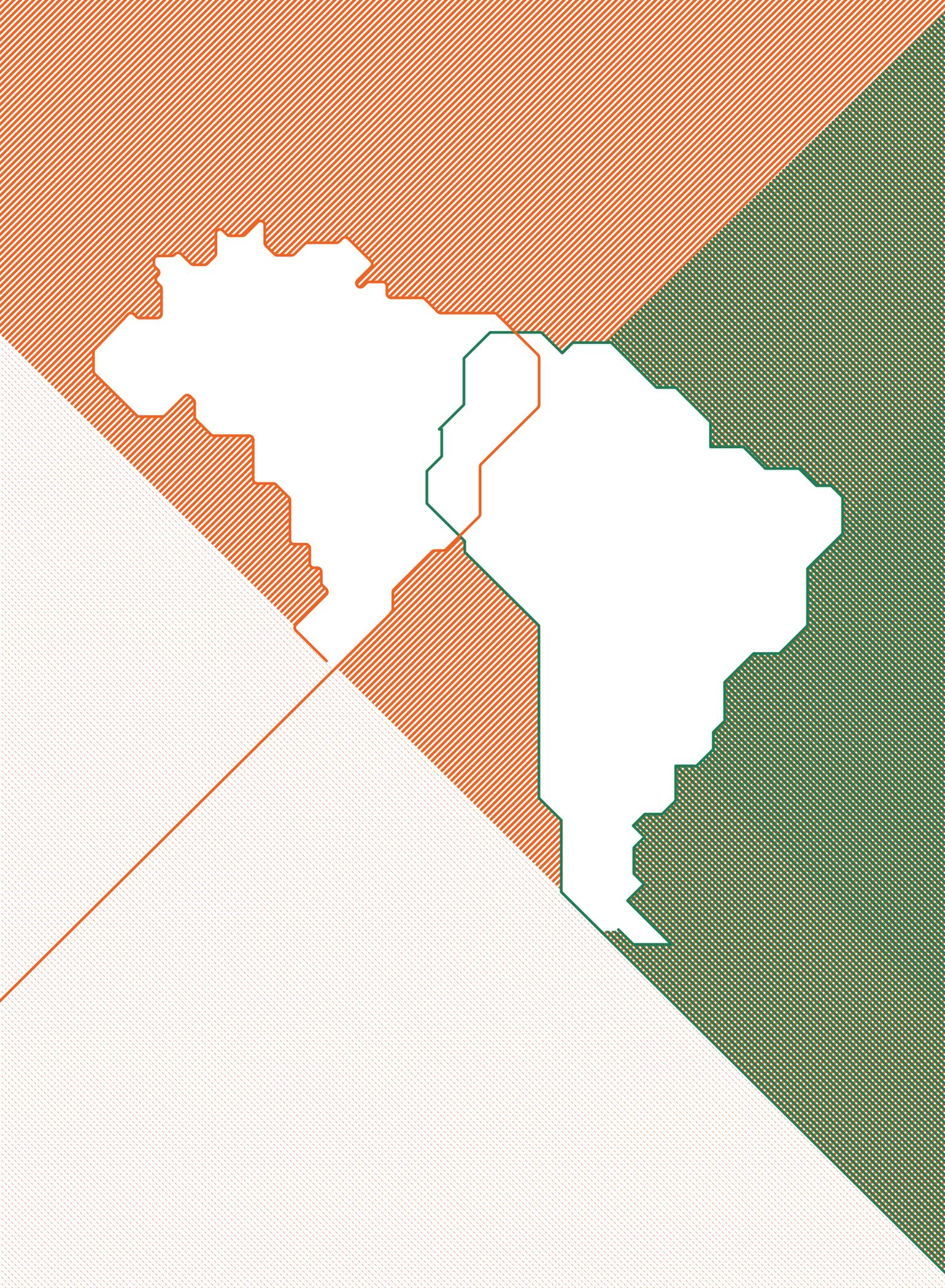
Em uma parceria dessa natureza, sempre há ganho de ambos os lados. Da parte de São Tomé e Príncipe, houve o aprendizado do desenvolvimento das articulações interinstitucionais necessárias para o planejamento e execução de ações que permitam a construção de programas e projetos que auxiliem o país na superação das suas deficiências de desenvolvimento do país. Do lado brasileiro, além da chance de aprender ensinando, houve oportunidade de aplicar, em outra cultura e arboúço institucional, práticas construídas pela CAIXA ao longo do tempo no enfrentamento dos desafios brasileiros, o que enriqueceu muito o acervo de conhecimento da empresa.



Fabricação de blocos vazados produzidos durante a capacitação realizada pelo Projeto.

2.

**Projetos de Cooperação
Internacional com Países
da América do Sul**



Peru



INFORMAÇÕES GERAIS

Independência
1821



Regime político
República Presidencialista

IDH
0,734



Crescimento do PIB
2,35% (2014)



População
31,4 milhões

BRASIL E PERU

As relações entre Brasil e Peru iniciaram-se em 1826, seguidas de um período de negociações entre os dois países para a definição das fronteiras. Depois da solução da questão limítrofe, houve um incremento das relações entre as duas nações, quando o governo brasileiro assumiu um papel de mediador de controvérsias do Peru em relação ao Equador, Chile e Colômbia, ao longo do século XX.

Atualmente as relações bilaterais se dão no contexto da Aliança Estratégica Brasil-Peru, iniciada no ano de 2003. Além dessa instância, o Foro Empresarial Brasil-Peru e a Câmara Binacional de Comércio e Integração Peru Brasil (Capebras) também são responsáveis por iniciativas de fomento sistemático do comércio bilateral. Há ainda a participação dos dois países na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, a CELAC.

Nos últimos anos, o Brasil tem intensificado seu interesse em projetos que contribuam para a formalização da aliança entre os dois países. Dentre as diversas iniciativas, destaca-se a construção da Rodovia Interoceânica, que pretende ampliar o comércio e o turismo, promovendo o desenvolvimento dos Estados do Acre, Mato Grosso e Rondônia, no Brasil, bem como Arequipa, Cusco e Madre de Dios, no Peru.

Peru e Brasil vêm estreitando suas relações comerciais na última década. O fluxo de comércio entre os dois países sul-americanos apresentou um crescimento médio anual de 14,8% entre 2006 e 2014, passando de US\$ 2,29 bilhões para US\$ 3,52 bilhões, sendo que as exportações do Brasil para o mercado peruano em 2014 somaram US\$ 1,81 bilhões, e as importações representam um montante de US\$ 1,72 bilhão.¹⁴

O Peru foi o 33º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,77% no total em 2014.¹⁵ Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 78,6%, de USD 1,97 bilhão para USD 3,52 bilhões.

Nesse período, as exportações cresceram 22,09% e as importações, 353,49%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de USD 106,2 milhões em 2014. Entre os países da América do Sul, o Peru constitui-se no terceiro maior destino dos investimentos brasileiros, com estoque de cerca de US\$ 1,9 bilhão. No âmbito do Acordo entre o Mercosul e o Peru, o Brasil já concedeu ao País 100% de preferências tarifárias para mais de 6,5 mil produtos, fato que demonstra o interesse brasileiro na aliança estratégica com o País Andino.

O ano de 2014 apresentou-se pouco favorável à economia peruana. O crescimento desacelerou e apresentou queda de 5,8% em 2013 para 2,4% em 2014, devido à baixa no preço de exportação dos metais, às dificuldades conjunturais nos setores pesqueiro e agrícola e à consequência da crise internacional. Mesmo assim, o Peru continua sendo uma das economias de melhor desempenho da América Latina, com fundamentos econômicos sólidos e crescente redução da pobreza¹⁶.

O país tem feito esforços para melhorar a condição de vida da população, demonstrados na frequente queda no índice de pobreza. Entretanto, a situação das populações das áreas rurais ainda preocupa o governo. A população é 93,8% alfabetizada e possui expectativa de vida de 74,6 anos e, no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano de 2015, o país posicionou-se no 84º lugar.

O primeiro passo para o estabelecimento de parceria para a troca de conhecimentos entre Brasil e Peru foi a assinatura, em 1975, de um Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os dois governos, convênio esse ratificado em 1976. O Programa de Cooperação Técnica Brasil – Peru¹⁷ conta atualmente com uma carteira composta por vinte projetos em execução, dois em processo de assinatura, nove em negociação e dois concluídos.

14. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que podem ser encontrados na página do Ministério na internet. www.mdic.gov.br.

15. Ministério das Relações Exteriores (2015).

16. International Monetary Fund (2014).

17. Dados da ABC

FICHA TÉCNICA – PERU

Título do projeto: Fortalecimento das Capacidades em Microfinanças, Gestão Operacional de Programas Sociais e Apoio ao Desenvolvimento Regional e Fronteiriço Brasil – Peru



2011 Assinatura do Projeto



3
temas

Temas: Assistência Técnica a Municípios, Programas Sociais e Microcrédito



2

Parceiros: Banco de La Nación – Peru e Agencia Peruana e Cooperación Internacional – APCI – Peru



16

Empregados CAIXA envolvidos



13

Realizações e Legado

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL: “FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES EM MICROFINANÇAS, GESTÃO OPERACIONAL DE PROGRAMAS SOCIAIS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E FRONTEIRIÇO BRASIL - PERU”

Como tudo começou – O projeto nasceu a partir de 2003, por meio da aliança estratégica estabelecida entre os dois países, baseada em projetos econômicos e comerciais destinados a dinamizar a integração bilateral. Já o relacionamento entre a CAIXA e o Banco de la Nación – BN – foi firmado por meio do “Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional”, assinado em 16 junho de 2010, durante reunião bilateral Brasil – Peru, e que deu origem ao Projeto “Fortalecimento das Capacidades em Microfinanças, Gestão Operacional de Programas Sociais e Apoio ao Desenvolvimento Regional e Fronteiriço Brasil-Peru”. O BN é um banco governamental e 4ª maior instituição financeira do Peru. Entre os serviços oferecidos

pelo banco estão: Correspondente Bancário, Créditos e Garantias, Letras de Crédito e Câmbio. A instituição possui 412 Agências no território peruano.

O projeto – A construção do projeto se deu através de diversos encontros entre as duas instituições, incluindo a visita de missão brasileira a Lima para o estabelecimento dos temas da cooperação. Ao assinarem o projeto de cooperação em 21 de outubro de 2011, os dois bancos tinham como objetivo prestar colaboração mútua em assuntos de interesse comum. A cooperação com o Peru foi a primeira experiência da CAIXA com efetiva oportunidade de troca de conhecimento, por meio da qual o banco brasileiro pôde aprender sobre o tema de implementação de estratégias e processos em microfinanças, em especial, na zona rural, expertise que a empresa não detinha.

O escopo do projeto foi definido também a partir da necessidade de capacitação de técnicos peruanos em gestão de programas sociais e na modernização da gestão municipal, sobretudo nas ações de assessoria e assistência técnica aos municípios.

RESULTADOS PROPOSTOS



Equipes de técnicos da CAIXA capacitadas para o desenvolvimento e implementação de estratégias, metodologias, produtos, garantias, processos e sistemas para o crédito orientado, especialmente as microfinanças.



Equipes de técnicos do Banco de La Nación capacitadas em relação a Programas de Modernização da Gestão Municipal e Assistência Técnica a Municípios, operados pela CAIXA.



Equipes de técnicos do Banco de La Nación capacitadas na elaboração e implementação de um modelo de gestão com processos sistematizados que contribua para melhorar a plataforma operacional e tecnológica que seja oferecido aos programas sociais.



Famílias peruanas participam de programa social durante missão CAIXA para conhecer a distribuição dos benefícios.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJETO

As atividades previstas no projeto iniciaram sua execução com uma agenda extensa de visitas técnicas realizadas no Peru pela equipe de técnicos brasileiros, nas cidades de Lima, Ayacucho, Vinchos, Vilcashuamán, Surco e Rimac e na região amazônica em Puerto Maldonado, Ibéria e Iñapari. Nessas localidades, foram realizados encontros com os gerentes das agências do banco peruano, Associação das Entidades de Microfinanças do Peru, a Caja de Arequipa, com os executivos municipais e os beneficiários de programas sociais onde foi observada a realidade peruana sobre o processo de microfinanças, gestão municipal e pagamento de benefícios sociais. Foram feitas, também, visitas à região amazônica em ambos os lados da fronteira. No Brasil, as visitas da equipe de técnicos do Banco de La Nación se concentraram em Brasília, na sede da CAIXA e, em Assis Brasil, no estado do Acre, na fronteira do Brasil com o Peru, onde eles tomaram conhecimento sobre o processo de pagamento de benefícios sociais e assistência técnica a municípios.

O Programa Juntos peruano foi o principal beneficiado com o resultado previsto no projeto para o apoio à capacidade operacional e tecnológica que dão suporte aos programas sociais do Peru. O papel do programa é promover e apoiar o acesso a serviços de qualidade em educação, saúde e nutrição, mediante incentivos econômicos governamentais e, no ponto de vista de bancarização e acesso ao crédito à população de baixa renda, promover e fomentar a utilização de serviços financeiros, especialmente os que se referem a contas de poupança, de forma racional, responsável e sustentável.

O programa existe desde 2005 e foi inspirado no Bolsa Família brasileiro; de 2009 a 2010, foram beneficiadas 3.800.000 mulheres, público-alvo da iniciativa. Para a certificação das informações levantadas sobre as famílias, os técnicos peruanos aproveitaram a experiência brasileira na construção do Cadastro Único¹⁷ e, ao utilizarem as premissas do cadastro, criaram os eventos das Assembleias Comunal, que são realizadas com a ajuda dos líderes comunitários em espaços pú-

blicos e ocorrem de 2 em 2 meses, quando são feitas as atualizações dos dados cadastrados no sistema. São nessas ocasiões que o Banco de La Nación tem realizado ações de educação financeira e pretende aplicar os resultados do projeto com a CAIXA no que tange a canais de pagamento e gestão da plataforma operacional e tecnológica de pagamento de benefícios sociais que dão suporte ao Programa Juntos.

As capacitações realizadas pela CAIXA, que tiveram como tema principal a inclusão financeira atrelada aos benefícios concedidos no âmbito dos programas de transferência de renda e habilitaram o Banco de La Nación a tornar-se membro da *Comisión Multisectorial de Educación Financiera*, criada pelo governo peruano em 2014 e composta pelo Ministério de Economia e Finanças (MEF), Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social (MIDIS), Superintendência de Bancos, Seguros e AFP (SBS) e o Banco Central de Reserva do Peru. A comissão tem por objetivo desenvolver a política marco que conduzirá à Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) peruana.

Fez ainda parte do treinamento disponibilizado pela CAIXA um capítulo destinado à apresentação do “Cartão do Cidadão”, criado pelo governo brasileiro para controlar vários benefícios concedidos ao cidadão, o que inspirou o desenvolvimento do “Cartão do Trabalhador”, o qual será incorporado ao portfólio do Banco de La Nación.

No âmbito da modernização da gestão pública e assistência técnica aos municípios teve lugar, em Lima, um seminário sobre o tema com foco em consórcios públicos e articulação institucional. A intenção do Banco de La Nación é replicar este conhecimento nas várias regiões do país de modo a aperfeiçoar a atuação dos municípios. Durante o encontro, a CAIXA teve a oportunidade de conhecer a experiência do Ministério de Finanças e Economia do Peru na execução do *Plan de Incentivos a la Mejora de Gestión Pública*. O plano tem como princípio a distribuição de recursos remanescentes de projetos não implementados pelas prefeituras peruanas aos governos locais que cumprem a meta de execução dos recursos.

17. Repassada ao governo peruano pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Brasil (MDS).

RESULTADOS ADICIONAIS AO PROJETO



O Banco de La Nación tornou-se membro da Comisión Multisectorial de Educación Financiera;



Desenvolvimento, no Peru, do "Cartão do Trabalhador" nos moldes do "Cartão do Cidadão", criado pelo Governo Federal brasileiro para unificar/administrar os vários benefícios concedidos ao cidadão;



Apoio ao aprimoramento da articulação institucional do Banco de la Nación com o Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social peruano, consolidando a participação dessas instituições no desenvolvimento do país;



Compartilhamento nas esferas do governo brasileiro da experiência exitosa do Ministério de Finanças e Economia do Peru do Plan de Incentivos a la Mejora de Gestión Pública.



CAIXA e Banco de la Nación promovem em Lima, seminário de capacitação em Gestão Pública.

SUSTENTABILIDADE

A consolidação do conhecimento recebido pelo Banco de La Nación e pela CAIXA está na medida do número de multiplicadores formados ao longo da execução do projeto. Neste sentido, a cooperação foi exitosa tendo em vista o número de técnicos capacitados de ambos os lados:

- 10 técnicos do Banco de La Nación e 20 gestores municipais da região metropolitana de Lima foram capacitados em relação a programas de modernização da gestão municipal e assistência técnica a municípios, operados pela CAIXA;
- 15 técnicos do Banco de La Nación foram capacitados na elaboração e implementação de um modelo de gestão com processos sistematizados que contribuirão para melhorar a plataforma operacional e tecnológica que será oferecida aos programas sociais;
- 08 técnicos da CAIXA foram capacitados para o desenvolvimento e implementação de estratégias, metodologias, produtos, garantias, processos e sistemas para o crédito orientado, principalmente os referentes a microfinanças.

A consequência esperada pelo governo peruano com a troca de experiências é a promoção do desenvolvimento econômico financeiro, social, regional e fronteiro, o que poderá ter, a médio e longo prazos, impacto positivo na geração de produtos e serviços financeiros para a população de baixa renda. Estes proporcionarão a expansão do crédito, a geração de emprego e renda, bem como a inclusão financeira e social, especialmente nas regiões de fronteira.

"Alguns projetos têm sido exclusivamente de prestação de cooperação do Brasil para os outros países. Este tinha três temas e em um deles estávamos recebendo conhecimento".

CARLOS F. C. DE SOUSA, COORDENADOR DO GT CAIXA NO PROJETO COM O PERU.



Comitiva brasileira se reúne com presidência do Banco de la Nación para avaliação do projeto.

LIÇÕES APRENDIDAS

A execução da cooperação por duas instituições financeiras similares criou um ambiente favorável para a revisão de processos e para a geração de inovação. Houve oportunidade para ambas reavaliarem a sua atuação: o Banco de La Nación, que atua como banco provedor de recursos financeiros para instituições de microcrédito, identificou a oportunidade de atuar também como um banco comercial; a CAIXA, por sua vez, pretende rever a sua atuação em microfinanças e incorporar novas competências nesse segmento. Entre a expertise da CAIXA que o Banco de La Nación conheceu e iniciou o processo de implementação, adaptando-a ao contexto peruano, destaca-se a diversificação dos canais de distribuição, seja por meio do uso da telefonia móvel celular, da agência caminhão, seja por meio da agência barco.

Desse modo, essa parceria serviu de experiência para os dois lados, sendo que nesta cooperação a CAIXA teve oportunidade de não só repassar a sua expertise, mas também aprender com a experiência de outra instituição financeira de um país com características de desenvolvimento semelhantes às do Brasil. "Este projeto Brasil-Peru tinha três temas: dentre eles, em dois temas nós estávamos prestando o conhecimento e em um tema nós estávamos recebendo conhecimento", destacou Carlos de Faria Coelho de Sousa, Coordenador do Grupo de Trabalho da CAIXA do Projeto com o Peru.

Venezuela



INFORMAÇÕES GERAIS

Independência
1821



Regime político
República Federal Presidencialista



IDH
0,762



Crescimento do PIB
-4,0% (2014)



População
31 milhões

BRASIL E VENEZUELA

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Venezuela remontam ao início do século passado, quando foram firmados, em Caracas, protocolos relativos à demarcação das fronteiras entre os dois países, tal como estipuladas pelo Tratado de Limites e Navegação Fluvial, em 1859. Mas foi principalmente na última década que essas relações vêm se estreitando, iniciando com o lançamento da Parceria Estratégica entre os dois países, em 2005, seguido do estabelecimento de reuniões presidenciais periódicas, em 2007, e culminando com a incorporação da Venezuela no Mercosul, em 2012.

De acordo com relatório analítico do Banco Mundial, referente à última década, os preços do petróleo historicamente elevados permitiram a expansão do gasto do governo em programas de grande vulto, como a criação de empresas públicas e a nacionalização de empresas privadas em setores como petróleo, mineração e metalurgia, cimento, assim como nos setores financeiro e de telecomunicações. Além disso, foram implementados programas sociais chamados *Misiones* a fim de fornecer serviços básicos e transferência de recursos para setores tradicionalmente excluídos. O crescimento econômico e a redistribuição dos recursos ajudaram a reduzir significativamente a pobreza de 50% em 1998 para cerca de 30% em 2013, segundo dados oficiais do país. Um percentual de 95,5% da população é alfabetizada e possui expectativa de vida de 74,2 anos. No ranking

do Índice de Desenvolvimento Humano de 2014, o país estava em 71º lugar.

A despeito desse cenário, o Banco Mundial enfatiza que a gestão macroeconômica com desafios e a deterioração do clima mundial de investimento têm afetado o crescimento do país e colocado em risco a sustentabilidade das conquistas sociais. Os déficits fiscais (cerca de 15% em 2014, de acordo com estimativas não oficiais) vêm sendo uma das dificuldades para que a Venezuela acumule fundos para lidar com o contexto internacional, o que gerou desequilíbrios financeiros, incluindo uma das mais elevadas taxas de inflação no mundo: 68,5% em 2014.

A Venezuela está entre os 20 maiores parceiros comerciais do Brasil. Entre 2009 e 2014, as exportações cresceram 22% e as importações, 201%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de USD 3,45 bilhões em 2014.

A cooperação entre Brasil e Venezuela tem como marco legal o Convênio Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, em 20 de fevereiro de 1973. Os projetos desenvolvidos entre os dois países tem abrangido áreas de importância para ambos, como agropecuária e saúde. Em julho de 2011, esses projetos foram revisados, a pedido do Governo venezuelano, de forma a abarcar também capacitação técnica em programas habitacionais voltados à população de menor renda.

Título Do Projeto:
Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável Para Favelas de Caracas



2009

Assinatura do Projeto



1 temas

Tema: Desenvolvimento Urbano



1

Parceiro: Ministério do Poder Popular para Obras Públicas e Moradia – Venezuela



14

Empregados CAIXA envolvidos



3

Realizações e Legado

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL “APOIO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA FAVELAS DE CARACAS”

Como tudo começou – O governo venezuelano definiu um dos setores do subdistrito de San Agustín, localizado no centro de Caracas, como área piloto para elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para favelas. A região indicada foi San Agustín del Sur, uma favela com cerca de 30 mil habitantes que vivem em 4.546 habitações. A área foi ocupada nos anos 50 com a construção de uma vila operária, habitada por trabalhadores informais, principalmente do setor de serviços. Como forma de integrar San Agustín ao metrô local, em 2008, iniciou-se a construção de um teleférico. No entanto, o teleférico começou a funcionar em 2010 sem a realização de obras de urbanização na favela, o que ensejou a elaboração de um plano de urbanização para a localidade, para garantir a sustentabilidade da ação governamental.

Este plano de urbanização foi desenhado a partir da assinatura de “Carta de Intenção para a execução de Projetos Pilotos para a transformação socioeconômica de Bairros” entre a CAIXA e Ministério do Poder Popular para as obras Públicas e Habitação (MOPVI), em 2009.

O projeto – A pedido do governo venezuelano foi realizado, em conjunto com o Brasil, primeiramente um diagnóstico físico-urbanístico e socioeconômico da favela ainda em 2009. Essa iniciativa contou com a participação de especialistas da CAIXA das áreas de engenharia, arquitetura e trabalho social. Somente a partir deste estudo, foi firmado entre os dois países o projeto Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas de Caracas.

O diagnóstico realizado pela CAIXA na favela de San Agustín apontou a existência de uma estrutura política descentralizada, de sorte que havia uma interlocução direta entre o Estado e as camadas populares. As demandas dos moradores locais eram atendidas por ações pontuais, situação que requeria uma assessoria técnica para a elaboração de planejamento capaz de suprir as necessidades da comunidade local em sua totalidade e a longo prazo. Para a integração do morador à vida econômica da cidade, o estudo apontou ser preciso a análise da cadeia produtiva e cultural onde se insere a favela, de modo a oferecer oportunidades sociais aos moradores, como cursos de capacitação profissional e um plano de trabalho, emprego e renda capazes de consolidar a intervenção na área como uma ação sustentável, a ponto de ser replicada em outras localidades.

O projeto foi concebido de modo a aproveitar a experiência da CAIXA na aplicação de metodologia de intervenção em favelas, que foi repassada aos técnicos

venezuelanos e que serviu de base para o Plano de Desenvolvimento Sustentável para San Agustín del Sur a ser implementado pelo governo local.

RESULTADOS PROPOSTOS



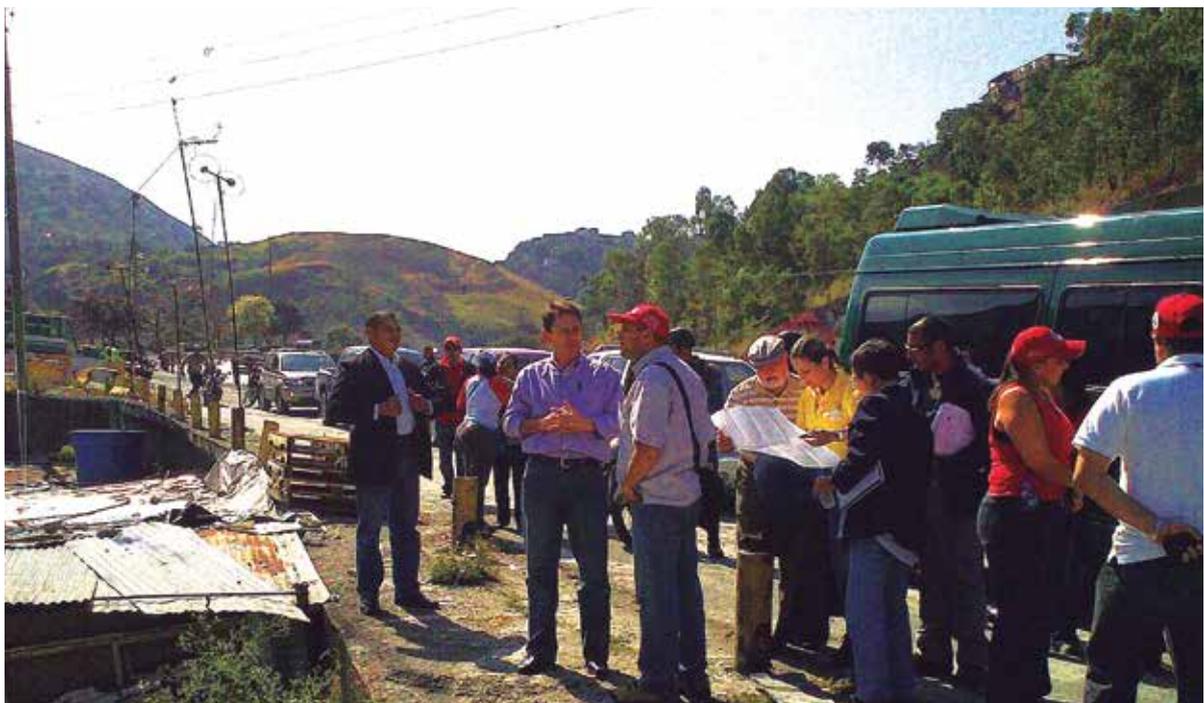
Metodologia brasileira de intervenção em favelas apresentada a técnicos venezuelanos;



Metodologia venezuelana de organização comunitária sistematizada para ser divulgada no Brasil.



Plano de Desenvolvimento Sustentável para San Agustín del Sur elaborado pela equipe venezuelana; e



Missão brasileira visita a favela de San Agustín.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJETO

A CAIXA organizou, no Rio de Janeiro, o workshop “Políticas e Projetos de Urbanização em Favelas”, com o objetivo de apresentar a sua experiência em Desenvolvimento Urbano. Nessa ocasião, que foram debatidos temas como financiamento habitacional, serviços e tecnologia da informação voltados para programas habitacionais brasileiros. Nas visitas de campo, complementares ao conteúdo teórico repassado, a comitiva conheceu as favelas do Rio, como a Rocinha, Cidade de Deus, Cantagalo, Vidigal, Pavão Pavãozinho e Dona Marta que estavam sendo reurbanizadas com obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Os técnicos venezuelanos tiveram ainda a oportunidade de conhecer o processo de evolução urbana no Rio de Janeiro e o Programa de Intervenção em Favelas.

Em São Paulo, o grupo venezuelano conheceu outras experiências habitacionais relacionadas a melhoria das condições habitacionais de populações em risco social, o Edifício São Paulo, do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), localizado no centro

da capital paulista. O prédio, que recebeu o mesmo nome do antigo Hotel que funcionava naquele lugar na década de 50, ficou muitos anos abandonado. Com a parceria entre os governos estadual e municipal, o local foi doado pela Prefeitura, tendo sido totalmente recuperado e reformado para se tornar moradia de 152 famílias de baixa renda.

Durante a missão dos técnicos brasileiros na Venezuela, foram realizadas reuniões temáticas na cidade de Caracas, com o Banco Nacional de Vivienda y Habitat (Banavih), com o Ministerio de Viviendas y Habitat (Minvih) e com o Banco de Venezuela, para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Favela de San Augustin del Sur. Especificamente com o Minvih, foi desenvolvida uma agenda de assuntos relacionados a inovações em urbanização de favelas, especialmente focada na dimensão sócio-econômica, aplicável em outras favelas do país.

A versão final do Plano de Desenvolvimento Sustentável para San Agustín Del Sur foi apresentada e validada pelas instâncias do governo venezuelano, pela comunidade, lideranças locais, sob o acompanhamento da CAIXA, em outubro de 2011.



Técnicos venezuelanos e da CAIXA trabalham no Plano de Desenvolvimento de San Agustín Del Sur.

PARCERIAS E COOPERAÇÕES JÁ DESENVOLVIDAS ENTRE A CAIXA E O GOVERNO DA VENEZUELA



Memorando de Entendimento entre o Ministério do Poder Popular para Moradia e Habitação da República Bolivariana da Venezuela e a CAIXA, de 30 de setembro de 2008.

Objetivo: Estabelecer parâmetros que permitam a implementação de um projeto destinado a estimular a bancarização dos cidadãos, dando-lhes acesso a serviços bancários nos pontos geográficos mais remotos e promovendo, em especial, modelos de financiamento que incrementem a produção de moradias para enfrentar o déficit habitacional.



Carta de Intenções entre a CAIXA e o Ministério do Poder Popular para as Obras Públicas e Habitação da República Bolivariana da Venezuela, em 26 de maio de 2009.

Objetivo: Executar dois projetos piloto para a transformação socioeconômica de Bairros em Caracas.



Acordo de Cooperação entre os bancos públicos: Banco de Venezuela, S.A., Banco Universal da República Bolivariana da Venezuela e CAIXA, de 28 de abril de 2010.

Objetivo: Fomentar o acesso a serviços bancários por meio da conceituação, desenho e execução de um programa de correspondentes não-bancários em um projeto piloto;



Memorando de Entendimento entre o Ministério do Poder Popular para Economia e Finanças da República Bolivariana da Venezuela e a CAIXA, de 26 de maio de 2009.

Objetivo: Ampliar a escala nacional da rede bancária pública venezuelana, por meio de redes de atenção à população que necessita de acesso aos serviços bancários e programas sociais, assim como soluções tecnológicas para dar suporte à universalização do acesso aos serviços bancários e a programas sociais.



Plano de Trabalho – Bancos Públicos: Banco da Venezuela S.A e CAIXA, de 11 de junho de 2010.

Objetivo: Intercâmbio de informações e experiências sobre o projeto de correspondentes não-bancários, a visão estratégica do modelo de atendimento ao público de baixa renda e as ações empreendidas visando à bancarização dos cidadãos venezuelanos.

PARCERIAS E COOPERAÇÕES JÁ DESENVOLVIDAS ENTRE A CAIXA E O GOVERNO DA VENEZUELA



Ata Compromisso entre o Banco da Venezuela S.A., Banco Universal e a CAIXA de 06 de agosto de 2010.
Objetivo: apoiar a utilização de instrumentos bancários, mecanismos de crédito e serviços financeiros para projetos de desenvolvimento industrial, agropecuário, comercial ou de turismo na região de fronteira entre os países.



Memorando de Entendimento entre a PDVSA, o IPEA e a CAIXA, para assessoria na sustentabilidade urbanística, econômica e social das regiões da Faixa Petrolífera de Orinoco e do Estado de Sucre, de 10 de maio de 2011.
Objetivo: planejamento do desenvolvimento social, econômico, urbanístico e habitacional das regiões;



Ata de Compromisso entre a CAIXA e el Ministerio del Poder Popular para Vivienda y Habitat, de 06 de agosto de 2010.
Objetivo: trabalhar conjuntamente em análises das fontes financeiras e dos programas de financiamento para aquisição de moradia, com a finalidade de determinar compatibilidades, adaptar experiências e desenvolver propostas inovadoras;



Ata da mesa de trabalho entre a CAIXA e o Banco Nacional de Vivienda y Habitat – Banavih, de 19 de agosto de 2011.
Objetivo: apoiar o Banavih na implementação do programa “Gran Misión Vivienda”, que visa à redução do déficit habitacional venezuelano e prevê a construção de dois milhões de moradias.

SUSTENTABILIDADE

O grande volume de informações e o registro do conhecimento gerado a partir das reuniões, encontros e seminários garantirão a re replicação das boas práticas resultantes da cooperação e permitirão a realização de ações concretas e sustentáveis, substituindo, assim, ações pontuais que não transformam a realidade das favelas.

Na avaliação final do projeto, os técnicos brasileiros enfatizaram a grande satisfação com a experiência vivida, relacionada à participação comunitária na Venezuela, que configurou-se como uma lição de protagonismo social passível de ser incorporado no Brasil, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

A possibilidade de aproveitamento do planejamento de reurbanização da favela de San Agustín

em outros locais – tanto na Venezuela quanto no Brasil - é real e viável, pois muito já se fez em termos de discussão e aprovação de metodologias a partir dessa cooperação.

os técnicos brasileiros enfatizaram (...) a experiência vivida, relacionada à participação comunitária na Venezuela, que configurou-se como uma lição de protagonismo social passível de ser incorporado no Brasil, no Programa Minha Casa Minha Vida.

LIÇÕES APRENDIDAS

Do lado venezuelano foi apresentada a expertise em organização comunitária em favelas, um componente fortemente presente na região escolhida como área piloto, em decorrência da tradição em organização comunitária da Venezuela.

No início do projeto de cooperação, já foi diagnosticado, pelos técnicos do Brasil e da Venezuela que, de forma geral, as ações públicas destinadas às favelas do país, especialmente as de Caracas, eram esparsas e isoladas. Desse modo, a elaboração de uma metodologia para nortear o Plano de Desenvolvimento Sustentável, com aplicação testada em um dos mais emblemáticos bairros da cidade, San Agustín del Sur, possibilitaria a tomada de decisão visando à integração do assentamento informal à cidade formal, mediante uma forma de planejar e pensar o território como um todo, com ações de curto, médio e longo prazos. Essa forma de intervenção tende a promover uma prática política mais inclusiva, em busca da melhoria da qualidade de vida em detrimento ao assistencialismo.

O projeto também propiciou uma reflexão sobre as ações em assentamentos precários para ambos os países, especialmente com relação à estrutura e articulação institucional e à participação das comunidades em todos os momentos de discussão e aprovação do planejamento que, por fim, será destinado às melhorias que terão impacto direto nas vidas dessas comunidades.

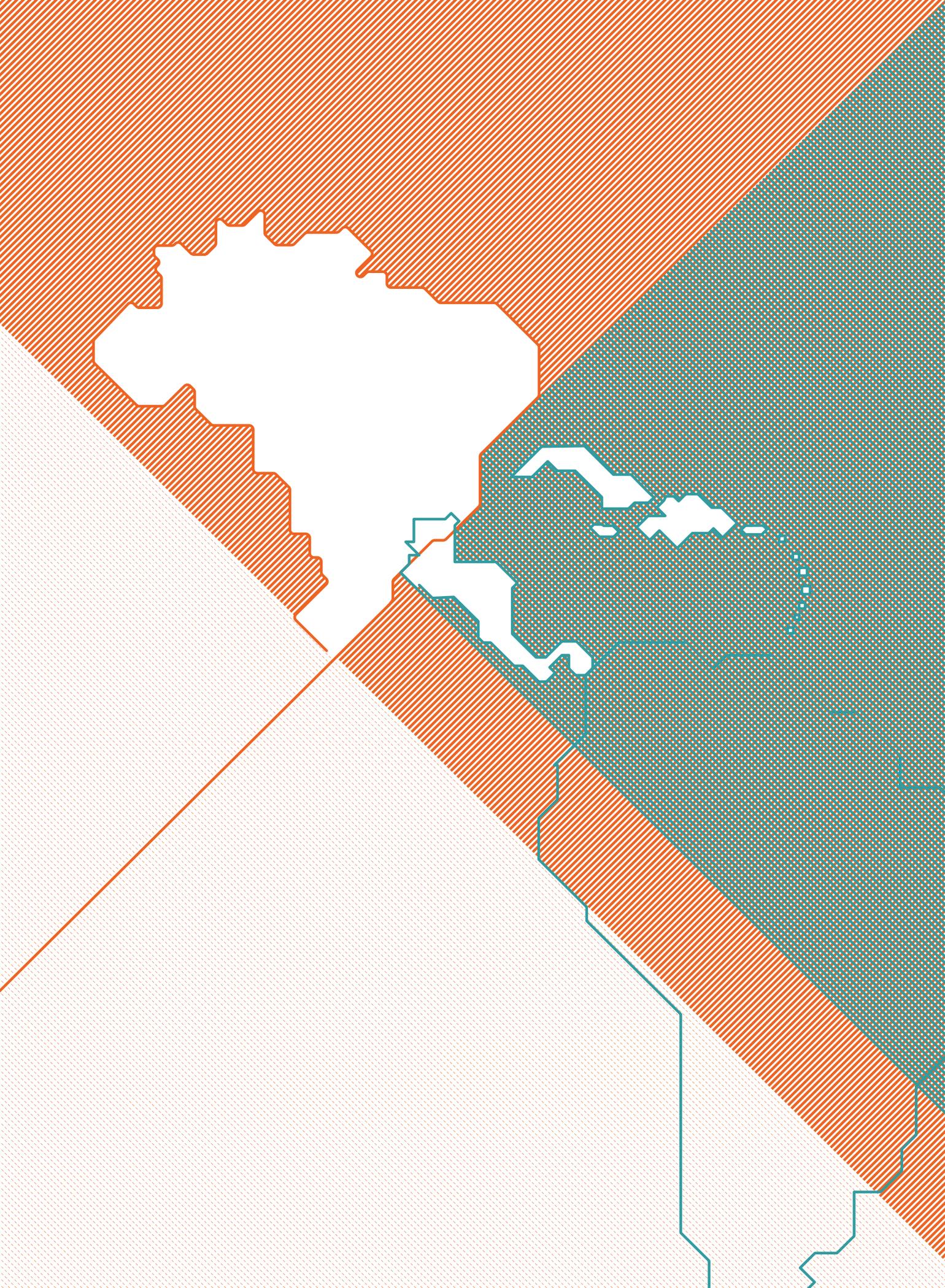
Desde 2008, houve um crescimento das parcerias entre a CAIXA e importantes instituições venezuelanas, que impulsionaram a abertura do primeiro Escritório de Representação da CAIXA na América Latina, na cidade de Caracas, em 2010. O Escritório foi estruturado com o objetivo de possibilitar a criação de uma ponte entre a empresa e os interlocutores locais, facilitando

o diálogo bilateral e a identificação de novas oportunidades de aprofundamento do relacionamento com as autoridades venezuelanas e outros países da região, no que tange a questões de Cooperação Técnica, apoio à comunidade brasileira e parcerias comerciais. Nesse contexto, além do projeto estabelecido por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), outras iniciativas muito importantes foram firmadas com a Venezuela com a intermediação do Escritório de Representação da CAIXA naquele país. Estas parcerias, algumas delas já concluídas, tiveram como objetivo apoiar o governo venezuelano em temas como:

- *bancarização dos cidadãos;*
- *ampliação da escala nacional da rede bancária pública venezuelana;*
- *estabelecimento de projeto-piloto para a implantação de correspondentes não-bancários;*
- *utilização de instrumentos bancários, mecanismos de crédito e serviços financeiros para projetos de desenvolvimento industrial, agropecuário, comercial ou de turismo na região de fronteira entre os países;*
- *análises das fontes financeiras e dos programas de financiamento para aquisição de moradia;*
- *sustentabilidade urbanística, econômica e social das regiões da Faixa Petrolífera de Orinoco e do Estado de Sucre;*
- *implementação do programa “Gran Misión Vivienda”, que visa à redução do déficit habitacional venezuelano e prevê a construção de dois milhões de moradias.*

3.

**Projetos de Cooperação
Internacional com Países
da América Central**



Guatemala



INFORMAÇÕES GERAIS

Independência
1847



Regime Político
República Presidencialista

IDH
0,627



Crescimento do PIB
4,24% (2014)



População
16 milhões

BRASIL E GUATEMALA

As relações do Brasil com os países da América Central iniciaram-se em 1906, com o estabelecimento de uma representação brasileira em Cuba. Mas foi a partir dos anos 70 do século XX que o Brasil passou a intensificar relações com a América Central, tendo em vista o interesse dos exportadores brasileiros em penetrar no mercado da região. As relações diplomáticas bilaterais entre Brasil e Guatemala foram estabelecidas em 1972.

Em 2000, o governo brasileiro realizou a primeira cúpula presidencial Brasil, países da América Central e Caribe, cujo documento final traçou prioridades políticas, econômicas e estratégicas entre os países presentes.

A Guatemala manteve um crescimento econômico estável durante as últimas décadas, segundo relatório do Banco Mundial. Políticas fiscais asseguraram um crescimento de 4,0% em média no período de 2004 a 2007. Mas, como todos os países da região, a Guatemala não ficou imune à crise internacional e, em 2009, assistiu a uma desaceleração da economia, registrando crescimento de 0,6% comparado ao ano anterior. A Guatemala recém havia recuperado o estímulo ao incremento econômico, quando se deu uma série de desastres naturais em 2010 e 2011 que provocaram um prejuízo ao país de quase USD 2 milhões.

A aposta no futuro, segundo o mesmo relatório, baseia-se no potencial turístico da Guatemala, na integração regional e no comércio. Grande parte da totalidade da produção guatemalteca destinada ao comércio exterior (64,7%) é consumida por países vizinhos, sendo que as frutas lideram a exportação (10,5%).

Em 2014, foi registrado um crescimento do PIB de 4,24%, próximo ao índice da época anterior à crise mundial. No mesmo ano, foi o 89º parceiro comercial do Brasil, que teve superávit favorável no valor de USD 184 milhões. Os produtos da Guatemala que lideram a importação brasileira são o alumínio e os produtos diversos da indústria química.

A Guatemala é o país mais populoso da América Central, 78,3% de sua população é alfabetizada e possui expectativa de vida de 71,8 anos. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2015,

o país posicionou-se em 128º lugar.

A assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a Guatemala, em 1976, deu início à cooperação entre os dois países. Já em 2008, foi firmado entre os dois países um memorando de entendimento sobre cooperação técnica na área de desenvolvimento social. O objetivo do memorando era o de estabelecer mecanismos de cooperação com instituições dos setores público e privado, organismos internacionais e organizações não governamentais, para implementação de projetos de cooperação técnica relativos a métodos de transferência de renda, políticas de segurança alimentar, políticas de assistência social, como também sobre avaliação e monitoramento de ações e programas sociais a serem concebidos ao amparo de futuros Ajustes Complementares ao Acordo Básico de 1976.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL “ASSESSORIA À GESTÃO OPERACIONAL DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUATEMALA”

Como tudo começou – Em 2008, o governo da Guatemala instituiu diversos programas dentro do contexto das políticas de caráter social, para ajudar os setores da população desprotegidos ou em extrema pobreza e com o intuito de tentar melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. No mesmo ano, a CAIXA recebeu a visita da então primeira dama do país, Sandra Torres de Colom, para conhecer a experiência da empresa em pagamento de benefícios sociais e tecnologia bancária. E ainda neste mesmo ano, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) convidou a empresa a participar de visita ao país para desenhar o projeto de parceria.

O projeto – Inspirado no Bolsa Família brasileiro, foi criado na Guatemala o programa social “Mi Familia Progresa”, em 2008, sob a coordenação da Comissão Interinstitucional de Coesão Social do governo local. O objetivo era atender as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade extrema, mediante transferência de

Título do projeto:
ASSESSORIA À GESTÃO OPERACIONAL DOS PROGRAMAS SOCIAIS
DO GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUATEMALA



2008

Assinatura do Projeto



3
temas

Inclusão Bancária,
Programas Sociais e
Tecnologia



2

Parceiros: Banco de Desarrollo Rural AS – BANRURAL – Guatemala, Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência – SEGEPLAN - Guatemala



10

Empregados CAIXA envolvidos



4

Realizações e Legado

recursos que as ajudassem a satisfazer suas necessidades básicas. Invariavelmente os eventos de pagamentos dos benefícios sociais no país se realizavam em um único dia, em vários municípios e com o apoio da instituição financeira governamental Banco de Desarrollo Rural S/A -Banrural. Esta situação gerava aglomerado de pessoas, muitas filas e longas esperas em razão da disponibilidade financeira apenas em uma data específica. A partir destas necessidades apresentadas, o projeto desenhado pelas duas instituições teve como objetivo criar um processo integral e sistematizado para facilitar e tornar viável o pagamento de benefícios à população desfavorecida da Guatemala. O processo sistematizado buscou a criação e gestão de bancos de dados de beneficiários, o pagamento dos benefícios por meio de redes amplas e flexíveis de distribuição, com o controle e continuidade dos resultados e de seu impacto social. O papel da CAIXA foi o de fornecer o conhecimento sobre a infraestrutura necessária à organização e à manutenção de Cadastro Único das pessoas em situação de vulnerabilidade social, e sobre o desenvolvimento de sistemas de processamento de dados, organização e operação da logística do pagamento dos benefícios. Além disso, a

empresa também apoiou o governo federal guatemalteco na elaboração de relatórios e na construção de bases de dados necessários para o acompanhamento, controle, avaliação e fiscalização da execução do programa social da Guatemala. Assim, no âmbito do projeto, foi proposta a instalação de correspondentes bancários Caja Rural em 34 municípios distintos no intuito de levar comodidade aos beneficiários.

O projeto teve como objetivo criar um processo integral e sistematizado para facilitar e tornar viável o pagamento de benefícios à população desfavorecida da Guatemala.

RESULTADOS PROPOSTOS



Assessoria técnica aos técnicos do Banco de Desenvolvimento Rural, da Guatemala, em relação à implementação do processo sistematizado para a gestão e o controle do Cadastro Único de beneficiários dos diferentes programas governamentais;



Elaboração de projeto de uma rede diversificada de pontos de serviço, com agentes bancários e não bancários, para abarcar o maior número possível de comunidades do país; e



Integração dos pagamentos dos benefícios sociais;



Elaboração de projeto de mecanismos e ferramentas de medição e de controle da atenção dos benefícios sociais governamentais.



Diagnóstico das características dos pagamentos e da legislação sobre operação bancária com terceiros e solução operacional e tecnológica desenvolvida para integração dos pagamentos por beneficiários;

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJETO

A instituição parceira da CAIXA no projeto pela parte guatemalteca foi o Banrural, um banco de desenvolvimento de capital misto, com participação de 25% do governo da Guatemala, que o utilizava como braço financeiro para o apoio aos programas sociais federais, como pagamento de benefícios, aposentadorias e pensão. Outra característica do Banrural é ser especializado no apoio financeiro aos pequenos empresários, pequenos produtores rurais e artesãos. Também participaram do projeto as instituições guatemaltecas Financiera Rural S.A e Aseguradora Rural S.A.

A primeira missão do projeto foi realizada em Fortaleza e em Brasília, ocasião em que os técnicos brasileiros e guatemaltecos trocaram informações sobre as realidades sociais dos dois países e as experiências

no âmbito do Bolsa Família e do *Mi Familia Progres*a. A partir desta troca de conhecimento, foi desenhado, pelas duas equipes técnicas, o sistema operacional do programa de pagamento guatemalteco. A partir da expertise da CAIXA, foi possível também apoiar a equipe da Guatemala na importância de separar as responsabilidades do gestor do programa social e da instituição financeira que vai operá-lo. Esta medida facilita a compreensão pela população da identificação do papel de cada instituição e a que instância recorrer em caso de dúvidas e esclarecimentos.

Com o auxílio dos técnicos brasileiros em missão à Guatemala, foi possível também adequar os sistemas do Banrural que dão suporte ao programa *Mi Familia Progres*a, de modo a permitir a realização de pagamentos de forma *on-line* e por meio da rede bancária de atendimento, bem como pelos correspondentes bancários locais, denominados Caja Rural. Essa rede oferece

aos pequenos produtores agrícolas e artesãos o acesso facilitado ao crédito, uma vez que esse público tem dificuldade de se relacionar com bancos.

A inovação proposta pela CAIXA foi absorvida pelo Banrural, o que permitiu a criação de um número de identificação único de cada beneficiário. A partir desse conhecimento o governo da Guatemala passou a emitir o Documento Pessoal de Identificação – DPI, referente ao Registro Nacional de Pessoas – RENAP. Os sistemas do programa *Mi Familia Progres*a foram ainda adequados para armazenar o número do DPI e identificar o beneficiário por meio deste número.

Para a criação de projeto de rede diversificada de pontos de serviço com agentes bancários e não-bancários para abranger o maior número possível de pessoas

no país, a CAIXA foi um exemplo com seus correspondentes bancários. As informações da CAIXA foram compartilhadas e mostraram os cenários, desafios e oportunidades na utilização de correspondentes, além das vantagens de sua utilização. A experiência da empresa com o CAIXA AQUI lotéricos e não-lotéricos, como farmácias, pequenos mercados e padarias, que permitem a 90% dos beneficiários do programa Bolsa Família receberem os seus recursos mensalmente, foram a base para a instalação de 47 correspondentes do Caja Rural em vários distritos e municípios. Por se tratar de tecnologia flexível e barata, possibilita incremento no movimento da atividade principal do estabelecimento que os acolhe, no caso farmácias, padarias ou mercados, e ainda proporcionam o desenvolvimento da economia local.



*Técnicos da CAIXA encontram a então primeira dama da Guatemala, durante 1º evento de pagamentos do programa Mi Familia Progres*a em Patzité.

RESULTADOS ADICIONAIS AO PROJETO



Instalação de 47 correspondentes Caja Rural em distintos departamentos e municípios do país;



Serviços adicionais disponíveis nas Cajas Rurais: recebimento de contas de energia elétrica e telefonia, depósitos para contas correntes e poupança, pagamento de remessas familiares internacionais (dólares americanos para moeda local), saques com cartões de débito;



Abertura de conta de poupança para 383.189 beneficiárias do programa social; e



Cartão de poupança com bandeira de débito VISA possibilitando às beneficiárias utilizar a função débito.

SUSTENTABILIDADE

O projeto de cooperação executado pela CAIXA agregou valor aos processos do programa social *Mi Familia Progres*a, o que contribuirá para o seu contínuo desenvolvimento de forma sustentável. Entre eles, destacam-se a instalação de 47 correspondentes Caja Rural em distintos departamentos e municípios do país. Nestes locais, passou a ser possível serviços como o recebimento de contas de energia elétrica e telefonia, depósitos para contas correntes e poupança, pagamento de remessas familiares internacionais (dólares americanos para moeda local) e saques com cartões de débito. Ainda nos correspondentes Caja Rural houve, durante a execução do projeto, a abertura de conta de poupança para 383.189 beneficiárias do programa social, cujos cartões de poupança com bandeira de débito VISA possibilitam aos beneficiários utilizar a função débito. A instalação de correspondentes do Banrural – Cajas Rurais, com utilização de sistemas desenvolvidos para pagamento de benefícios e de outros serviços de apoio à comunidade como água, luz, telefone e outros, possibilitou também comodidade não só aos beneficiários do *Mi Familia Progres*a, mas a toda população guatemalteca residente nas vilas e aldeias do interior do país.

LIÇÕES APRENDIDAS

A participação no projeto foi uma oportunidade ímpar para os técnicos da CAIXA que trabalham diretamente com o programa Bolsa Família. Presenciar a implementação de práticas que deram certo no Brasil em outro país é uma forma de reavaliar processos, criticá-los e agregar valor aos mesmos.

Ademais, quando o projeto envolve uma instituição bancária como recipiendária da cooperação, o compartilhamento da informação é muito rico, uma vez que as equipes estão envolvidas com termos técnicos, planejamento e estratégias que lhes são comuns no dia a dia.

As equipes técnicas da CAIXA presenciaram avanços na operacionalização de pagamentos de benefícios cuja identificação dos cidadãos é feita por meio de sistema biométrico, uma inovação que muito interessou aos representantes da empresa e enriqueceu os conhecimentos dos brasileiros sobre o tema.

Do seu lado, a Guatemala aprimorou técnica e conceitualmente o seu programa social a partir da cooperação, com o conhecimento transmitido pela CAIXA no que se refere aos temas de gestão e pagamento de benefícios sociais.

República Dominicana



INFORMAÇÕES GERAIS

Independência
1821



Regime Político
República Presidencialista

IDH
0,715



Crescimento do PIB
7,34% (2014)



População
10,4 milhões

BRASIL E REPÚBLICA DOMINICANA

As relações bilaterais entre Brasil e República Dominicana estão no âmbito das iniciativas brasileiras para a América Central e Caribe. O governo brasileiro realizou a primeira cúpula presidencial Brasil e países da América Central e Caribe em 2000, quando foram traçadas as prioridades políticas, econômicas e estratégicas entre os países participantes. Posteriormente foram realizados outros encontros em nível presidencial, entre elas a Cúpula da Unidade, em Cancun, em 2010, durante a qual foi criada a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A CELAC tem por objetivo a busca da construção de uma identidade regional, por meio de iniciativas de intercâmbio político, econômico e cultural. Além disso, a CELAC realiza consultas políticas, franqueando o intercâmbio de informações sobre temas de cooperação desenvolvidos entre a América Latina e o Caribe.

A República Dominicana é a segunda maior economia da região da América Central e do Caribe, tendo como trunfo econômico oito anos consecutivos de crescimento até 2011. O Brasil foi o segundo maior emissor sul-americano de turistas para a República Dominicana em 2014. As empresas brasileiras investem em diversos

setores da economia dominicana, destacadamente na construção civil, na siderurgia, na indústria calçadista, na indústria de bebidas e nos transportes aéreos. O intercâmbio comercial entre os dois países cresceu mais de 400% entre 2005 e 2014, passando de USD 337 milhões para USD 380 milhões. O saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil em 2014, que registrou superávit de USD 337 milhões.

O IDH do país foi estimado em 0,715, em 2014, e o Banco Mundial, em seu relatório analítico para a América Latina, destacou o significativo papel econômico-social relacionado à República Dominicana. Apesar de ser uma das economias com maior crescimento na região - em média 5,4% de 1992 a 2014 -, o país apresenta um índice crescente de população em situação de pobreza. Um fato positivo em termos de política do governo para o desenvolvimento econômico do país é o incentivo às micro e pequenas empresas e empreendedores para a realização de negócios, incluindo o país no ranking “*Doing Business 2014*”¹⁸ e colocando-o em uma posição de destaque quando comparado com outros da região.

A consolidação da relação entre os dois países resultou na assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Dominicana, em 6 de fevereiro de 2006.

18. Banco Mundial (2014).

Título da Atividade Isolada:
FORMULAÇÃO DE POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS DO SISTEMA DE CADASTRO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE SUBSÍDIOS SOCIAIS



2007

Realização da Atividade Isolada



2 temas

Programas Sociais e Tecnologia



2

Parceiros: Administradora de Subsídios Sociais – ADESS – República Dominicana e Secretariado Técnico de la Presidência – República Dominicana



4

Empregados CAIXA envolvidos



2

Realizações e Legado

ATIVIDADE ISOLADA¹⁹ “FORMULAÇÃO DE POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS DO SISTEMA DE CADASTRO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE SUBSÍDIOS SOCIAIS”

Como tudo começou – A iniciativa nasceu da necessidade do Governo da República Dominicana de aperfeiçoar a gestão do seu principal programa de transferência de renda por meio da Administradora de Subsídios Sociales (ADESS), instituição diretamente vinculada ao Gabinete de Política Social do governo dominicano. Em 2006, a ADESS trabalhava em conjunto com o programa *Solidaridad*, responsável pelo cadastro dos beneficiários dos programas sociais, e efetuava, também, o repasse de recursos aos bancos que atuavam no pagamento dos benefícios e escolhidos para a tarefa por meio de processo de licitação. O programa possuía 3 subprogramas: 1) *Comer es Primero*, com o objetivo de complementar a alimentação básica das famílias consideradas na faixa

de “extrema pobreza”; 2) Incentivo à assistência escolar, com vistas a contribuir para a diminuição da evasão escolar no nível básico para as crianças entre 6 e 16 anos; e 3) *Dominicanos y Dominicanas con Nombre y Apellido*, destinado a promover e facilitar o registro de nascimento e obtenção de documentos.

O cenário em 2007 registrava que o programa *Solidariedad* só alcançava duzentos mil em um universo de um milhão de potenciais beneficiários, ou seja, apenas 20% da população alvo. Nesse contexto, surgiu a oportunidade do governo brasileiro de contribuir com a elaboração de política de gerenciamento de banco de dados do sistema de cadastro dos beneficiários do programa de subsídios sociais. A parceria entre a CAIXA e a ADESS para execução da cooperação foi realizada por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com a estruturação de um projeto no qual a CAIXA apresentaria a sua *expertise* como a principal executora das políticas públicas no Brasil.

19. Atividade isolada é uma ação simplificada que tem o objetivo de atender, separadamente, a solicitações por consultorias pontuais e de curto prazo oferecidas de maneira isolada por instituições brasileiras, com elaboração de produtos específicos, e não relacionadas a outras iniciativas de cooperação técnica sul-sul. Agência Brasileira de Cooperação, 2015.

RESULTADO PROPOSTO



O resultado central da transferência de conhecimento foi o apoio à formulação da política de gerenciamento de banco de dados do sistema de cadastro de beneficiários do programa de subsídios sociais.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE ISOLADA

Durante a cooperação foram realizadas duas missões, uma na cidade de Santo Domingo na República Dominicana e outra no Brasil, nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo ao longo do ano de 2007. Na missão dos técnicos brasileiros ao país, foram identificadas todas as informações e o estado da arte do banco de dados da ADESS, que na avaliação dos profissionais da CAIXA tinha boa qualidade, o que permitiu a fundamentação das bases tecnológicas do programa de forma adequada. A melhoria proposta pela equipe brasileira aos técnicos dominicanos foi em relação à certificação digital e à conectividade social, o que possibilitaria o aumento da automatização dos processos, limitando a intervenção manual

e qualificando a capacidade operativa sem comprometimento da integridade dos dados. Ainda durante a visita à República Dominicana, as equipes técnicas dos dois países trabalharam com foco no aumento da integração entre os sistemas do Programa *Solidaridad*, da ADESS e do Sistema único de Beneficiários - SIUBEN, e na possibilidade de compartilhamento da experiência de acesso à internet via rádio. A tecnologia permitiria a implementação de comunicação com escritórios das províncias mais distantes, bem como a instalação de telefones via satélite em municípios de difícil acesso em todo o país.

No Brasil, os técnicos da República Dominicana puderam conhecer mais sobre o funcionamento do Cadastro Único de beneficiários dos programas sociais brasileiros, e como ele se articula com a implementação de políticas públicas governamentais.

A CAIXA aperfeiçoou seus processos a partir dos insumos recebidos dos técnicos da República Dominicana, comprovando, mais uma vez, que a cooperação técnica internacional é uma via de mão dupla.

RESULTADOS ADICIONAIS À ATIVIDADE ISOLADA



Apresentação da Certificação digital;



Condições necessárias para agilidade e segurança relativa à transmissão de dados;



Apresentação de automatização de processos, de modo a limitar a intervenção manual para aumento da capacidade operativa e integridade dos dados;



Criação de rotinas automáticas para evitar manipulação de processos, minimizando erros, agilizando procedimentos e aumentando a segurança das informações;



Criação de sistema específico para registro e gerenciamento das condicionalidades previstas na legislação pertinente aos programas sociais (exemplos: frequência escolar, agenda de saúde);



Compartilhamento da experiência da CAIXA de internet via radio referente ao acesso à internet a localidades de difícil acesso, sem necessidade de cabos (telefonia fixa) ou sinal (telefonia celular), com uma boa performance de transmissão de dados (download/upload).



Reunião da comitiva brasileira na Administradora de Subsídios Sociais sobre infraestrutura tecnológica.

SUSTENTABILIDADE

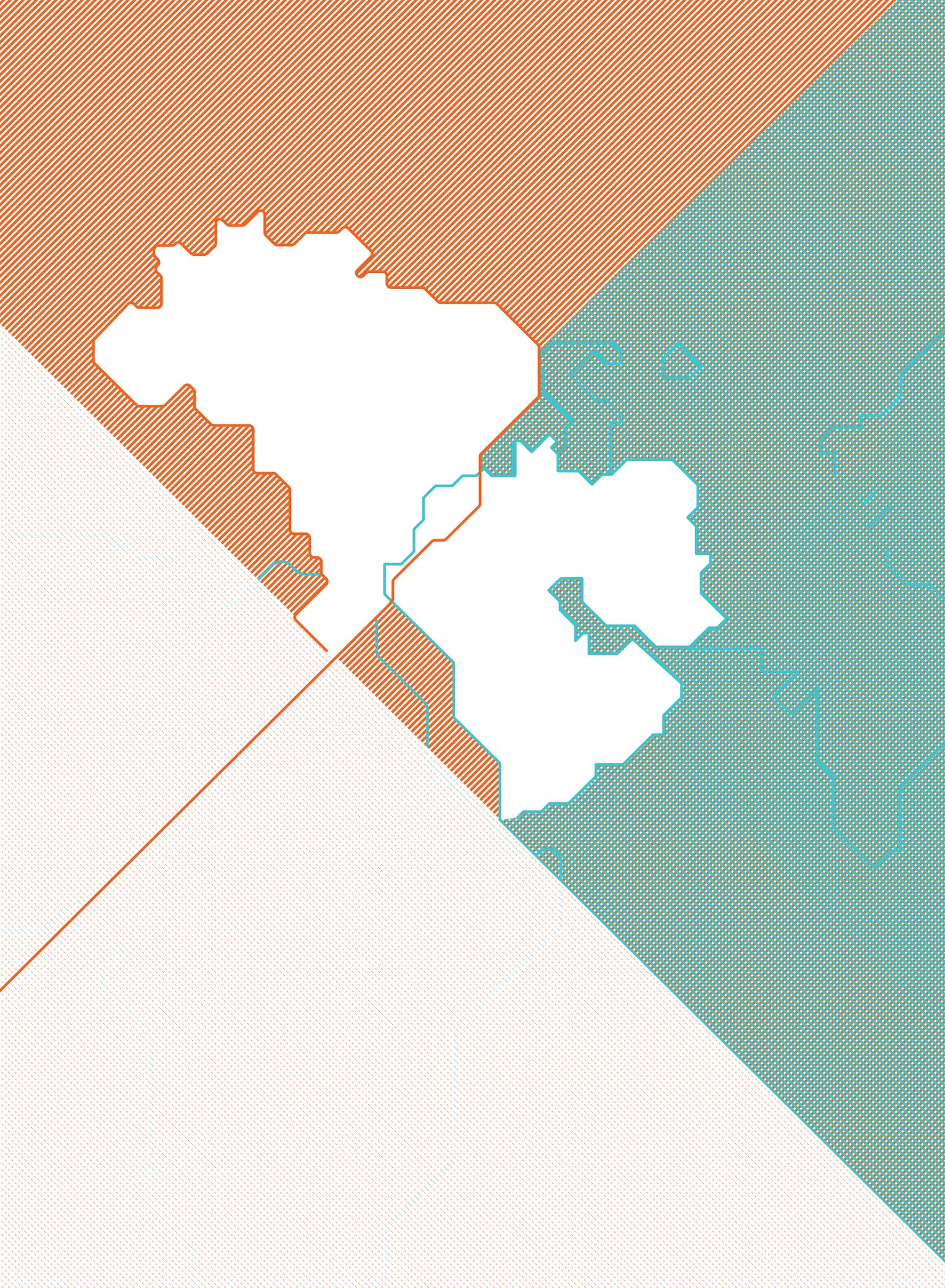
A recomendação apresentada pela CAIXA durante a cooperação com a República Dominicana foi em relação à sustentabilidade do programa social do país, uma vez que a Atividade Isolada tem duração curta e de intervenção pontual. Foi indicada pela equipe de técnicos brasileiros análise quanto à solução tecnológica voltada para o programa de subsídios sociais como aqueles relacionados à estrutura de *hardware*, *software* aplicativo utilizado, infraestrutura das instalações, rede de telecomunicações e canais de pagamento eletrônicos.

LIÇÕES APRENDIDAS

Apesar da cooperação ter ocorrido em curto espaço de tempo, a experiência com a República Dominicana promoveu, na equipe receptora, reflexões sobre o próprio conceito do programa social, sua operacionalização e a logística necessária para que ele seja estendido a todas as famílias em situação de pobreza. A CAIXA teve oportunidade de aperfeiçoar seus processos a partir das trocas com os técnicos da República Dominicana no campo da gestão tecnológica dos bancos de dados de beneficiários de programas sociais. Mais uma vez, a via de mão dupla da troca de conhecimento permite que instituição executora e instituição recebedora tenham lucro certo: o aprimoramento do seu conhecimento.

4.

Atividades Isoladas no Oriente Médio



Palestina



INFORMAÇÕES GERAIS

Independência
1988



Regime Político
República Semipresidencialista

IDH
0,677



Crescimento do PIB
-1,2% (2014)



População
4,5 milhões

BRASIL E PALESTINA

As relações bilaterais entre Brasil e a Palestina tiveram início em 1975, mas o governo brasileiro tem tradicionalmente apoiado a criação do Estado Palestino e as iniciativas de diálogos e negociações de paz entre israelenses e palestinos, bem como reconhece a Autoridade Nacional Palestina (ANP) como instituição representante daquele povo. Como consequência deste relacionamento, em 1993, houve a abertura da Delegação Especial da Palestina em Brasília e, em 2004, foi aberto o Escritório de Representação do Brasil em Ramalá. Com o reconhecimento pelo Brasil do Estado da Palestina, em dezembro de 2010, a Delegação Especial passou a denominar-se Embaixada da Palestina. Essa iniciativa foi seguida por quase todos os países sul-americanos.

Em setembro de 2014, o Banco Mundial (BM) divulgou um relatório sobre a Palestina, no qual afirmava que o setor privado palestino é refém da instabilidade política, do conflito e das restrições ao livre trânsito ao comércio. O BM analisou que o setor privado palestino continua majoritariamente relegado a pequenas empresas que operam com investimentos de baixo capital em um mercado doméstico fragmentado e em circunstâncias de relativo isolamento da economia global²⁰. Dados sobre companhias analisadas em 2006 e, posteriormente, em 2013, revelam que não se produziu um crescimento no capital de investimento e de geração de emprego, devido à incerteza derivada do conflito e da fragmentação. Apesar de tudo, o documento do BM destacou sinais positivos em setores como tecnologia da informação e farmacêutico, assim como ressaltou que existe, cada vez mais plausível, uma atmosfera de empreendedores nesses terrenos, que nos últimos anos atraíram investimentos estrangeiros diretos.

A Palestina foi o 145º parceiro comercial brasileiro em 2014, sendo que, as exportações brasileiras quase

que dobraram no período de 2011 a 2013, mas sofreram queda de 9,7% em 2014, fechando o ano com intercâmbio comercial de US\$ 24,4 milhões.

Em 2008, houve tratativas diplomáticas entre a chancelaria brasileira e palestina para o estabelecimento de cooperação. Em 2010 foram assinados os Acordos de Cooperação Técnica e Cultural, além de 3 Memorandos e 1 Acordo nas áreas de esporte, saúde, turismo e educação. No relacionamento do Brasil com a Palestina a cooperação humanitária é uma vertente importante, segundo dados do MRE²¹:

- *doação, em 2007, de US\$ 10 milhões para atividades humanitárias na Palestina,*
- *doação, em 2009, de mais US\$ 10 milhões para a reconstrução de Gaza.*

ATIVIDADE ISOLADA COM A PALESTINA

Como tudo começou – À época da cooperação, a Autoridade Nacional Palestina (ANP) estava elaborando um plano de desenvolvimento nas esferas nacional, regional e local e buscando apoio internacional para a sua implantação. A aprovação da “Estratégia Nacional para Gestão de Resíduos Sólidos no Território Palestino 2010-2014” possibilitou orientar as ações a serem executadas nos próximos anos para estabelecimento de sistema integrado de gerenciamento de resíduos sólidos.

Com relação aos recursos financeiros para dar suporte às políticas públicas e programas de Governo, a ANP estava empenhada em desenvolver mecanismos para ampliar a captação desses recursos, como alternativa para substituir a dependência de ajuda externa que, atualmente, constitui-se no principal indutor do seu crescimento. Neste contexto, surgiu a oportunidade de compartilhar experiências brasileiras na gestão

20. Revista Exame (2014).

21. Ministério Das Relações Exteriores (2013).

Título da Atividade Isolada:
**CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM GESTÃO DE RESÍDUOS E GESTÃO DE FUNDOS
DE FINANCIAMENTO PÚBLICO NA PALESTINA**



2011

Realização da
Atividade Isolada



3
temas

Fundos, Habitação e
Políticas Públicas



2

Parceiros: Ministério das
Cidades – Brasil, Governo
da Palestina



11

Empregados CAIXA
envolvidos



2

Realizações e
Legado

de resíduos sólidos urbanos e de fundos públicos que poderia contribuir neste processo.

Assim, com base no conhecimento acumulado pela CAIXA no papel de principal agente de políticas públicas do Governo Federal, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) organizou, em outubro de 2010, uma missão à Palestina, para a qual a CAIXA, além da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, ligada ao Ministério das Cidades, foram convidadas a participar. O objetivo era identificar as necessidades de apoio técnico da Palestina na área de saneamento básico nas cidades de Ramalá, Jenin, Hebron e Belém. Durante a visita foram levantadas informações para subsidiar a estruturação de um diagnóstico da realidade da região sobre o tema. Na ocasião, o grupo brasileiro teve a oportunidade de conhecer instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos urbanos, além de se reunir com prefeituras e conselhos regionais de serviços.

A atividade isolada – Para a execução da Atividade Isolada foi realizada uma missão de prospecção de equipe de técnicos brasileiros para a identificação dos temas a serem desenvolvidos durante a cooperação. Foram identificados os temas de manejo de resíduos sólidos

urbanos, abastecimento de água e esgotamento sanitário. Entretanto, durante a visita à Palestina, outros assuntos de interesse daquela comunidade surgiram, como, por exemplo, a gestão de Fundos, como o Fundo Municipal de Desenvolvimento Local (Municipal Development and Lending Fund – MDLF), que visava à estruturação do empréstimo de recursos depositados no fundo, e o Fundo Ambiental. A equipe da CAIXA reuniu-se então com o MDLF, cujo objetivo é o apoio ao desenvolvimento social e a melhoria da gestão municipal na Palestina utilizando recursos da ordem de US\$ 170 milhões para investimentos em infraestrutura, suporte ao desenvolvimento, apoio a emergências, inovações tecnológicas e capacitação técnica.

O Fundo auxilia as municipalidades apoiando-as quanto aos mecanismos de acesso a recursos, desenvolvimento e implantação de projetos e respectiva prestação de contas. O suporte técnico é fornecido até que a municipalidade adquira condições de acessar e operacionalizar diretamente os recursos do Fundo.

O resultado a ser atingido foi definido pela capacitação dos técnicos palestinos em gestão de resíduos sólidos e gestão de financiamento público.

RESULTADOS PROPOSTOS



Capacitação no manejo de resíduos sólidos urbanos;



Capacitação em gestão de fundos habitacionais e saneamento.



Vista geral do aterro sanitário em Jenin.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE ISOLADA

Durante as capacitações, na cidade de Ramallah, em junho e julho de 2012, foram apresentados vários assuntos relacionados ao tema de Fundos, como as diretrizes e marcos legais dos fundos habitacionais no Brasil, Fundos Habitacionais e exercício de construção de modelo de fundo habitacional. Sobre os temas de saneamento e manejos de resíduos sólidos foram apresentados à equipe palestina: marcos legais do saneamento básico no Brasil; experiências de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares, Públicos e Comerciais; histórico, origem, definições, atribuições, classificação, composição e caracterização de resíduos; acondicio-

namento, coleta, varrição, capina e roçagem, unidades de transferência, sistema de tratamento, disposição final, mecanismo de desenvolvimento limpo; gestão regionalizada dos resíduos sólidos urbanos; reciclagem e coleta seletiva; compostagem de resíduos orgânicos; materiais recicláveis e reutilizáveis: valor econômico e socioambiental; logística reversa; cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis; educação ambiental na interface das políticas públicas brasileiras; e educação ambiental na transversalidade das políticas públicas brasileiras; a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e o Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento: diretrizes conceituais, experiências práticas de ações de educação ambiental.



Técnicos da CAIXA promovem oficina de capacitação sobre Fundos Habitacionais, na Palestina.

SUSTENTABILIDADE

Ambas as oficinas foram planejadas sob o pilar da sustentabilidade, uma vez que a própria natureza do tema “tratamento de resíduos sólidos” já requer providências que primem pela boa prática ambiental e social, o que enseja políticas engajadas na sustentabilidade. A preocupação foi do custo à reciclagem de material, ao reaproveitamento de material, mas, principalmente, ao reinvestimento de recursos advindos da reciclagem em estratégias voltadas para a melhoria de qualidade de vida da população. Com relação a fundos habitacionais, o foco da sustentabilidade foi dado à estruturação de marcos legais, o que irá garantir que as decisões de governo sejam amparadas em legislação clara, de longo prazo e, principalmente, que contemplem todas as faixas de renda, mas com priorização às famílias mais pobres.

LIÇÕES APRENDIDAS

A Palestina recebe significativa ajuda externa por meio de cooperações financeiras, e a cooperação do Brasil se somou às necessidades locais por meio da transferência de conhecimento. Essa experiência mostrou à CAIXA como o conhecimento é um ativo imprescindível, constatação compartilhada pelos palestinos.

A Palestina recebe significativa ajuda externa por meio de cooperações financeiras, e a cooperação do Brasil se somou às necessidades locais por meio do princípio da transferência de conhecimento.

Para a empresa ficou demonstrado que não basta doação de máquinas, material e veículos; é necessário ensinar a fazer, promover a crítica, criar ambiente para a inovação e, sobretudo, aprender na execução das atividades. A oportunidade de verificar a implementação de práticas no papel de instrutor, a experiência internacional, os *feedbacks* recebidos, tudo isso transforma e aprimora os empregados da empresa envolvidos, sendo a CAIXA a grande beneficiária das cooperações.

A oficina mostrou-se adequada ao propósito de intercambiar experiências para ambos os lados. As instituições representantes da ANP foram assertivas em indicar participantes de acordo com o público-alvo definido para o evento. As expectativas dos participantes, levantadas no primeiro dia da oficina, coincidem com o conteúdo programático do evento, o que reforça os aspectos positivos de ações como essa. A maioria informou que o conteúdo apresentado tinha aplicabilidade com o trabalho desenvolvido e que tinha interesse no assunto, o que facilitou a interação durante as apresentações e discussões em grupo. Os participantes registraram o desejo em dar continuidade ao intercâmbio de informações, manifestando interesse também em aprofundar o conhecimento no processo de formulação de política pública habitacional e de gestão de fundos.

Líbano



INFORMAÇÕES GERAIS

Independência
1943



Regime Político
Democracia Parlamentar

IDH
0,769



Crescimento do PIB
2,0% (2014)



População
4,5 milhões

O BRASIL E O LÍBANO

As relações entre o Brasil e o Líbano tiveram início em 1945, após a independência do Líbano. Entretanto, o contato entre os dois países vem desde 1880, quando os primeiros contingentes de imigrantes libaneses, predominantemente formados por cristãos, começaram a chegar ao Brasil. Durante a Guerra de 1975, um novo contingente de imigrantes libaneses, em grande parte muçulmanos, chegou ao Brasil.

A comunidade libanesa que vive atualmente no Brasil, formada em sua maioria por descendentes, é maior do que a população do Líbano. São quase dez milhões de libaneses e descendentes em território brasileiro, contra 4,54 milhões que vivem no Líbano.

Desde o início dos distúrbios na Síria, em março de 2011, e do posterior conflito armado, milhões de sírios deixaram o país, a maioria para os países vizinhos, sendo o Líbano um desses destinos. O Banco Mundial estima que o custo da ajuda aos refugiados chegue a 2,5 bilhões de dólares somente no Líbano. O PIB do Líbano sofreu uma queda acentuada, desde o início

do conflito. O crescimento do PIB, que em 2010 foi de 10%, caiu para apenas 1% em 2014.²²

A crise também afetará a incidência de pobreza entre os libaneses, bem como ampliará a desigualdade de renda. Em particular, estima-se que cerca de 200.000 libaneses foram empurrados para a pobreza, incrementando o antigo 1 milhão de pobres. Prevê-se que entre 220.000 e 320.000 cidadãos libaneses perderão o emprego, sendo a maioria deles jovens e sem qualificação.²³

O Líbano tem uma população de 4,54 milhões de pessoas, segundo levantamento do Banco Mundial. O percentual de 89,6% da população é alfabetizada e possui expectativa de vida de 79,3 anos. No ranking do IDH 2015, o país posicionou-se no 67º lugar.

O Líbano foi o 79º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,07% no comércio exterior do país em 2014. Entre 2009 e 2014, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 6,02%, em um número de US\$ 312 milhões para US\$ 332 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 2% e as importações mais de 1.400%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 303 milhões em 2014.

A comunidade libanesa que vive atualmente no Brasil, formada em sua maioria por descendentes, é maior do que a população do Líbano.

22. <http://www.3rpsyriacrisis.org/the-3rp/lebanon/>

23. <http://www.worldbank.org/en/country/lebanon/overview>

FICHA TÉCNICA – LÍBANO

Título das Atividades Isoladas:

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA PROFISSIONAIS LIBANESES / TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA BANCÁRIA PARA PROFISSIONAIS LIBANESES / TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS LIBANESES



2007

Realização da
Atividade Isolada



4
temas

Habitação, Inclusão
Bancária, Políticas Públicas
e Tecnologia.



2

Parceiros: Fundo para o
Desenvolvimento
Econômico e Social -
Líbano e Ministério da
Reforma Administrativa
– Líbano



9

Empregados CAIXA
envolvidos



6

Realizações e
Legado

ATIVIDADE ISOLADA COM O LÍBANO

Como tudo começou – Uma missão organizada pelo Ministério das Relações Exteriores foi ao Líbano, em 2006, para discutir o papel do Brasil na reconstrução daquele país. O principal foco do encontro esteve voltado para se discutir a possibilidade de cooperação técnica, assim como fazer um levantamento dos principais temas que poderiam compor um projeto cuja execução caberia à CAIXA.



Missão brasileira visita o Líbano para conhecer os desafios a serem enfrentados na reconstrução do país pós conflito.

RESULTADOS PROPOSTOS



*Desenvolvimento urbano
(reciclagem de entulho da
construção civil);*



*Certificação digital, pregão
eletrônico (e-procurement);*



*Tecnologia bancária
(correspondentes bancários,
conta simplificada);*



*Microcrédito e programas de
geração de emprego e renda.*



Missão brasileira visita o Líbano para conhecer os desafios a serem enfrentados na reconstrução do país pós conflito.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE ISOLADA

A CAIXA recebeu, em maio de 2007, uma missão composta por representantes do governo do Líbano para, juntos, percorrer as seguintes cidades brasileiras: Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Guarulhos e São Paulo, as quais tinham boas experiências em inclusão bancária, portal de compras, microcrédito, habitação, reciclagem de entulhos da construção civil para construção de casas e estradas, áreas onde a CAIXA possui forte atuação, os técnicos libaneses julgavam como essenciais para a reconstrução daquele país.

Em Salvador, a comitiva participou do Primeiro Encontro de Sustentabilidade de Telecentros da Bahia e conheceram a expertise da CAIXA sobre tecnologia, microcrédito e remuneração de telecentros, que são espaços públicos providos de computadores conectados à Internet em banda larga, onde são realizadas atividades, por meio do uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), com o objetivo de promover a inclusão

digital e social das comunidades atendidas. Em Belo Horizonte, receberam informações sobre as experiências de sucesso na gestão e reciclagem de resíduos sólidos e o reaproveitamento dos resíduos da construção civil. Visitas foram realizadas no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos e Aterro Sanitário, que fica no Bairro Jardim Filadélfia, e à Usina de Reciclagem, localizada no Bairro do Estoril. Na etapa desenvolvida em Brasília, os técnicos libaneses obtiveram informações e tomaram contato com as vantagens da utilização da certificação digital no trâmite dos processos apreciados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A propósito do tema, a equipe também conheceu a experiência da empresa de telefonia Brasil Telecom sobre certificação digital e a utilização do portal Conectividade Social.

A expertise da CAIXA em correspondentes bancários, cuja estrutura encontra-se abrigada em pequenos comércios como farmácias, mercados e padarias, muito se aproxima do que o governo libanês pretende implementar em cidades longínquas, cuja população de baixa renda quase não tem acesso a serviços bancários.



Missão multidisciplinar brasileira discute o papel do Brasil no apoio à reconstrução do Líbano.

SUSTENTABILIDADE

Apesar da mobilização e do empenho de instituições brasileiras para melhoria da situação no Líbano, como foi a participação da ABC e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em conjunto com outras nações, não se obtiveram resultados perspectivados desde a época da execução desse projeto de cooperação técnica. Isso por causa de fatores que levaram ao agravamento da crise política na região alheios às competências dessas instituições, comprometendo os resultados alcançados.

LIÇÕES APRENDIDAS

Apesar do pouco sucesso das ações empreendidas, sempre se aprende algo nessas relações interculturais. Há que se registrar que os conhecimentos compartilhados pela CAIXA com os técnicos libaneses foram um insumo e, como registrados em documentos trocados por ambas as partes, a qualquer momento podem ser resgatados.

A partir da troca de conhecimento com a CAIXA por meio da missão de cooperação realizada no Brasil, foi feita uma apresentação ao Banco Central do país para expor a viabilidade e importância dos temas que compuseram a cooperação. Esperava-se, assim, obter apoio de instâncias governamentais para a implementação prática dos conhecimentos adquiridos no Brasil.

Cooperação Sul-Sul: consolidar e expandir

Um dos indicadores do crescimento do Brasil na esfera internacional está em sua participação em cooperação técnica com outros países do hemisfério sul. Com a demanda dessa região do globo por soluções e práticas inovadoras em diversos campos, o Brasil tem se tornado referência internacional graças a sua expertise em áreas de suma importância para países em desenvolvimento.

Em 2010, o PNUD e o governo brasileiro assinaram novo acordo para reforçar sua parceria – a primeira aliança estratégica do gênero entre o Brasil e um parceiro multilateral. Sob esse acordo, o PNUD e o Brasil fortaleceram sua capacidade de atuação conjunta no apoio à expansão da cooperação técnica internacional bilateral e no estímulo ao intercâmbio de boas práticas entre o Brasil e outros países em desenvolvimento.

O PNUD vem apoiando o governo brasileiro na implementação de sua agenda de cooperação Sul-Sul por meio de quatro eixos-chave, os quais compartilham o objetivo de maximizar oportunidades para o Brasil compartilhar sua experiência de desenvolvimento, tanto com outros países em desenvolvimento quanto com outros atores de desenvolvimento, um reforçando o papel do outro:

1. *Construção de capacidade institucional.*
2. *Apoio programático e operacional à cooperação técnica bilateral e trilateral.*
3. *Pesquisa, reunião e sistematização de práticas e políticas brasileiras.*
4. *Facilitação do compartilhamento de conhecimento e de conexão entre parceiros.*

É nesse contexto que o PNUD alinha-se à atuação da CAIXA como agente de políticas públicas e parceira estratégica para a execução de uma política externa que favoreça práticas e valores de relevância para o desenvolvimento sustentável do hemisfério sul.

A CAIXA, por intermédio de seu programa de Cooperação Técnica Internacional, como modalidade de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, é hoje um dos parceiros mais relevantes do PNUD, ao colaborar para que o Brasil consolide-se como líder regional em numerosas áreas e amplie e diversifique sua presença nos demais países em desenvolvimento.

Maristela Baioni

Coordenadora de Programas do PNUD

Palavras Finais

Queremos, antes de mais nada, sublinhar nossos agradecimentos ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e à Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), parceiros que atuam em conjunto com a CAIXA na consecução de seu papel de parceira estratégica do Estado brasileiro também em sua política externa. Agradecemos também ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e ao Banco Central do Brasil que, por meio de seus departamentos internacionais, enriqueceram esta publicação com experiências e relatos sobre a Cooperação Técnica Internacional brasileira.

Agradecemos, ainda, aos governos e instituições executoras nos países recebedores dos Projetos de CTI aqui descritos. A atenção e a dedicação aos objetivos propostos são essenciais ao alcance dos resultados. Às representações desses países no Brasil, bem como às brasileiras no exterior, nossa gratidão pela atenção aos técnicos da CAIXA envolvidos nas missões de prospecção, implementação e avaliação dos projetos.

Ademais, ressaltamos a importância do empenho, comprometimento e dedicação dos empregados da CAIXA, em especial dos coordenadores técnicos dos projetos, que foram fundamentais na entrega de 63 legados aos países com os quais temos trabalhado ao longo dos últimos 10 anos.

A atuação da CAIXA no campo da cooperação não se encerra com a conclusão dos projetos aqui apresentados, ela continua com o desenvolvimento e a constituição de novas parcerias. A cooperação com organismos internacionais tem crescido na CAIXA, mostrando que o desenvolvimento sustentável demanda ações conjuntas que vão além do compromisso governamental.

Há de se ressaltar ainda o trabalho em desenvolvimento na entrega dos resultados finais para os governos de São Tomé e Príncipe e Moçambique dos projetos aqui relatados. Observamos, também, a importância e abrangência do projeto com a Nicarágua, na área de habitação de interesse social, que não entrou nesta publicação por estar em fase de execução e, portanto, caminhando para as suas primeiras entregas.

O compromisso social é a alma da CAIXA e a nós todos cabe continuar a trabalhar para que ele se concretize em um desenvolvimento equânime das nações por meio do compartilhamento das expertises desenvolvidas pela empresa e pelo Brasil.

Beatriz Vianna Von Bentzen Rodrigues

Superintendente Nacional

de Operações Internacionais -SUINT

EMPREGADOS CAIXA PARTICIPANTES DOS PROJETOS E ATIVIDADES ISOLADAS

Alexandre Matos de Carvalho
Alexandre Paiva da Conceição
Alvaro Augusto Hall
Ana Cláudia Santos
Ana Lúcia Façanha Morelli
André de Abreu Ferreira
André Murilo Muzzi de Paula Ribeiro
André Ricardo Maebashi
Antônio Ricardo Alves Costa
Armando Marcos Moreira
Bruno de Sales Oriolli
Bruno Valliccheli Yamaoka
Carlos Abrantes de Souza e Silva
Carlos de Faria Coelho de Sousa
Carlos Etor Averbeck
Cassia Maria da Silva Rodrigues
Célio Américo Alves Isidoro
Cláudia Brandão de Serpa
Cláudia Ferro dos Santos
Cláudia Márcia Gomes
Cláudia Valéria Ribeiro Moreira
Claudio Giroux Cavalcanti
Cláudio Roberto Lopez Rodriguez
Claudio Santoro Lanari
Cristiano da Silva Melonio
Diego Romeiro Fidalgo se Sousa
Divina Andréa Alves Borges
Divina Maria Franco
Duany Cesar Souza Espindola
Elias Sergio Ramos Cunha Neto
Emeri Angela Massutti
Enéias Francisco Lino
Evandro Lessa Voloski
Everton Eltz

Fabiano Coimbra Cruz
Fátima Campelo Pires de Castro
Fernanda Ribeiro Salgado Pinha
Fernanda Teodoro Pontes
Fernando Barini Rodrigues Alves
Fernando Magesty Silveira
Fernando Vieira do Nascimento
Flávio Tome Mendes
Frances Weniger Camlot
Francisco Paulo dos Santos
Francisco Seara
Francisco Sérgio Rocha Barbosa
Gabriel Barbosa de Vasconcelos
Gilson Geraldo Kegler
Giovani Cervo
Glauciney de Souza Lima
Gustavo Antônio Xavier
Ingrid Rodrigues Barros Faria
Israel das Virgens Amaral
Ítalo Bruno Fernandes Neves
Ivan Domingues das Neves
Ivanildo José Alvares Fernandes
Ivanildo Pereira de Araujo
Jair Fernando Nino Porto Alegre
Jeanine Ribeiro Claper
Jerry Fiusa dos Santos
João Carlos Barbosa Carneiro
João Leônidas Frota de Castro
José Maurício de Andrade
José Prudente Filho
Josiani Irigoyen Camejo
Juan Carlo Silva Abad
Juliano Gomes de Moura
Juliano Valente Trevisan

Julio Barboza Magalhães
Júlio César Paixão Lopes
Kilson de Souza Moura
Kleyferson Porto de Araújo
Laurencio João Korbes
Laurindo Camilo de Castro Junior
Lélio Alberto Santini
Lilian Teresa de Oliveira do Nascimento
Luciana de Oliveira Royer
Luciana de Resende Ávila
Luciani da Silva Rocha
Lucyenne de Oliveira Silva
Luis Alberto Candia Ramirez
Luiz Felipe Pinheiro Junior
Luiz Guilherme de Matos Zigmatas
Luiz Tadeu Rigo
Luiza Helena Cheuiche Fendt
Magda Ramos Jardim
Manoel José Warumby de Oliveira
Mara Botelho Ulhoa
Mara Luisa Alvim Motta
Marcelino Caezar de Barros Cavalcanti
Marcellus Lima Muhlethaler Beire
Márcia Cambraia Belderrain
Márcia Kumer
Márcia Machado Mattos
Márcia Maria Diniz
Márcia Rocha de Aguiar
Márcio de Almeida Machado
Maria de Fátima Santos Gottschalg
Maria Emília Batista Cordeiro
Maria Fernanda Ramos Coelho
Maria Geirilane Felipe de Sousa
Maria Letícia de Paula Macedo
Maria Salete Costa
Maria Solange Fonseca

Maria Teresa Peres de Souza
Maricelma Vila Maior Zapata
Mário Gonçalves Viana Júnior
Marta Regina Camargo
Maurício Pereira Amoroso Anastácio
Nara Elisabeth Fontes de Bulnes
Nilson Limone
Nina Farnese de Assis
Omar Borges do Prado Filho
Patrícia Marie Jeanne Cormier de Araújo
Patricia Matayoshi
Paulo César Paz Lobão
Paulo José Ribeiro Magalhães
Priscilla Lima Gonçalves
Rachel Prest Martelli
Renato Revoredo Delgado
Ronald Raniero Junior
Rosa Maria Carlos e Silva
Rudimar Balén
Samuel Crespi
Samuel de Freitas Junior
Sandra Helena Bondarovsky
Sergio Pinheiro Rodrigues
Sérgio Rodovalho Pereira
Sidmar Luiz Teixeira
Simone Cristina Ormieres
Teotônio Costa Rezende
Thaís Mary Machado Bandeira de Melo
Thiago Covre Fracalossi
Valdonir Estivalet Teixeira
Vera Maria Neves Victor Ananias
Webert Lamboglia Borges
Wellington Gouvea Dias
Wilton de Oliveira Rodrigues
Zênia Aquino Machado
Zirlana Menezes Teixeira

REFERÊNCIAS

ABREU, F. J. M. de. A evolução da cooperação técnica internacional no Brasil. *Mural Internacional*, v. 4, n. 2, jul-dez, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/8658/6517>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. *Perspectivas econômicas em África 2015*. African Economic Outlook, 2015. Disponível em <www.africaneconomicoutlook.org/po/paises>. Acesso em: 04 ago. 2015.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. *Perspectivas econômicas em África 2015: Cabo Verde*. African Economic Outlook, 2015. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/notas-paises/west-africa/cabo-verde/>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

BANCO MUNDIAL. *Doing Business 2014: compreendendo a regulação de negócios para pequenas e médias empresas*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2014. Disponível em: <<http://portugues.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2014>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

BRASIL. Decreto n. 7.973, de 28 de março de 2013. Aprova o Estatuto da CAIXA Econômica Federal - CEF e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 abr. 2013. Seção 1, p. 13. (retificação).

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Peru: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDPeru.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2013. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/ManualDiretrizesCooperacaoRecebida-4%20Ed_Diagramada_2014.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

<http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/ManualDiretrizesCooperacaoRecebida-4%20Ed_Diagramada_2014.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Embaixada do Brasil em Maputo*. Brasília: MRE, 2014. Disponível em: <<http://maputo.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Palestina: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDPalestina.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Namíbia: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDNamibia.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Cabo Verde: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDCaboVerde.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Guatemala: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDGuatemala.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Moçambique: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDMocambique.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Cabo Verde: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDCaboVerde.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Líbano: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDLibano.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. República Dominicana: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDRepublicaDominicana.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. São Tomé e Príncipe: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDSaoTomePrincipe.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Venezuela: comércio exterior. Brasília: Departamento de Promoção Comercial e Investimentos: Divisão de Inteligência Comercial, 2016. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDVenezuela.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Manual de gestão da cooperação técnica sul-sul. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2013. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_Final-Diagramado_Corrigido_23-04-2014.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- BUENO, E. CAIXA: *uma história brasileira*. Porto Alegre: Buenas Ideias: Metalivros, 2002.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Demonstrativo financeiro da CAIXA*. Brasília: CAIXA, 2016. Disponível em: <www.caixa.gov.br>. Acesso em: 11 mar. 2016.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.
- CORDEIRO, M. E. V. M.; CONCEIÇÃO, P. M. da; LIMA, T. V. A educação ambiental e o uso do solo-cimento. Campos dos Goytacazes: *Vértices*, v.8, n. 1/3, p. 35-54, 2006.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. Inaugurada a linha Fortaleza Cabo Verde. Fortaleza: *Jornal da FIEC*, v. 14, n. 189, dez., 2003. Disponível em: <<http://www.fiec.org.br/publicacoes/jornalfiec/edicoes/1203/default.asp?URL=14#>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Relatório do FMI n.º 13/200: República de Moçambique*. Washington, D.C.: FMI, 2013. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2013/cr13200p.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. Economic health check: Peru recovering gradually after slowing in 2014. Washington, D.C.: *IMF Survey Magazine: Countries & Regions*, May, 2105. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2015/car052715a.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- PNUD, 2012. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. *Cooperação sul-sul*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/cooperacaoSulSul.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2015.
- PNUD, 2015. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2015_ptBR.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.
- REVISTA EXAME. Setor privado palestino é refém, diz Banco Mundial. São Paulo: Exame, 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/setor-privado-palestino-e-refem-diz-banco-mundial>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

Este livro foi composto em Cronos Pro, família projetada por Robert Slimbach e distribuída pela Adobe System Typekit

Impresso em papel offset Alta Alvura Suzano 90 g/m², nas oficinas da Athalaia Gráfica, Brasília, setembro de 2016.

Tiragem de 1000 exemplares

COM MAIS DE 10 ANOS DE ATUAÇÃO no campo da Cooperação Internacional, a CAIXA, seguindo a estratégia do governo brasileiro, tem levado conhecimento em temas de sua expertise para diversos países, com consciência de que os beneficiários não são meros depositários do conhecimento, mas agentes ativos da construção de seu próprio sucesso.



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CAIXA

